

VICTORIA INTERNACIONAL
DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

RELATÓRIO & CONTAS 2012

www.victoria-seguros.pt

ÍNDICE

VICTORIA INTERNACIONAL DE
PORTUGAL, S.G.P.S., S.A

VICTORIA-SEGUROS S.A.

VICTORIA-SEGUROS DE VIDA S.A.

Relatório e contas aprovado em AG a 27 de
Março de 2013

www.victoria-seguros.pt

-
- 03 O GRUPO VICTORIA EM PORTUGAL
 - 04 PRINCIPAIS INDICADORES
 - 05 ESTRUTURA DE GOVERNO DA SOCIEDADE

01

RELATÓRIO CONSOLIDADO

- 07 RELATÓRIO CONSOLIDADO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

- 29 BALANÇO CONSOLIDADO
- 35 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS
- 38 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTERGAL
- 39 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE FLUXOS DE CAIXAS
- 41 DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO
- 43 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

03

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

- 146 CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS
- 148 RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

"Ninguém é imprescindível, mas todos somos necessários"

Alberto Toledano

1958 - 2013

O GRUPO VICTORIA EM PORTUGAL



PRINCIPAIS INDICADORES 2012

A VICTORIA EM NÚMEROS

117.841.436€

Prémios de contratos de seguro e de entregas para contratos de investimento e contratos de prestação de serviços

115.443.133 €

Prémios Brutos Emitidos

11.209.876€

Rendimentos de Investimentos

101.159.527€

Custos com Sinistros

8.196.821€

Provisão para participação nos resultados

1.506.385€

Participação nos Resultados atribuída

285.919.556€

Provisões Técnicas e Provisões para Outros Riscos e Encargos

436.846.254€

Volume Total do Balanço

ESTRUTURA DE GOVERNO DA SOCIEDADE

VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da assembleia Geral

José António Pinto Ribeiro
Presidente

J.A. Pinto Ribeiro & Associados,
Sociedade Advogados
(representada por Maria Mateus
Pinto)
Secretário

Conselho de Administração

Alain Dupont
Presidente

Christian Baffy
Vogal

Pierre Esparbès
Vogal

Bernard Milléquant
Vogal

Hubert Rodarie
Vogal

Alberto Toledano*¹
Administrador Delegado

Cyrille Mascarelle*²
Administrador Delegado

Conselho Fiscal

João de Lara Everard
Presidente

Santiago Gil de Biedma
Vogal

António Vilar
Vogal

Luís Henriques
Suplente

Revisor Oficial de Contas

Ernst & Young Audit & Associados -
S.R.O.C., S.A. (SROC nº 178)
(representada por Ana Salcedas
(ROC nº 1230))
Efectivo

João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)
Suplente

CONSELHO EXECUTIVO

Alberto Toledano*¹
Administrador Delegado

Cyrille Mascarelle*²
Administrador Delegado

Carlos Suárez
Director Geral Adjunto

Francisco Campilho
Director Geral Adjunto

*¹ Em funções até 20 de Março de 2013

*² Com efeito desde 26 de Março de 2013

01

**RELATÓRIO
CONSOLIDADO**

VICTORIA INTERNACIONAL
DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

**RELATÓRIO &
CONTAS
2012**

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

RELATÓRIO CONSOLIDADO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos do Artigo 508º-A do Código das Sociedades Comerciais, do disposto no Decreto-Lei n.º 147/94 de 25 de Maio e dos Estatutos, submetemos à apreciação da Assembleia Geral o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2012. Estes elementos referem-se às seguintes sociedades:

- VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A.
- VICTORIA - Seguros, S.A.
- VICTORIA - Seguros de Vida, S.A.

01. ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE

01.1 Situação Económica

O ano de 2012 ficou marcado a nível Europeu pelo agravamento da crise da dívida soberana. A deterioração da situação económica daí decorrente, traduziu-se na contracção do Produto Interno Bruto (PIB) da Zona Euro em 0,5% (2011: crescimento de 1,5%). Os países do Sul da Europa acabaram por contribuir determinantemente para

este desempenho. A Grécia, principal foco da preocupação europeia, apresentou logo nos primeiros meses do ano, um plano de reestruturação da dívida. Por outro lado, as eleições naquele país acabaram por não trazer a tão desejada estabilidade. Como consequência, toda a instabilidade política e social daí resultante, acabou por arrastar toda a Europa para um clima de incerteza quanto ao futuro do projecto Euro e de toda a União Europeia. Foi neste contexto e em simultâneo com o esforço de consolidação orçamental, que a economia portuguesa apresentou uma contracção de 3,0% (2011:-1,7%) reflectindo o comportamento negativo do consumo público e privado assim como a redução de 15,5% no investimento (2011: -13,8%). As exportações registaram uma evolução positiva de 3,6% (2011: 7,5%) contrariando assim a tendência negativa dos vários agregados. A taxa média de desemprego situou-se em 15,6% (2011: 12,7%), enquanto a inflação abrandou para 2,8% (2011: 3,7%). Com o aproximar do final do ano, novas medidas de intervenção mais frequentes e assertivas preconizadas essencialmente pelo Banco Central Europeu (BCE), acabaram por aliviar o nível de incerteza sobre a determinação em manter o Projecto Europeu, com particular ênfase no futuro da moeda única. Do outro lado do Atlântico, a política monetária expansionista da Reserva Federal, acabou por permitir dar continuidade à política da Administração Obama, travando o crescimento do desemprego e evitando o arrefecimento da economia Norte Americana. O PIB cresceu 2,2% (2011: 1,8%), a inflação caiu para os 2,0% (2011: 3,1%) e o desemprego reduziu-se para 8,1% (2011: 9,0%).

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

No Japão, as alterações políticas com o regresso ao poder do partido conservador caracterizaram-se por um retorno a políticas económicas e monetárias de cariz expansionista. Desta forma a economia nipónica apresentou um crescimento de 2,0% (2011: queda de 0,8%). Este crescimento traduziu-se numa inversão da tendência de desinflação, tendo-se registado no final do ano um valor de 0,0% (2011: -0,3%).

As economias emergentes também registaram um abrandamento da sua actividade económica por força da redução na procura oriunda dos países desenvolvidos. De forma consolidada, a economia mundial registou um crescimento de 2,4% (2011: 2,9%).

01.2
Mercados Financeiros

A instabilidade política e social vivida na União Europeia ao longo da primeira metade do ano, levou a um enfraquecimento do Euro face às outras divisas, nomeadamente o Dólar e o Iene. Assim, a moeda europeia que abriu o ano a 1,3195 USD era transaccionada a 1,2651 USD no final do primeiro semestre. Com a adopção de medidas mais claras e inequívocas por parte das autoridades europeias e nomeadamente através da própria intervenção do BCE, o Euro passou a ganhar parte do terreno perdido até então, fechando o ano a cotar 1,3197 USD. Naturalmente que a própria política monetária expansionista seguida pelos Estados Unidos e Japão, contribuíram igualmente para este desfecho.

Das medidas implementadas pelo BCE destacou-se a redução da taxa de referência de 1,00% para 0,75%, o que a par da garantia da liquidez necessária ao normal funcionamento dos mercados, permitiu encontrar a “fórmula” para evitar o agravamento do clima de recessão. Em consequência, foram sendo experimentados, ao longo do ano, mínimos históricos nas taxas Euribor: a Euribor a 3 meses que em 31 de Dezembro de 2011 se situava em 1,36%, reduziu-se para 0,19% no final de 2012.

Ao longo do ano de 2012, verificou-se uma redução dos prémios de risco associados à Dívida Pública dos países periféricos da Zona Euro (nomeadamente dos países do Sul da Europa) face aos mercados de referência (Alemanha, França, Áustria e Holanda). Paralelamente, a taxa de juro da Dívida destes países apresentou níveis ainda inferiores aos verificados em 2011. O fenómeno foi extensível ao custo de financiamento das empresas no mercado primário obrigacionista. Desta forma, a Dívida Pública Alemã a 10 anos, passou de 1,82% em Dezembro de 2011, para 1,31% no final de 2012. Em Portugal, a Dívida emitida para o mesmo prazo de 10 anos e que em 31 de Dezembro de 2011 era transaccionada a 10,96%, passou a transaccionar-se a 5,57% no final do ano de 2012. Quanto à dívida de empresas e tomando por base o Bofa Merrill Lynch AAA Euro Corporate Index como índice de referência, podemos constatar que o mesmo registou uma valorização apreciável de 7,94% em 2012.

O aumento de liquidez nos mercados decorrente das políticas expansionistas assim como o reduzido retorno

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

expectável nos mercados de dívida com risco de crédito reduzido conduziram a um aumento da apetência por mercados tradicionalmente mais arriscados. Paralelamente, a consciencialização progressiva da determinação de manutenção do Euro bem como os índices de crescimento económico positivos verificados em alguns países, levaram a um reforço na aposta nos mercados accionistas. O S&P500 apresentou uma valorização de 12,2% em 2012 e o Eurostoxx 50 registou um desempenho positivo de 13,4%.

Num ano de muitas indefinições, as Mercadorias acabaram por ter um desempenho irregular. No entanto, o ouro apresentou uma apreciação de 6,3% em 2012 enquanto o petróleo (Brent) registou uma apreciação de apenas 2,6% ao longo do ano.

01.3 Mercado Segurador

Em 2012 a actividade seguradora voltou a registar uma contracção da produção do seguro directo tendo-se verificado para a globalidade da produção de seguros (prémios para contratos de seguros e entregas para contratos de investimento e de prestação de serviços) uma quebra de 7,12% (2011: - 28,6%) extensível aos ramos Vida e Não Vida.

A produção do ramo Vida voltou a registar uma quebra de 8,9% (2011: - 38,1%). Para esta evolução do ramo contribuíram de forma decisiva a redução do rendimento disponível dos particulares assim como a sucessiva perda de benefícios fiscais e a concorrência de outros produtos

financeiros nomeadamente de depósitos bancários. Também nos Ramos Não Vida se registou um decréscimo de 3,8%, mais significativo que no ano anterior (2011: -0,9%) reflectindo também a sensibilidade da actividade à evolução macroeconómica. O ramo Saúde registou novamente um crescimento de 2,2% (2011: 1,5%) conseguindo desta forma manter o dinamismo desta linha de negócio. Os ramos de Riscos Múltiplos também mantiveram um crescimento de 1,7% (2011: 0,4%). O ramo Automóvel registou um decréscimo de 5,4% (2011: -0,8%) reflectindo a crise do parque automóvel. Pelo sexto ano consecutivo o ramo de Acidentes de Trabalho registou uma nova quebra 10,6% (2011: -3,7%) reflectindo as condições de emprego da economia assim como a continuada erosão dos prémios neste ramo.

A recuperação dos mercados financeiros em 2012, particularmente no segmento da dívida soberana, teve um impacto muito positivo nos resultados e solidez financeira do sector. A redução da actividade económica teve contudo um impacto positivo na contenção da sinistralidade que se fez sentir na globalidade dos ramos, com excepção de Acidentes de Trabalho onde o aumento do rácio de sinistralidade, para a globalidade do ramo, foi de cerca de 20 pontos percentuais, situando-se em 112,6%

Quanto ao enquadramento legal e regulamentar, 2012 foi um ano marcado por diplomas que pretendem resolver questões ligadas ao momento que o país atravessa mas sem ter em consideração o médio e longo prazo, como é o caso da possibilidade de reembolso de PPRs para pagamento de

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

prestações de crédito à habitação. Gostaríamos de realçar no entanto as evoluções registadas no projecto Solvência II nomeadamente as alterações à directiva apresentada pela Comissão Europeia adiando a sua entrada em vigor e introduzindo medidas transitórias. O exercício de análise de impacto das garantias de longo prazo previsto para 2013 vai permitir testar e resolver algumas questões que ainda aguardam definição.

02. ACTIVIDADE DA VICTORIA EM 2012

02.1 Actividade da empresa

Com a integração no grupo SMABTP no final de 2011, a VICTORIA iniciou uma nova etapa da sua vida no mercado português. Os objectivos estratégicos para o triénio 2012-2014 podem ser resumidos nas duas seguintes vertentes:

1. Crescer sustentadamente e com rentabilidade

VICTORIA Seguros: atingir equilíbrio técnico e resultados positivos a partir de 2014

VICTORIA Vida: dinamizar a actividade Vida mantendo o equilíbrio técnico

2. Atingir nível adequado de solvência de acordo com os critérios Solvência II

Durante o triénio, alicerçar os níveis de ROI e de ROE a gerar a partir de 2015

Durante o ano 2012 fomos concretizando as acções previstas no plano de acção aprovado pelos nossos accionistas e que podem ser agrupadas nas seguintes três categorias:

- Reposicionamento da VICTORIA

Focalizámos a nossa distribuição na mediação profissional através da selecção dos mediadores, corretores e outros agentes, profissionais e rentáveis. Queremos voltar a ser a referência no mercado nos ramos Vida e Saúde onde historicamente a VICTORIA é reconhecida. Foi neste âmbito que lançámos novas tarifas Vida e produtos para reinvestimento de capitais vencidos. A colaboração com a Império Assurances permitiu reforçar o reconhecimento da VICTORIA junto dos segurados desta empresa do grupo que também “fala” português. Queremos reforçar a nossa liderança nos ramos Transportes onde em 2012 ocupamos a quarta posição do mercado. Nos ramos de engenharia e no seguimento da aquisição e integração da carteira e dos activos e passivos da sucursal em Portugal da Asefa, reforçámos a nossa liderança. Mantivemos a nossa tradição de inovação com o alargamento da nossa oferta de Saúde e Vida. Por outro lado, orientados para o resultado introduzimos ajustes nas nossas tarifas de automóvel e de acidentes de trabalho.

- Novo modelo de Gestão

Fomos ao longo do ano ajustando a organização ao

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

novo modelo de negócio, redefinindo e introduzindo novos processos de gestão. As alterações introduzidas na gestão de sinistros de acidentes de trabalho permitiu-nos já em 2012 obter um maior controlo sobre os sinistros bem como uma melhoria dos resultados do ramo e da satisfação por parte dos nossos agentes e clientes. Preparámos também a transferência em Janeiro de 2013 do nosso prestador de gestão de rede e sinistros de saúde managed care para a Future Healthcare. Com uma rede exclusiva para a VICTORIA estamos em condições de preparar o futuro da VICTORIA Saúde. Por outro lado, continuámos a desenvolver os alicerces da nossa política de gestão de risco a que nos referiremos mais adiante. Ao nível da comunicação com a rede de distribuição, continuámos a investir no desenvolvimento do nosso portal, o VICTORIA.net. O alargamento da consulta à carteira assim como o projecto de rede de oficinas recomendadas são dois exemplos deste investimento. O projecto de cobranças, cuja primeira fase foi implementada em Novembro, permite melhorar a transparência da nossa informação e a melhoria da comunicação. Ainda relativamente à qualidade da informação e dos dados, implementámos as primeiras fases do VIG-VICTORIA Informação de Gestão que visa a disseminação de informação de gestão pela organização para utilização quotidiana.

• Cultura Organizacional

A formação é para nós um eixo estratégico do negócio pelo que como referimos adiante desenvolvemos um plano de formação adequado às necessidades da organização. Por forma a melhorar a comunicação

dentro da VICTORIA, introduzimos com sucesso iniciativas como o concurso de ideias “O futuro nasce consigo” ou a comunicação com a gestão em “À conversa com...”. Por outro lado e por forma a melhorar e manter os elevados níveis de serviço que pretendemos internalizámos muitas funções que se encontravam em outsourcing. A mobilidade interna é um outro eixo do dinamismo da organização. Em 2012 lançámos na reunião anual um lema que reflecte a nossa postura organizacional:

Todos vendemos na VICTORIA

A VICTORIA está organizada para prestar um serviço de qualidade à venda e dessa forma à mediação profissional rentável.

02.2 Prémios e entregas

Por via da conjuntura macroeconómica envolvente, de uma selecção de riscos mais criteriosa, bem como na sequência da introdução da “nova” tarifa automóvel em 2011, os Prémios Brutos Emitidos (PBE) registaram uma queda acentuada, mantendo desta forma a tendência verificada no exercício anterior. Assim, o volume de PBE atingiu EUR 115.443.133 (2011: EUR 128.842.709) o que se traduz numa queda de 10,4% (2011: - 10,0%). Se considerarmos o volume global de prémios de contratos de seguro e de entregas para contratos de investimento e contratos de prestação de serviços constatamos que no seu conjunto perfizeram um total de EUR 117.841.436 (2011: EUR 134.068.886), o que se traduz num decréscimo de 12,1% face a 2011 (2011: - 11,7%). A quota-parte dos seguros de particulares face aos seguros de empresas registou um aumento para 63,1% (2011: 61,1%).

01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

A repartição dos prémios entre os diversos ramos foi a seguinte:

PRÉMIOS DE ENTREGAS	2012	%	%	2011	%	%	VAR 12/11
VIDA	37.146.836	100,0%	31,5%	37.413.839	100,0%	27,9%	-0,7%
Contratos de Seguro	34.820.508	93,7%	29,5%	33.264.426	88,9%	24,8%	4,7%
Contratos de Investimento	2.326.328	6,3%	2,0%	4.149.414	11,1%	3,1%	-43,9%
NÃO VIDA	80.694.600	100%	68,5%	96.655.046	100,0%	72,1%	-16,5%
Acidentes de Trabalho	9.819.813	12,2%	8,3%	13.188.243	13,6%	9,8%	-25,5%
Acidentes Pessoais	3.645.538	4,5%	3,1%	4.260.513	4,4%	3,2%	-14,4%
Saúde	26.049.496	32,3%	22,1%	29.239.001	30,3%	21,8%	-10,9%
Contratos de Seguro	25.977.521	32,2%	22,0%	28.162.238	29,1%	21,0%	-7,8%
Cont. Prest. Serv. para Eftos Contab	71.975	0,1%	0,1%	1.076.763	1,1%	0,8%	-93,3%
Incêndio e outros danos	18.397.975	22,8%	15,6%	21.109.886	21,8%	15,7%	-12,8%
Automóvel	17.360.874	21,5%	14,7%	24.055.673	24,9%	17,9%	-27,8%
Transportes	4.496.073	5,6%	3,8%	3.938.389	4,1%	2,9%	14,2%
Diversos	924.830	1,1%	0,8%	863.342	0,9%	0,6%	7,1%
TOTAL	117.841.436	100,0%	100,0%	134.068.886	100,0%	100,0%	-12,1%

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

O ramo Vida registou uma redução de 9,8% (2011: -14,7%) no volume de prémios de contratos de empresas, embora a receita associada a contratos de particulares tenha registado um aumento de 3,3% (2011: -10,3%). No seu conjunto, a produção Vida manteve-se praticamente inalterada face a 2011 apresentando um decréscimo de apenas 0,7% (2011: -11,7%). Este desempenho, supera o evidenciado pelo mercado onde assistimos a uma quebra na produção de 8,9% (2011: -38,1%). Relativamente aos contratos de investimento, a receita processada, que corresponde às entregas – prémios – efectuadas pelos tomadores de seguro, registou uma quebra de 43,9% (2011: -27,9%), situando-se deste modo em EUR 2.326.328 (2011: EUR 4.149.414).

A VICTORIA apresenta nos ramos Não Vida uma queda global de 16,5% (2011: - 11,8%) que compara com a quebra de 3,8% (2011: - 0,9%) registada pelo mercado.

No quadro acima poderá ser analisada a composição detalhada da carteira, verificando-se desta forma, o equilíbrio entre a carteira de produtos Vida e de Não Vida.

À semelhança do verificado no ano anterior, no ramo Saúde e relativamente aos contratos de seguro classificados contabilisticamente como contratos de prestação de serviços, verificou-se um decréscimo significativo da receita processada, correspondente às entregas – prémios – efectuadas pelos tomadores de seguro, tendo-se traduzido numa quebra de 93,3% (2011: -62,9%), situando-se em EUR 71.975 (2011: EUR 1.076.763). Globalmente, este ramo

registou uma quebra de receita de 10,9% (2011: -14,0%), evolução contrária ao crescimento do mercado que se situou nos 2,2% (2011: 1,5%).

Em Incêndio e outros danos, fruto da rigorosa política de subscrição seguida, registou-se uma quebra na receita de prémios de 12,8%, confirmando a tendência do ano anterior (2011: -3,3%).

Mantendo a tendência verificada no ano anterior e ainda em resultado da migração da carteira para a nova tarifa realizada 2011, o ramo Automóvel registou uma queda face a 2011 de 27,8% (2011: -24,2%). De salientar contudo, que as apólices novas representavam 29% dos contratos em vigor em 31-12-2012.

No ramo Transportes, a VICTORIA consolidou a sua posição como empresa de referência no mercado ocupando a quarta posição no que diz respeito à receita de prémios. Face a 2011, verifica-se um aumento nos PBE de 14,2% (2011: 13,3%), ao qual corresponde um volume de EUR 4.496.073 (2011: EUR 3.938.389).

Em consequência da rigorosa subscrição, no ramo de Acidentes de Trabalho registou-se uma redução de 25,5% no volume de PBE (2011: -5,0%). Acompanhando a tendência de mercado, no ramo de acidentes pessoais, registou-se uma quebra de 14,4% na receita face a 2011, ano onde se verificara um crescimento de 21%. Para o crescimento registado no ramo Diversos de 7,1% (2011: -4,1%) contribui também a aquisição da carteira da

01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

sucursal em Portugal da Asefa.

02.3 Sinistralidade e Participação nos Resultados

O montante global não consolidado, registado em 2012 em custos com sinistros de contratos de seguro, foi de EUR 101.159.527 (2011: EUR 113.190.080), o que se traduz numa redução de 10,6% face ao ano anterior (2011: aumento de 1,4%).

CUSTOS COM SINISTROS	2012	2011	VAR 12/11
VIDA	36.318.474	34.894.289	4,1%
NÃO VIDA	64.841.053	78.295.791	-17,2%
Acidentes de Trabalho	10.882.129	15.487.172	-29,7%
Acidentes Pessoais	1.157.334	1.036.085	11,7%
Saúde	20.660.877	23.208.863	-11,0%
Incêndio e outros danos	15.372.741	11.268.560	36,4%
Automóvel	14.019.699	24.904.891	-43,7%
Transportes	1.905.212	1.941.223	-1,9%
Diversos	843.061	448.998	87,8%
TOTAL	101.159.527	134.068.886	-10,6%

As indemnizações globais registadas no ramo Vida ascenderam a EUR 36.318.474, o que representa um crescimento de 4,1% face a 2011 (2011: -5,1%). De registar a inversão da tendência verificada face ao exercício anterior relativamente ao volume de vencimentos. Assim, enquanto no período em análise se

observou uma diminuição correspondente a 2,2%, em 2011 tinha-se verificado um aumento face a 2010 de 4,1 p.p.. Também os capitais por morte e invalidez registaram comportamento semelhante, apresentando uma diminuição de 0,7% contrariando o crescimento registado em 2011 (2011: 8,9%). Reforçando a tendência registada no ano anterior, os resgates tiveram um aumento significativo em 2012 de 14,7% (2011: 3,3%). As indemnizações no ramo Vida apresentaram a seguinte distribuição:

CUSTOS COM SINISTROS	2012	2011	VAR 12/11
VIDA	36.318.474	34.894.289	4,1%
Vencimentos	15.081.812	15.417.609	-2,2%
Capitais morte ou invalidez	3.991.625	4.019.903	-0,7%
Rendas	2.545.381	2.695.658	-5,6%
Resgates	14.076.307	12.274.886	14,7%
Outras	70.306	46.837	50,1%
Custos gestão imputados	553.043	439.395	25,9%

Foram retirados da provisão para Participação nos Resultados EUR 3.002.811 (2011: EUR 3.311.855), dos quais EUR 2.856.067 (2011: EUR 3.156.939) foram pagos aos nossos segurados e EUR 146.744 (2011: EUR 154.916) foram utilizados para aumento dos benefícios.

Verificou-se um decréscimo nas provisões matemáticas no montante de EUR 8.473.095 (2011: 9.440.833), considerando o

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

aumento de benefícios mencionado no parágrafo anterior. Efectuaram-se testes de adequação das responsabilidades à semelhança de anos anteriores. As provisões matemáticas adicionais para garantia de resgate totalizaram EUR 4.034.751 (2011: 3.798.525). Observou-se um aumento no valor das provisões para compromisso de taxa para EUR 2.489.132 (2011: EUR 2.523.105).

Foram atribuídos do resultado do ramo Vida EUR 2.610.383 (2010: EUR 3.082.504) à Provisão para Participação nos Resultados. Desta forma, a Provisão para Participação nos Resultados constituída totalizou EUR 6.225.541 (2011: 6.505.780). A Provisão para Participação nos Resultados a Atribuir totalizou EUR 1.941.420 (2011: EUR 18.955). O apuramento desta provisão foi efectuado com base nos valores da Reserva de Justo Valor e nas percentagens de atribuição de participação financeira atribuída em exercícios anteriores. O significativo aumento face ao ano anterior, explica-se pela evolução favorável da referida reserva.

Pelo segundo ano consecutivo, verificou-se nos ramos não vida uma diminuição dos custos com sinistros traduzindo-se numa quebra de 17,2% (2011: decréscimo de 0,2%). A taxa de sinistralidade por seu lado registou um aumento de 0,7 p.p.. Detalhando a análise por ramo:

TAXA DE SINISTRALIDADE	2012	2011	VAR 12/11 PP
NÃO VIDA	78,2%	77,5%	0,7
Acidentes de Trabalho	107,6%	115,4%	-7,8
Acidentes pessoais	30,7%	23,8%	6,9
Saúde	79,9%	81,3%	-1,4
Incêndio e outros danos	72,5%	52,4%	20,1
Automóvel	75,7%	87,8%	-12,2
Transportes	42,4%	49,7%	-7,3
Diversos	99,0%	49,6%	49,5

A evolução do rácio de sinistralidade verificado nos ramos reais explica-se da seguinte forma:

- A redução da frequência na sinistralidade de danos próprios no ramo Automóvel, bem como, do custo médio por sinistro;
- As alterações introduzidas ao nível do modelo de gestão de sinistros assim como o cuidado acrescido na subscrição do ramo de acidentes de trabalho conduziu à selecção mais rigorosa dos riscos aceites e por consequência à redução do rácio em 7,8 p.p.;
- O significativo aumento verificado no rácio de sinistralidade no ramo Incêndio e Outros Danos (IOD) encontra-se directamente relacionado com uma única ocorrência: um sinistro de grandes dimensões resultado de um incêndio numa fábrica;

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

- No ramo saúde, o rácio de sinistralidade voltou a descer para os 79,9% (2011: 81,3%), ficando muito próximo do valor verificado em 2010. A política de subscrição traduziu-se em melhorias nos resultados do ramo.

A adequação global das provisões para sinistros é efectuada três a quatro vezes por ano através da aplicação de modelos determinísticos. Os eventuais ajustamentos resultantes desta análise são reflectidos nos resultados da empresa. Realizaram-se também testes à suficiência das provisões, através da aplicação de modelos estocásticos, ainda que os seus resultados não sejam actualmente de carácter vinculativo. Através da aplicação destes modelos constatou-se, que as provisões para sinistros são globalmente suficientes.

Pelo desenvolvimento da estimativa do custo com sinistros constituída no final de cada ano verifica-se ainda que na generalidade dos exercícios se regista um run-off positivo. Este comportamento é validado pelos resultados das análises efectuadas ao custo médio de abertura de sinistros e ao custo de encerramento. O estudo efectuado no encerramento do exercício constata que de uma forma global, existe no encerramento dos sinistros libertação de provisão. Esta situação reflecte a política de prudência, seguida pela companhia, ao nível do provisionamento dos sinistros.

02.4 Resseguro cedido

A VICTORIA-Seguros, S.A. manteve contratos de resseguro com a Munich Re, em Munique, a Swiss Re e a Trans Re em Zurique, a MMA (ex-GMF), em Estrasburgo, a John Hancock, em Boston, a Lanforsakringar, em Estocolmo, a Nacional de Reaseguros, em Madrid, a New Re, em Zurique, a Odyssey Re e a R+V Versicherung AG, em Wiesbaden, com Flagstone, no Canada, com a Hannover Re, em Hannover no tratado proporcional de Incêndio e com a Hannover Re, nas Bermudas, para o CAT XL. Iniciou contrato com a Mapfre Re em Madrid, com a SMABTP, a SCOR, a General Re, a Caisse Centrale de Reassurance e a XL Re em França, com a Catlin Re, a Amlin Re e a Deutsche em Zurique, com a Everest Re em Dublin, com a Partner Re nas Bermudas e com a Devk Re na Alemanha.

Em Assistência, a VICTORIA – Seguros, S.A. manteve contratos com a CARES, Europea de Seguros, Interpartner e a Europ Assistance, todas em Lisboa.

A VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. manteve contratos de resseguro com a Munich Re, em Munique a Swiss Re, em Zurique, a John Hancock, em Boston, a General Re, a Nacional de Reaseguros, a Scor Global Life Ibérica, em Madrid, a Mapfre Re em Madrid e a Hannover Re, em Hannover. Continuamos assim, simultaneamente, a privilegiar relações com resseguradores financeiramente sólidos e a proceder a uma adequada dispersão dos riscos.

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

RESSEGURO CEDIDO NÃO VIDA	2012	2011	VAR 12/11
Resultado	-2.424.451	-9.073.359	73,3%
Prémios adquiridos cedidos	-30.948.151	-19.956.470	55,1%
Comissões	6.753.340	3.475.037	94,3%
Sinistros e var. provisões cedidos	21.770.360	7.408.074	193,9%

A alteração no resultado de resseguro cedido em 2012 é explicada pela participação no sinistro de grande dimensão em IOD que referimos na secção anterior do relatório.

Os sinistros catastróficos caracterizam-se pela sua baixa frequência e grande severidade. Em Portugal, este risco pode advir essencialmente dos fenómenos de natureza sísmica, sendo o resseguro uma das principais formas de mitigação da exposição a este risco. A VICTORIA encontra-se bastante exposta a este tipo de risco em Incêndio e Outros Danos.

02.5 Custo por natureza a imputar

Os custos por natureza a imputar atingiram EUR 26.461.150 (2011: 26.932.672) tendo-se registado uma diminuição dos custos por natureza a imputar de 1,8% (2011: - 1,6%). Esta evolução ficou a dever-se ao projecto de contenção de custos implementado e ao esforço organizacional no sentido de promover a utilização racional de recursos. De

referir que o incremento verificado nos custos com pessoal de 6,1% está directamente relacionado com o reforço das equipas levado a cabo ao longo do ano. Em 2012 houve um incremento líquido de 22 colaboradores nos quadros de ambas as empresas.

CUSTOS POR NATUREZA A IMPUTAR	2012	2011	VAR 12/11
Total	26.461.150	26.932.672	-1,8%
Custos com pessoal	15.160.294	14.291.351	6,1%
Fornecimentos e Serviços externos	8.980.306	9.955.744	-9,8%
Impostos e Taxas	622.678	451.371	38,0%
Amortizações	1.506.599	1.768.441	-14,8%
Juros e Comissões de Invest.	191.273	465.764	-58,9%
% Prémios brutos adquiridos e entregas	22,0%	19,3%	2,7

02.6 Rácio combinado Não Vida

Tendo em conta a evolução das variáveis anteriormente apresentadas, o rácio combinado líquido de resseguro da actividade Não Vida apresentou uma melhoria de 0,8 p.p. (2011: degradação de 7,7 p.p.).

01 RELATÓRIO CONSOLIDADO

02 INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

RÁCIO COMBINADO LIQUIDO DE RESSEGURO	2012	2011	VAR 12/11 PP
NÃO VIDA	119,5%	120,4%	-0,8
Acidentes de Trabalho	151,0%	154,1%	-3,1
Acidentes pessoais	113,7%	101,8%	12,0
Saúde	106,8%	103,7%	3,1
Incêndio e outros danos	114,0%	113,1%	0,9
Automóvel	123,0%	130,2%	-7,2
Transportes	55,6%	77,7%	-22,1
Diversos	151,7%	116,2%	35,5

Face ao nível atingido pelos rácios de sinistralidade do exercício e pelos rácios combinados, registou-se uma libertação da Provisões para Risco em Curso (PRC) nas linhas de negócio de Acidentes de Trabalho com EUR 2.191.592, Acidentes Pessoais EUR 10.211 e, Automóvel EUR 1.257.976. Nos restantes ramos houve um reforço da PRC tendo-se registado em Saúde um valor de EUR 813.282, em Multiriscos EUR 256.151, em Transportes EUR 72.716 e em Diversos EUR 231.186. Estes movimentos traduziram-se numa redução global das PRC de EUR 2.086.443 (2011: EUR 1.978.796).

PROVISÃO PARA RISCOS EM CURSO	2012	2011	VAR 12/11 PP
NÃO VIDA	2.086.444	1.978.796	107.647
Saúde	-813.282	-249.639	-563.643
Reais	2.899.726	2.228.436	671.290
Acidentes de trabalho	2.191.592	-1.260.010	3.451.602
Acidentes Pessoais	10.211	-35.656	45.867
Multiriscos	-256.151	1.127.268	-1.383.419
Automóvel	1.257.976	2.434.853	-1.173.877
Transportes	-72.716	13.297	-86.013
Diversos	-231.186	-51.316	-179.871

02.7 Recursos Humanos

No final de 2012 a VICTORIA tinha um total de 315 (79 Vida e 236 Seguros) (2011: 293) empregados. A média etária era de 40,85 (2011: 40,93) anos, a antiguidade média no Grupo era de 11,60 (2011: 11,92) anos e a percentagem de colaboradores do sexo feminino era de 54% (2011: 53,2%). Em termos de estrutura de graus de habilitações literárias, em 2012, 47% (2011: 47,1%) dos colaboradores possuíam qualificações ao nível do ensino superior universitário.

Dando seguimento às normas constantes no Contrato Colectivo de Trabalho para a actividade seguradora publicado em 15/01/2012, a VICTORIA procedeu à devida

01 RELATÓRIO CONSOLIDADO

02 INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03 RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

alteração do Contrato Constitutivo do seu Fundo de Pensões, nomeadamente quanto ao seu Plano de Pensões de Contribuição Definida, agora elegível para todos os Colaboradores VICTORIA.

Em 2012, a VICTORIA transferiu o valor de 702.788,17€ do Plano de Benefício Definido para o Plano de Contribuição Definida, resultante do apuramento das Responsabilidades com Serviços Passados dos seus Colaboradores, admitidos na actividade seguradora até 22 de Junho de 1995.

Ainda de acordo com o actual Contrato Colectivo de Trabalho para a actividade seguradora, a VICTORIA efectuou em 2012 contribuições no total de 28.740,23€ para o mesmo Plano de Contribuição Definida, para afectação aos planos individuais dos seus Colaboradores admitidos na actividade seguradora entre 22 de Junho de 1995 e 31 de Dezembro de 2009.

O anterior Plano de Pensões de Benefício Definido mantém-se em vigor para garantir o pagamento das pensões dos beneficiários que já se encontravam a receber uma pensão através do Fundo de Pensões VICTORIA e as actualizações de pensões dos Colaboradores já reformados ao abrigo deste Plano de Benefício Definido, agora alterado.

02.8 Formação

Em 2012, a VICTORIA contou com a participação de 208 Colaboradores em programas de formação, maioritariamente em áreas técnicas de seguros e em cursos

com especialização técnica na actividade seguradora. O objectivo estratégico da Companhia na área da formação centrou-se precisamente em assegurar que todos os seus Colaboradores sejam reconhecidos e diferenciados por uma forte solidez técnica, garantia de aportar um valor acrescentado para Mediadores e Clientes finais.

Os dados relativos à formação ministrada são os seguintes:

- Total de Horas de formação – 4.450;
- Total de participações - 570, das quais 467 foram asseguradas por formadores internos;
- Áreas predominantes de formação: formação técnica em Produtos VICTORIA e específica do sector segurador (80%), formação em Sistemas de Informação e Micro-Informática (10%).

Academia VICTORIA

Em 2012, a VICTORIA relançou o conceito de Academia VICTORIA com o objectivo de promover o desenvolvimento de competências e o crescimento profissional dos Colaboradores, através de metodologias inovadoras que incentivam a passagem à prática dos conceitos adquiridos nos diferentes programas de formação, com vista a alavancarem directamente resultados organizacionais, objectivamente mensuráveis.

Neste contexto, foram criadas diversas metodologias de formação, com destaque para os Ciclos Formar, com o objectivo de promover o desenvolvimento de

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

competências e consolidar a preparação técnica inerente à função comercial na VICTORIA. Os Ciclos Formar destinam-se transversalmente a toda a estrutura comercial da Empresa, compreendem diversas etapas e patamares de formação e integram uma componente avaliativa.

- O 1º patamar do Ciclo Formar, centra-se sobretudo na actualização de conceitos e princípios que regulam e determinam a vivência de toda a actividade seguradora. Estes conceitos são fundamentais para dominar bem, tecnicamente, toda a moldura técnica da actividade seguradora.

- O 2º patamar do Ciclo Formar, destina-se à consolidação de conhecimentos técnicos como suporte à comercialização dos Ramos estratégicos. Visa dotar toda a estrutura comercial da VICTORIA dos principais conceitos associados a essas linhas de negócio, identificando factores técnico-comerciais relevantes para uma boa análise de situações concretas, com vista à melhor subscrição do negócio, tendo em conta necessidades do Cliente e factores de risco mais relevantes na respectiva subscrição.

Foram igualmente criados - Ciclos de Formação interna – nomeadamente nos Ramos Vida e Financeiros para Equipas internas, com vista a desenvolver e consolidar conhecimentos técnicos do Ramo Vida e dominar os processos de trabalho, através da sua aplicação prática em contexto de formação.

Foram igualmente desenvolvidos Jornadas e Workshops

Temáticos sobre os Ramos estratégicos da VICTORIA com o objectivo de dar a conhecer aos Colaboradores da Rede Comercial quais as principais especificidades técnicas e características comerciais que estão na génese de cada Ramo, factores diferenciadores no mercado e formas de prospecção.

Formação a Canais de Mediação

Dando continuidade à aposta na formação como alavanca estratégica para comercialização dos seus Produtos clara mais valia para os seus Mediadores, a VICTORIA aumentou a sua oferta formativa em 53 horas (total de 809 horas), correspondendo a 1100 participações em acções de formação ministradas aos diversos públicos-alvo, nomeadamente Formação técnico-comercial diversa a Agentes Estratégicos, Cursos de Qualificação e Lançamento de Novos Produtos.

Foram ainda realizados 25 cursos de formação em Qualificação Vida e Não Vida para novos Agentes de Seguros e Pessoas Directamente Envolvidas na Actividade Seguradora, fundamentalmente em regime de e-learning.

02.9 Investimentos

Na sequência da aquisição do grupo VICTORIA em Portugal pelo grupo SMABTP, a gestão de investimentos passou a ser efectuada através de mandatos celebrados com a empresa SMA Gestion, pertencente também ao grupo SMABTP. A estratégia de investimento do grupo dá prioridade à

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

selecção de activos com valor, em alternativa a uma simples selecção de classes de activos, e é implementada através de uma agregação de oportunidades de valor, restringida pelas características técnicas e legais das carteiras de investimento, e alicerçada numa elevada solidez financeira. A gestão foi acompanhada de forma regular pelo Comité de Gestão Activo Passivo, constituído por representantes das áreas financeira, actuarial, técnica e de risco. Foram também definidos processos locais de monitorização do risco de crédito e do risco de taxa de juro para acompanhamento do efeito na cobertura da margem de solvência.

A carteira de investimentos consolidada das empresas de seguros atingiu, no final de 2012, o montante de EUR 390.080.655 (2011: EUR 387.049.672). Comparativamente ao ano anterior registou-se um aumento considerável na rubrica Outros Activos Financeiros que passou a representar 9,8% do total da carteira de investimentos (2011: 1,6%). Este aumento surgiu na sequência da operação de aumento de capital realizada pela VICTORIA Seguros, S.A. no montante global de 31 milhões, e que por se ter concretizado perto do final do exercício, foi provisoriamente aplicada em depósitos a prazo. Relativamente às restantes rubricas, os investimentos em títulos representam 83,2% (2011: 91,0%), enquanto os investimentos imobiliários totalizam 7,1% (2011: 7,4%). A carteira de investimentos apresenta a seguinte distribuição:

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS	2012	2011	VAR 12/11
Total	390.080.655,28	387.049.671,71	0,78%
Títulos	324.420.532,68	352.161.471,23	-7,88%
Imóveis	27.617.957,98	28.789.042,31	-4,07%
Outros Activos Financeiros	38.042.164,62	6.099.158,17	523,73%

A carteira de títulos foi avaliada em EUR 324.420.533 (2011: EUR 352.161.471) e a 31 de Dezembro de 2012 apresentava a seguinte composição:

CARTEIRA DE TÍTULOS	2012	%	2011	%	VAR 12/11
Total	324.420.533	100%	352.161.471	100%	-7,88%
Dívida Pública	159.862.477	49,3%	221.916.198	63,0%	-28,0%
Acções	154.922	0,0%	191.375	0,1%	-29,0%
Obrigações Diversas	140.234.506	43,2%	124.790.134	35,4%	12,4%
Outros	24.168.628	7,4%	5.263.764	1,5%	359,2%

A qualidade de crédito dos títulos de dívida de taxa fixa em carteira, conjugada com o movimento de descida de *yields* na dívida pública dos países europeus com maior qualidade de crédito e de estreitamento de *spreads* na dívida pública emitida pelos países do sul da Europa, permitiu que a Reserva de Reavaliação registasse um aumento considerável.

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

No final de 2012 a Reserva totaliza 11.736.551 (2011: 1.339.415). Ao longo do exercício, e uma vez que a tendência de descida dos *yields* na dívida pública de maior qualidade, seria a prazo invertida, o investimento nesta classe de activos foi substituído numa primeira linha, por fundos de tesouraria e posteriormente por obrigações diversas com qualidade de crédito elevada. O investimento em Dívida Pública representa 49,0% (2011: 63,0%), enquanto as aplicações em Obrigações Diversas correspondem a 43,2% do total da carteira de títulos (2011: 35,4%).

A qualidade de crédito da carteira de investimento medida através das notações de *rating* apesar de registar alguma deterioração continua a classificar-se como de elevada qualidade. Destaca-se que o investimento em activos com qualidade de crédito elevada (mínimo A) representa 84,4% (2011: 85,6%).

RATING CARTEIRA	2012	2011
AAA	28,3%	50,8%
AA	36,9%	34,1%
A	19,2%	0,7%
BBB	11,1%	1,6%
BB	2,0%	1,1%
B	0,0%	
CC	0,0%	0,2%
NR	2,5%	11,5%
Total	100%	100%

O resultado de investimentos ficou abaixo do resultado de 2011 em cerca de 500 mil euros, totalizando EUR 9.139.924 (2011: EUR 9.637.272). A rubrica de rendimentos registou no entanto uma descida acentuada (-17%) que resultou do reinvestimento dos vencimentos de obrigações a taxa de rendimento inferiores. De forma positiva, destaca-se a contribuição da rubrica de ganhos realizados, que registou um aumento de 21,7% face a 2011 e gerou um resultado de 1.4 milhões de euros. Também com nota positiva, a rubrica de perdas por imparidade totalizou EUR 399.630 (2011: 1.611.818). Este registo contabilístico reflecte a reestruturação da dívida pública grega, não existindo actualmente qualquer potencial de perda adicional.

PROVEITOS DE INVESTIMENTOS	2012	2011	VAR 12/11
Total	9.139.942,2	9.637.272,5	-5,2%
Rendimentos	9.306.625,9	11.209.875,6	-17,0%
Ganhos Realizados	1.442.811,5	1.185.380,0	21,7%
Perdas Provenientes de Alienação	-1.209.883,2	-1.146.165,1	5,6%
Perdas por Imparidade	-399.630,0	-1.611.818,0	-75,2%

02.10 Fundos de Pensões

No ano de 2011, a VICTORIA manteve 6 Fundos de Pensões sob gestão. O volume de activos de Fundos de Pensões sob gestão atingiu em 2012 um montante de EUR 30.383.037

01

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

(2011: EUR 27.671.665), o que representa um crescimento de 9,8% (2011: 5,9%).

02.11 Meio Ambiente

A VICTORIA sempre prestou uma atenção especial à protecção do meio ambiente. Neste contexto inserem-se medidas que visam a poupança de energia e a utilização de meios de trabalho que reduzam o mais possível os efeitos negativos em termos ambientais.

Assim verificámos que, para além dos impressos publicitários e de alguns outros formulários de menor volume, o nosso consumo de papel assenta primordialmente em folhas A4, cujo consumo foi de 4,2 (2011: 4,6) milhões de folhas. Com a separação do nosso lixo, enviámos para reciclagem 2,6 (2011: 4,3) toneladas de papel e cartão, utilizando para o efeito o sistema de recolha Ecoponto da Câmara Municipal de Oeiras.

Os consumos de energia e água na nossa sede, incluindo assim os Edifícios VICTORIA e de Miraflores, situaram-se em 1.472.459 (2011: 1.489.388) KW/H de energia eléctrica, 21.323 (2011: 20.112) m3 de gás natural e 3.713 (2011: 3.576) m3 de água. O consumo nas nossas delegações foi de 199.227 (2011: 225.902) KW/H de energia eléctrica e de 1.080 (2011: 1.261) m3 de água. Isto significa, que o consumo médio, por empregado e por ano, foi de 5.307 (2011: 5.854) KW/H de energia eléctrica e de 15,2 (2011: 16,5) m3 de água.

02.12 Gestão de Riscos e Controlo Interno

O ano de 2012 foi marcado, no âmbito da Gestão de Riscos e Controlo Interno, pelo realinhamento da organização do nosso modelo de gestão de riscos e controlo interno à nova estrutura organizacional da VICTORIA e à realidade do grupo SMABTP.

Actualmente a área de Gestão de Riscos funciona integrada dentro da Direcção de Gestão de Riscos e Planeamento e contempla as seguintes funções:

- Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno
- Compliance
- Jurídico
- Anti-Fraude
- Branqueamento de Capitais

Tem como principal objectivo garantir a existência de um Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno adequado e eficaz, garantindo a conformidade com os princípios já conhecidos do projecto Solvência II, controlando e minimizando os riscos decorrentes da actuação da VICTORIA nas suas diversas dimensões: Riscos Específicos de Seguro, Risco Operacional, Risco Reputacional, Risco Estratégico, Risco de Mercado, Risco de Concentração, Risco de Crédito, Risco Legal e Risco de Compliance.

Durante 2012 destacam-se as seguintes actividades desenvolvidas pela área de Gestão de Riscos:

- Alinhamento com a estratégia e modelo do Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno existente no grupo SMABTP;

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

- Acompanhamento dos desenvolvimentos a nível europeu do projecto Solvência II e continuação dos trabalhos de preparação para dar resposta aos três pilares;
- Cálculo dos requisitos de capital para a VICTORIA Seguros, segundo os princípios de Solvência II, tendo servido de suporte à decisão para o nível de aumento de capital efectuado no final do ano;
- Construção e análise de indicadores de risco, que são apresentados e discutidos mensalmente na reunião de Direcção e trimestralmente no Comité de Gestão de Risco, permitindo identificar em cada momento os riscos mais críticos e delinear formas de os mitigar;
- Acompanhamento da actualização e revisão dos processos de negócio de acordo com a nova estrutura;
- Revisão das matrizes de risco operacional, alinhada com a actualização dos processos, identificando-se as actividades, riscos e respectivos controlos;
- Actualização e gestão da ferramenta Registo de Perdas, permitindo a criação de uma base de dados de perdas operacionais e consequentemente a implementação de melhorias e controlos que permitam mitigar os riscos identificados nalguns processos;
- Implementação de um novo modelo de gestão Anti-Fraude, constituído pelo Comité Anti-Fraude, área de Gestão de Riscos e as equipas multidisciplinares

dedicadas à investigação de Fraude, o qual permitiu detectar mais 170% de casos de fraude efectiva/suspeita relativamente ao período homólogo;

- Acompanhamento e monitorização mensal junto das respectivas áreas, das implementações necessárias para responder à legislação em vigor;
- Apoio técnico-jurídico a nível de clausulado de produtos e contratos inerentes à actividade.

A adequação e evolução do Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno é acompanhada e garantida pelo Comité de Gestão de Risco, que mantém a estrutura de coordenação pela Direcção de Planeamento e Gestão de Riscos, participação dos directores de topo da companhia e da auditoria interna, bem como as respectivas atribuições funcionais.

Todos os documentos inerentes às Normas de Governação, Políticas e Manuais de Processos estão disponíveis para consulta pelos colaboradores, na área institucional da Intranet VICTORIA e na Biblioteca.

A nível de formulário de reporte de situações de suspeita fraude, o mesmo foi revisto e está disponível quer na Intranet, como no portal de agentes e site oficial da VICTORIA.

Para 2013 as acções estratégicas delineadas pela área de Gestão de Riscos e alinhadas com o grupo SMABTP são, principalmente:

- Continuação do desenvolvimento das actividades no

01

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

âmbito de preparação da VICTORIA para o Solvência II, em particular desenvolvimento do modelo ORSA;

- Continuação da actualização das matrizes de risco operacional para os vários processos e respectiva avaliação da eficácia do Sistema de Controlo Interno;
- Construção de modelos de detecção e prevenção de Fraude;
- Dinamização da cultura de risco por toda a organização.

02.13 Margem de Solvência

O cálculo da Solvência Corrigida ao nível da sociedade gestora de participações no sector de seguros é efectuado pelo método baseado na consolidação contabilística. A cobertura da Margem de Solvência, é 2,40 (2011: 1,42) vezes superior ao necessário, representando este rácio um superavit de 41 Milhões de Euros (2011: EUR 12.8 Milhões de Euros). Na VICTORIA-Seguros, S.A., a Margem de Solvência evidencia no final do ano um rácio de cobertura de 2,53 (2011: 1,28). No seguimento das deliberações nas Assembleias Gerais Extraordinárias de 21 de Dezembro, procedeu-se ao aumento de capital da sociedade para EUR 34.850.000 através da emissão de 3.400.000 novas acções subscritas integralmente pela accionista VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A., com o valor unitário de EUR 5, perfazendo um total de EUR 17.000.000, com um ágio da emissão total de EUR 14.008.000. Na VICTORIA-Seguros de Vida, S.A., a Margem de Solvência evidencia um

rácio de cobertura de 2,27 (2010: 1,58).

02.14 Outras Informações

Não existem quaisquer compromissos financeiros, significativos para a apreciação da situação financeira da empresa, que não figurem no balanço.

02.15 Resultado do Exercício

O resultado do exercício líquido de impostos da VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A., é de EUR -422.894 (EUR 2011: EUR -28.308.987).

O resultado da conta técnico do seguro de vida é de EUR 485.332 (2011: EUR - 29.334). O resultado do exercício, após constituição da provisão para IRC e atribuição à Provisão para Participação nos Resultados, é de EUR 114.226 (2011: EUR 424.594).

O resultado da conta técnica do seguro não vida foi EUR - 7.293.007 (2011: EUR - 13.368.565). O resultado do exercício líquido de impostos é de EUR - 9.290.324 (2011: EUR: - 15.392.210).

O resultado da consolidação contabilística efectuada é de EUR - 9.655.609 (2011: EUR - 15.392.731).

2.16 Consolidação dos Resultados

Para efeitos de consolidação no Grupo Segurador SMABTP, França são também elaboradas contas em conformidade com as Normas de Contabilidade Francesas.

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

02.17 Considerações Finais e Previsões para o Ano 2013

O volume total de prémios de contratos de seguro e de entregas para contratos de investimento e contratos de prestação de serviços atingiu em Janeiro o valor de EUR 19.228.209 (2011: EUR 19.748.009), o que representa uma quebra de 2,6% (2011: -16,2%).

No plano de acção 2013, identificámos as iniciativas que vão permitir a consolidação das bases lançadas em 2012.

Posicionamento da VICTORIA

Vamos definir e lançar produtos com estrutura modular, começando com a comercialização conjunta de Vida, Saúde e Acidentes. Como suporte à nossa aposta no ramo Vida, vamos começar a desenvolver uma rede de mediadores estratégicos Vida. Atentos à evolução do mercado, vamos desenvolver a comercialização de Fundos de Pensões e aprofundar a nossa cooperação com a Império Assurances. Em saúde vamos continuar a inovar no mercado alargando a nossa oferta de produtos no ramo. Com base no plano estabelecido para Transportes vamos prosseguir com o nosso investimento neste ramo. Em multirriscos deveremos fazer uma revisão à oferta actual e lançar novos produtos.

Modelo de gestão

Vamos durante o ano analisar e repensar o nosso modelo de distribuição assim como a nossa política de marketing. Continuando a investir no desenvolvimento do VICTORIA.

net vamos apostar na melhoria da qualidade de dados. O desenvolvimento e implementação de modelos de prevenção e detecção de fraude é um dos eixos principais da nossa política de gestão de risco em 2013.

Cultura organizacional

Para além do desafio que lançámos “TODOS optimizamos custos na VICTORIA” com o qual pretendemos uma organização mais eficiente, vamos prosseguir com o plano de formação assim como várias acções de gestão do potencial dos nossos recursos. Num ano em que antecipamos um agravamento de dificuldades, queremos ainda reforçar na organização as acções de Responsabilidade Social interna. Por outro lado e como referimos anteriormente mantemos como lema da organização:

Todos vendemos na VICTORIA

Para conseguir este ambicioso plano precisamos de que todos os que fazem parte do Grupo VICTORIA estejam completamente motivados pelo projecto e que lutem por ele com todas as suas forças. Finalmente, queremos agradecer aos Accionistas, ao Conselho Fiscal e a todos os Colaboradores da VICTORIA o seu apoio e empenhamento indispensável para a concretização dos nossos objectivos.

Lisboa, 27 de Fevereiro de 2013

O Conselho de Administração

02

**INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA**

VICTORIA INTERNACIONAL
DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

**RELATÓRIO &
CONTAS
2012**

01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31.12.2012 E 31.12.2011

(UNIDADE: EUROS)

NOTAS DO ANEXO	BALANÇO	VALOR BRUTO AGREGADO	IMPARIDADE, DEPRECIACÕES / AMORTIZAÇÕES OU AJUSTAMENTOS	EXERCÍCIO CONSOLIDADO	EXERCÍCIO ANTERIOR
	ACTIVO				
1	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	12.380.912	-	12.380.912	7.489.629
3	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	2.943.383	-	2.943.383	-
	Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
4	Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	55.140.800	-	55.140.800	67.085.555
	Investimentos em outras participadas e participantes	-	-	-	-
	Instrumentos de capital e unidades de participação	5.842.977	-	5.842.977	2.240.591
	Títulos de dívida	49.297.823	-	49.297.823	64.844.964
	Outros	-	-	-	-
	Derivados de cobertura	-	-	-	-
5	Activos disponíveis para venda	269.970.292	690.559	269.970.733	285.075.915
	Investimentos em outras participadas e participantes	-	-	-	-
	Instrumentos de capital e unidades de participação	19.171.132	690.559	18.480.573	3.214.547
	Títulos de dívida	250.799.160	-	250.799.160	281.861.368
	Outros	-	-	-	-
6	Empréstimos e contas a receber	30.257.261	-	30.257.261	1.754.496
	Depósitos junto de empresas cedentes	-	-	-	-
	Outros depósitos	29.377.316	-	29.377.316	928.834
	Empréstimos concedidos	879.945	-	879.945	825.662
	Contas a receber	-	-	-	-
	Outros	-	-	-	-

01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31.12.2012 E 31.12.2011

(CONT)

(UNIDADE: EUROS)

NOTAS DO ANEXO	BALANÇO	VALOR BRUTO AGREGADO	IMPARIDADE, DEPRECIACÕES / AMORTIZAÇÕES OU AJUSTAMENTOS	EXERCÍCIO CONSOLIDADO	EXERCÍCIO ANTERIOR
	Investimentos a deter à maturidade	-	-	-	-
2	Terrenos e edifícios	27.617.958	21.918	27.596.040	28.789.042
	Terrenos e edifícios de uso próprio	2.444.050	21.918	2.422.132	2.678.650
	Terrenos e edifícios de rendimento	25.173.908	-	25.173.908	26.110.392
8	Outros activos tangíveis	8.896.762	7.930.586	966.176	1.182.795
8	Inventários	72.091	-	72.091	73.827
	Goodwill	-	-	-	-
9	Outros activos intangíveis	18.720.677	15.798.966	2.921.711	2.435.326
	Provisões técnicas de resseguro cedido	15.750.727	-	15.750.727	9.145.862
	Provisões para prémios não adquiridos	7.809.672	-	7.809.672	4.604.077
	Provisões matemática do ramo vida	-	-	-	-
	Provisões para sinistros	7.941.055	-	7.941.055	4.541.785
	Provisões para participação nos resultados	-	-	-	-
	Provisões para compromissos de taxa	-	-	-	-
	Provisões para estabilização de carteira	-	-	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-	-	-
11	Activos por benefícios pós-emprego e outros benef. de longo prazo	1.792.295	-	1.792.295	1.921.879
10	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	17.488.703	1.545.291	15.943.412	14.624.286
	Contas a receber por operações de seguro directo	14.431.946	990.317	13.441.629	7.730.806
	Contas a receber por outras operações de resseguro	780.071	-	780.071	1.064.076
	Contas a receber por outras operações	2.276.686	554.974	1.721.712	5.829.404

01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31.12.2012 E 31.12.2011

(CONT)

(UNIDADE: EUROS)

NOTAS DO ANEXO	BALANÇO	VALOR BRUTO AGREGADO	IMPARIDADE, DEPRECIACÕES / AMORTIZACÕES OU AJUSTAMENTOS	EXERCÍCIO CONSOLIDADO	EXERCÍCIO ANTERIOR
	Activos por impostos	1.648.041	-	1.648.041	2.620.712
	Activos por impostos correntes	599.381	-	599.381	356.910
12	Activos por impostos diferidos	1.048.660	-	1.048.660	2.236.802
16	Acréscimos e diferimentos	153.672	-	153.672	131.329
	Outros elementos do activo	-	-	-	-
	Activos não correntes detidos para venda e uindades operacionais descontinuadas	-	-	-	-
	TOTAL ACTIVO	462.833.574	25.987.320	436.846.254	422.330.653

01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31.12.2012 E 31.12.2011

(UNIDADE: EUROS)

NOTAS DO ANEXO	BALANÇO	EXERCÍCIO CONSOLIDADO	EXERCÍCIO ANTERIOR
	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
	PASSIVO		
13	Provisões técnicas	282.770.771	289.171.580
	Provisão para prémios não adquiridos	18.982.292	20.500.212
	Provisão matemática do ramo vida	177.214.981	185.688.076
	Provisão para sinistros	65.154.677	61.263.459
	De vida	7.571.636	7.103.055
	De acidentes de trabalho	27.043.868	26.128.208
	De outros ramos	30.539.173	28.032.196
	Provisão para participação nos resultados	8.196.821	6.578.656
	Provisão para participação nos resultados a atribuir	-	-
	Provisão para participação nos resultados atribuída	-	-
	Provisão para compromissos de taxa	2.489.132	2.523.105
	Provisão para estabilização de carteira	-	-
	Provisão para desvios de sinistralidade	4.338.425	4.137.185
	Provisão para riscos em curso	6.394.443	8.480.886
	Outras provisões técnicas	-	-
14	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	55.924.406	65.981.455
	Outros passivos financeiros	27.674	-
	Derivados de cobertura	-	-
	Passivos subordinados	-	-
	Depósitos recebidos de resseguradores	27.674	-
	Outros	-	-

01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO**BALANÇO CONSOLIDADO EM 31.12.2012 E 31.12.2011**

(CONT)

(UNIDADE: EUROS)

NOTAS DO ANEXO	BALANÇO	EXERCÍCIO CONSOLIDADO	EXERCÍCIO ANTERIOR
11	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	457.980	403.749
15	Outros credores por operações de seguros e outras operações	9.181.443	11.507.484
	Contas a pagar por operações de seguro directo	5.182.370	2.493.993
	Contas a pagar por outras operações de resseguro	1.318.770	1.398.636
	Contas a pagar por outras operações	2.680.303	7.614.853
	Passivos por impostos	5.438.632	2.717.942
	Passivos por impostos correntes	5.266.183	2.717.942
12	Passivos por impostos diferidos	172.449	-
16	Acréscimos e diferimentos	6.682.102	4.955.201
	Outras Provisões	3.148.785	2.036.913
	Outros elementos do passivo	-	-
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	-	-
	TOTAL PASSIVO	363.631.793	376.774.321
	CAPITAL PRÓPRIO	-	-
	Capital	54.500.000	37.500.000
	(Acções Próprias)	-	-
	Outros instrumentos de capital	-	-
	Reservas de reavaliação	9.987.805	974.312
	Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	9.838.381	(287.040)
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	149.424	1.261.352
	Por revalorização de activos intangíveis	-	-
	Por revalorização de outros activos tangíveis	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	-	-

01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31.12.2012 E 31.12.2011

(CONT)

(UNIDADE: EUROS)

NOTAS DO ANEXO	BALANÇO	EXERCÍCIO CONSOLIDADO	EXERCÍCIO ANTERIOR
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	-
	De diferenças de câmbio	-	-
	Reserva por impostos diferidos	(2.646.768)	(258.194)
	Outras Reservas	45.970.559	32.092.481
	Reserva legal	1.121.630	1.121.630
	Reserva estatutária	-	-
	Prémios de emissão	44.992.014	30.984.014
	Outras reservas	(143.085)	(13.162)
	Resultados Transitados	(24.941.526)	(9.359.538)
	Resultado do exercício	(9.655.609)	(15.392.730)
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	73.214.461	45.556.332
	Interesses Minoritários	-	-
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E INTERESSES MINORITÁRIOS	-	-
	TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	436.846.254	422.330.653

01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS EM 31.12.2012 E 31.12.2011

(UNIDADE: EUROS)

NOTAS DO ANEXO	CONTAS DE GANHOS E PERDAS	EXERCÍCIO CONSOLIDADO			TOTAL CONSOLIDADO	EXERCÍCIO ANTERIOR
		TÉCNICA VIDA	TÉCNICA NÃO VIDA	NÃO TÉCNICA		
	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	31.673.992	51.922.782	-	83.596.774	111.787.103
20	Prémios brutos emitidos	34.820.508	80.622.625	-	115.443.133	128.842.708
	Prémios de resseguro cedido	(3.236.812)	(33.936.382)	-	(37.173.194)	(22.236.951)
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	90.296	2.248.308	-	2.338.604	5.620.980
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	-	2.988.231	-	2.988.231	(439.634)
21	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	819.246	72.131	-	891.377	1.243.491
	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(35.423.244)	(43.001.149)	-	(78.424.393)	(105.615.152)
	Montantes pagos	(34.958.641)	(44.327.799)	-	(79.286.440)	(104.110.566)
22	Montantes brutos	(35.423.244)	(43.001.149)	-	(78.424.393)	(105.615.152)
	Parte dos resseguradores	880.714	18.456.527	-	19.337.241	9.789.692
	Provisão para sinistros (variação)	(464.603)	1.326.650	-	862.047	(1.504.586)
	Montantes brutos	(468.580)	(1.987.183)	-	(2.455.763)	730.397
	Parte dos resseguradores	3.977	3.313.833	-	3.317.810	(2.234.983)
	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	33.973	1.885.203	-	1.919.176	1.605.806
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	9.325.725	-	-	9.325.725	10.314.406
	Montantes brutos	9.325.725	-	-	9.325.725	10.314.406
	Parte dos resseguradores	-	-	-	-	-
	Participação nos resultados, líquida de resseguro	(1.512.232)	5.847	-	(1.506.385)	(1.787.775)
	Custos e gastos de exploração líquidos	(9.118.162)	(18.709.784)	-	(27.827.946)	(35.665.347)
	Custos de aquisição	(2.790.747)	(16.440.268)	-	(19.231.015)	(23.386.016)

01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS EM 31.12.2012 E 31.12.2011

(CONT)

(UNIDADE: EUROS)

NOTAS DO ANEXO	CONTAS DE GANHOS E PERDAS	EXERCÍCIO CONSOLIDADO			TOTAL CONSOLIDADO	EXERCÍCIO ANTERIOR
		TÉCNICA VIDA	TÉCNICA NÃO VIDA	NÃO TÉCNICA		
	Custos de aquisição diferidos (variação)	(692.770)	(284.817)		(977.587)	(1.511.436)
	Gastos administrativos	(6.359.260)	(8.738.038)	-	(15.097.298)	(15.470.529)
	Comissão e participação nos resultados de resseguro	724.615	6.753.339		7.477.954	4.702.634
23	Rendimentos	8.386.679	855.741	64.206	9.306.626	11.234.734
	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	7.842.749	855.741	64.206	8.762.696	9.897.161
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
	Outros	543.930	-	-	543.930	1.337.573
24	Gastos financeiros	(293.072)	(326.308)	(7.346)	(626.726)	(934.643)
	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-			-	-
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
	Outros	(293.072)	(326.308)	(7.346)	(626.726)	(934.643)
25	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	(148.161)	340.234	22.005	214.078	110.928
	De activos disponíveis para venda	(148.161)	374.966	81.410	308.215	110.928
	De empréstimos e contas a receber					
	De investimentos a deter até à maturidade					
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado					
	De outros	-	(34.732)	(59.405)	(94.137)	-
26	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	(2.799.989)	-	-	(2.799.989)	(3.651.414)
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	243.665

01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE RESULTADOS EM 31.12.2012 E 31.12.2011**

(CONT)

(UNIDADE: EUROS)

NOTAS DO ANEXO	CONTAS DE GANHOS E PERDAS	EXERCÍCIO CONSOLIDADO			TOTAL CONSOLIDADO	EXERCÍCIO ANTERIOR
		TÉCNICA VIDA	TÉCNICA NÃO VIDA	NÃO TÉCNICA		
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(2.799.989)	-	-	(2.799.989)	(3.895.079)
	Diferenças de câmbio					
	Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas			-	-	-
27	Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(399.630)	-	-	(399.630)	(1.611.818)
	De activos disponíveis para venda	(399.630)	-	-	(399.630)	(1.611.818)
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado					
	De investimentos a deter até à maturidade					
	De outros			-		
28	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	112.250	8.967		121.217	34.420
29	Outras provisões (variação)			(1.123.320)	(1.123.320)	(528.462)
30	Outros rendimentos/gastos			(766.336)	(766.336)	464.392
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas					
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial			(56.617)	(56.617)	-
	Ganhos e perdas de activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda					
	RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	657.375	(6.946.336)	(1.867.408)	(8.156.369)	(12.999.332)
	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	-	-	(815.687)	(815.687)	(382.637)
	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	-	-	(683.553)	(683.553)	(2.010.762)
	RESULTADO LÍQUIDO DE IMPOSTOS	657.375	(6.946.336)	(3.366.648)	(9.655.609)	(15.392.730)

01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS
EXERCÍCIOS FÍNDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011.12.2012 E 31.12.2011**

(UNIDADE: EUROS)

BALANÇO	EXERCÍCIO CONSOLIDADO	EXERCÍCIO ANTERIOR
Resultado líquido do exercício	(9.655.609)	(15.392.730)
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponiveis para venda	-	-
Por via de valorizações/desvalorizações	10.908.490	255.875
Por via de alienações	1.104.416	(1.004.619)
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edificios de uso próprio	(1.076.947)	-
Participação nos Resultados a atribuir ("shadow")	(1.922.466)	196.641
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	(2.388.574)	146.306
Ganhos e perdas actuariais reconhecidas	(129.923)	252.443
Outras perdas reconhecidas no capital próprio	(189.258)	-
TOTAL DO RENDIMENTO INTEGRAL	(3.349.871)	(15.546.084)

01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃODEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(UNIDADE: EUROS)

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA	2012	2011
1. ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos:	604.756.443	986.445.478
Clientes (prémios recebidos)	114.212.406	141.483.338
Venda/amortização de activos financeiros (Inv)	409.686.290	829.862.565
Juros e dividendos (Inv)	77.957.747	84.592
Recebimentos de taxas e impostos	-	-
Regularização c/c Seguradoras	2.900.000	15.014.983
Pagamentos:	(629.981.559)	(1.012.960.973)
Clientes (sinistros & estornos)	97.681.598	128.563.054
Comissões	5.506.600	8.063.370
Resseguradores	8.968.574	9.421.912
Outros prestadores	3.676.928	(1.174.553)
Fornecedores diversos	16.584.365	13.573.598
Pagamentos a colaboradores	7.895.168	6.172.654
Compra de activos financeiros (Inv)	469.213.264	814.427.218
Pagamento de taxas e impostos	17.147.558	20.750.596
Despesas de Viagem	395.754	328.529
Fundo Fixo Caixa	11.750	5.709
Regularização c/c Seguradoras	2.900.000	12.828.886
FLUXOS DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS	(25.225.116)	(26.515.495)
2. ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO	19.174	755
Recebimentos:	-	-
Investimentos Financeiros (reembolso de Emp. Conc.)	-	-
Imobilizações corpóreas (alienação)	-	-

01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**

(CONT)

(UNIDADE: EUROS)

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA	2012	2011
Imobilizações incorpóreas (alienação)	-	-
Juros de Emp. Conc.	19.174	755
Dividendos de participações	-	-
Pagamentos:	(910.775)	(935.585)
Investimentos Financeiros (Const. Emp. concedidos)	-	-
Imobilizações corpóreas (aquisição)	114.088	61.652
Imobilizações incorpóreas (aquisição)	796.687	873.933
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO	(891.601)	(934.830)
2. ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos:	31.008.000	17.000.000
Empréstimos Obtidos (Pela constituição)	-	-
Aumentos de Capital	31.008.000	17.000.000
Doações	-	-
Pagamentos:	-	-
Empréstimos Obtidos (Juros \$ reembolsos)	-	-
Amort. De contratos de locação financeira	-	-
Dividendos	-	-
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO	31.008.000	17.000.000
4= 1 + 2 + 3	Total do Fluxo de Caixa	
Caixa e seus equivalentes no início do período	7.489.629	17.939.954
Caixa e seus equivalentes no final do período	12.380.912	7.489.629

01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃODEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES DOS CAPITAIS PRÓPRIOS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(UNIDADE: EUROS)

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO		OUTRAS RESERVAS						TOTAL
		POR AJUST. NO JUSTO VALOR DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDAS	POR REVALOR. DE TERRENOS E EDIFÍCIOS DE USO PRÓPRIO	RESERVA POR IMPOSTOS DIFERIDOS	RESERVA LEGAL	PRÉMIOS DE EMISSÃO	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO	
Balço a 31 de Dezembro de 2010	35.650.000	463.645	1.062.770	(404.500)	697.992	15.834.014	943.678	(3.657.165)	(6.488.018)	44.102.416
Aumentos/reduções de capital	1.850.000	-	-	-	-	15.150.000	-	-	-	17.000.000
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	-	(748.744)	-	-	-	-	-	-	-	(748.744)
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Resultados a atribuir ("shadow")	-	(1.941)	198.582	-	-	-	-	-	-	196.641
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	-	146.306	-	-	-	-	-	146.306
Aumento de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	423.638	-	-	(6.911.656)	6.488.018	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ganhos/perdas reconhecidas directamente no capital próprio	-	-	-	-	-	-	(956.840)	1.209.283	-	252.443
Transfª entre rubricas Cap Próprio não incluídas noutras linhas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.392.730)	(15.392.730)
Balço a 31 de Dezembro 2011	37.500.000	(287.040)	1.261.352	(258.194)	1.121.630	30.984.014	(13.162)	(9.359.538)	(15.392.730)	45.556.332

01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES DOS CAPITAIS PRÓPRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(UNIDADE: EUROS)

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO		OUTRAS RESERVAS						TOTAL
		POR AJUST. NO JUSTO VALOR DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDAS	POR REVALOR. DE TERRENOS E EDIFÍCIOS DE USO PRÓPRIO	RESERVA POR IMPOSTOS DIFERIDOS	RESERVA LEGAL	PRÉMIOS DE EMISSÃO	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO	
Balanco a 31 de Dezembro de 2011	37.500.000	(287.040)	1.261.352	(258.194)	1.121.630	30.984.014	(13.162)	(9.359.538)	(15.392.730)	45.556.332
Aumentos/reduções de capital	17.000.000	-	-	-	-	14.008.000	-	-	-	31.008.000
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	-	12.012.906	-	-	-	-	-	-	-	12.012.906
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	(1.076.947)	-	-	-	-	-	-	(1.076.947)
Participação Resultados a atribuir ("shadow")	-	(1.887.485)	(34.981)	-	-	-	-	-	-	(1.922.466)
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	-	(2.388.574)	-	-	-	-	-	(2.388.574)
Aumento de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	-	-	-	(15.392.730)	15.392.730	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ganhos/perdas reconhecidas directamente no capital próprio	-	-	-	-	-	-	(129.923)	(189.258)	-	(319.181)
Transfª entre rubricas Cap Próprio não incluídas noutras linhas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	(9.655.609)	(9.655.609)
Balanco a 31 de Dezembro 2012	54.500.000	9.838.381	149.424	(2.646.768)	1.121.630	44.992.014	(143.085)	(24.941.526)	(9.655.609)	73.214.461

01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

ÍNDICE

I) Introdução

II) Informação por Segmentos

III) Políticas Contabilísticas

IV) Gestão de Riscos

V) Notas ao Balanço

- NOTA 1 - Caixa e equivalentes e depósitos à ordem
- NOTA 2 - Terrenos e Edifícios
- NOTA 3 - Investimentos em Associadas
- NOTA 4 - Activos financeiros detidos para negociação
- NOTA 5 - Activos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas
- NOTA 6 - Activos disponíveis para venda
- NOTA 7 - Empréstimos e contas a receber
- NOTA 8 - Afectação dos investimentos
- NOTA 9 - Outros activos tangíveis e inventários
- NOTA 10 - Outros activos intangíveis

- NOTA 11 - Outros devedores por operações de seguros e outras operações
- NOTA 12 - Activos e Passivos por Benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo
- NOTA 13 - Activos e Passivos por impostos
- NOTA 14 - Provisões Técnicas
- NOTA 15 - Passivos Financeiros de contratos de investimento
- NOTA 16 - Outros credores por operações de seguros e outras operações
- NOTA 17 - Acréscimos e Diferimentos
- NOTA 18 - Capital Próprio
- NOTA 19 - Transacções entre partes relacionadas
- NOTA 20 - Elementos extra patrimoniais

VI) Notas à Demonstração de Resultados

- NOTA 21 - Prémios de contratos de seguro
- NOTA 22 - Comissões recebidas de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento e contratos de prestação de serviços
- NOTA 23 - Custos com sinistros
- NOTA 24 - Rendimentos / réditos de investimentos
- NOTA 25 - Gastos Financeiros
- NOTA 26 - Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por Reservas
- NOTA 27 - Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por via de ganhos e perdas
- NOTA 28 - Perdas de Imparidades
- NOTA 29 - Outros rendimentos/gastos técnicos
- NOTA 30 - Outras Provisões (Variação)
- NOTA 31 - Outros rendimentos/gastos

01

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

- NOTA 32 - Gastos diversos por função
- NOTA 33 - Gastos com o pessoal

VII) Eventos subsequentes à data de encerramento

VIII) Justo valor de activos e passivos financeiros

IV) Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

X) Inventário de Títulos e Participações Financeiras

01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

I - INTRODUÇÃO

Por escritura pública de 29 de Outubro de 2002, a VICTORIA – Seguros, S.A., constituída em 1994, alterou a sua firma para VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. (“VICTORIA” ou “Grupo” e o seu objecto social para o de uma sociedade gestora de participações sociais. Nessa mesma data, constituiu uma nova empresa de seguros, que adopta a sua anterior firma VICTORIA - Seguros, S.A., pela transferência dos activos e passivos relacionados com a actividade de seguros dos ramos não vida que exerceu até essa data.

No dia 29 de Dezembro de 2011, o Grupo SMABTP formalizou a compra ao Grupo ERGO da VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A., proprietária da VICTORIA-Seguros de Vida, S.A.. Esta operação tinha sido anunciada a 21 de Setembro de 2011 e foi aprovada no início de Dezembro pelo Instituto de Seguros de Portugal.

Presente em Portugal desde 2007, através da sua afiliada Asefa, o Grupo SMABTP concentra a sua actividade no sector da construção e imobiliário, distribuindo os seus produtos através de uma rede de mediadores profissionais. O Grupo SMABTP, fundado em 1859, conta com 2.800 colaboradores. Em 2010, apresentava capitais próprios no valor de 2,1 mil milhões de euros e detinha 17 mil milhões de euros de activos sob gestão.

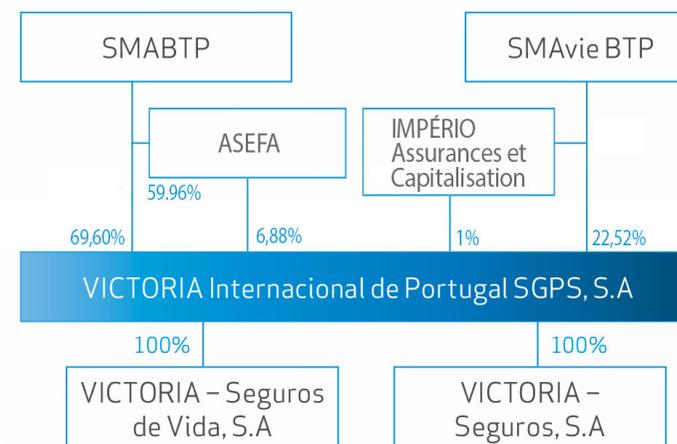
O Grupo SMABTP opera em todas as linhas de negócio

Vida e Não Vida, e é, em conjunto com as mútuas filiadas à SGAMBPT, líder no sector de seguros de construção em França. O Grupo SMABTP está presente em Espanha através da sua afiliada Asefa desde 1972, operando nos ramos Vida e Não Vida, e onde é também líder no mercado de seguros de construção.

A aquisição da VICTORIA enquadra-se na estratégia de crescimento e diversificação do grupo francês SMABTP e da sua afiliada Asefa.

• Estrutura do Grupo

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2012 incluem as contas da VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. e das suas subsidiárias, de acordo com a estrutura que abaixo se apresenta:



01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

II - INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Relato por segmentos operacionais

O relato por segmentos operacionais, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, e relativamente

aos contratos de seguros e contratos, é analisado como segue:

(UNIDADES: EUROS)

2012	VIDA	RAMOS NÃO VIDA	SAÚDE	INCÊNDIO E OUTROS DANOS	AUTOMÓVEL	ACIDENTES	OUTROS
Prémios brutos emitidos	34.820.508	80.622.625	25.977.521	18.397.975	17.360.874	13.465.352	5.420.903
Prémios de resseguro cedido	(3.236.812)	33.936.382	14.962.310	12.068.667	1.875.802	2.631.249	2.398.354
Prémios brutos adquiridos	34.910.804	82.870.933	25.855.041	19.256.628	18.531.994	13.882.046	5.345.224
Resultados dos investimentos	4.745.827	869.667	128.220	241.280	254.976	193.865	51.325
Custos com sinistros brutos	(36.307.935)	64.910.597	20.681.739	15.386.591	14.039.902	12.051.619	2.750.747
Custos de exploração brutos	(9.859.619)	26.004.165	7.374.187	5.791.007	6.212.804	5.030.829	1.595.337
Resultado técnico	657.375	(6.946.336)	(1.410.024)	(1.215.720)	(2.212.792)	(2.623.437)	515.637
Activos afectos à representação das provisões técnicas	226.402.944	89.372.262	10.144.227	19.852.381	22.252.431	33.320.562	3.802.661
Provisões técnicas	196.237.178	86.533.593	10.154.452	19.872.390	22.274.859	30.425.397	3.806.493

01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(UNIDADES: EUROS)

2011	VIDA	RAMOS NÃO VIDA	SAÚDE	INCÊNDIO E OUTROS DANOS	AUTOMÓVEL	ACIDENTES	OUTROS
Prémios brutos emitidos	33.264.425	95.578.283	28.162.238	21.109.886	24.055.673	17.448.756	4.801.730
Prémios de resseguro cedido	(2.720.115)	(19.516.836)	(1.235.644)	(11.468.037)	(2.261.754)	(3.109.792)	(1.441.609)
Prémios brutos adquiridos	33.471.891	100.991.797	28.531.060	21.512.943	28.354.318	17.778.983	4.814.493
Resultados dos investimentos	3.698.691	1.124.585	148.877	179.137	247.678	526.907	21.986
Custos com sinistros brutos	(34.892.088)	(78.277.773)	(23.204.133)	(11.265.370)	(24.898.578)	(16.519.889)	(2.389.803)
Custos de exploração brutos	(10.328.399)	(30.039.582)	(6.253.728)	(6.861.396)	(8.851.887)	(6.638.707)	(1.433.864)
Resultado técnico	11.591	(13.272.416)	(822.685)	(215.912)	(5.108.807)	(7.583.647)	458.635
Activos afectos à representação das provisões técnicas	216.441.162	98.476.351	8.556.218	18.114.902	24.769.123	44.826.174	2.209.934
Provisões técnicas	202.736.850	86.434.729	8.654.536	18.323.058	25.053.741	32.168.065	2.235.329

III - POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Bases de apresentação

No âmbito do disposto da Norma Regulamentar nº 4/07, as demonstrações financeiras consolidadas são preparadas de acordo com um novo regime (Novo Plano de Contas para Empresas de Seguros ("PCES 07")), onde são de aplicação obrigatória as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") adoptadas no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, com excepção do IFRS 4, em que apenas são adoptados os princípios de classificação do tipo

de contratos celebrados pelas empresas de seguros. A Norma Internacional de Relato Financeiro (IFRS) 4, que tendo um carácter provisório não apresenta um regime estável para questões tão importantes como a avaliação dos passivos associados a esses contratos

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC"), e pelos respectivos órgãos antecessores, tal como adoptadas pela União Europeia.

Em 2012 a VICTORIA adoptou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de Janeiro de 2012. Essas normas apresentam-se discriminadas no ponto IX.

01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os resultados das suas operações para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011. Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em euros, arredondados à unidade. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos financeiros disponíveis para venda, das propriedades de investimento que se encontram ao justo valor, dos imóveis de uso próprio que se encontram ao custo revalorizado, activos financeiros classificados ao justo valor através de resultados e passivos por contratos de investimento classificados ao justo valor através de resultados. Os restantes activos e passivos financeiros, bem como activos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

As Demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho de Administração do dia 27 de Fevereiro de 2013.

Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB com relevância na actividade da Companhia, cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de Janeiro de 2012 e que a Companhia não adoptou antecipadamente são apresentadas na secção IX. Estas Normas serão adoptadas a partir da data do endosso pela UE.

Princípios contabilísticos e critérios valorimétricos

Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas da VICTORIA ("Grupo"), é composta pelas demonstrações financeiras separadas e das demonstrações financeiras das suas subsidiárias Victoria – Seguros de Vida, S.A. e Victoria – Seguros, S.A.. As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando o Grupo detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando o Grupo detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. As empresas

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento em que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que esse controlo cessa.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária atribuíveis aos interesses controlados excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, o excesso é atribuível ao Grupo, sendo os prejuízos registados em resultados na medida em que forem incorridos. Os lucros obtidos subseqüentemente são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas atribuídas a interesses não controláveis anteriormente absorvidas pelo Grupo sejam recuperadas. Após 1 de Janeiro de 2010, as perdas acumuladas são atribuídas aos interesses não controlados nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses não controlados negativos.

Após 1 de Janeiro de 2010, numa operação de aquisição por partes adicionais (“step acquisition”) que resulte na aquisição de controlo, a reavaliação de qualquer participação anteriormente adquirida é reconhecida por contrapartida de resultados aquando do cálculo do goodwill. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é reavaliada ao mercado na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Em 31 de Dezembro de 2012 as empresas subsidiárias incluídas na consolidação são apresentadas na Nota I.

Saldos e transacções eliminadas na consolidação

Saldos e transacções entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas demonstrações financeiras consolidadas.

Classificação dos Contratos de Seguros

Relativamente à IFRS 4, apenas são adoptados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros, continuando a aplicar-se ao reconhecimento e mensuração dos passivos resultantes desses contratos as regras e princípios anteriormente já estabelecidos na legislação e nas normas do ISP. Como estabelecido nas referidas normas, a classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros é aplicável apenas ao plano contabilístico, não resultando nenhuma alteração ao nível contratual, para-fiscal, prudencial ou quaisquer outros.

De acordo com o estipulado pela IFRS 4, apenas deverão ser considerados contabilisticamente como contratos de seguros, os contratos em que se verifique a existência, em simultâneo, da incerteza quanto ao acontecimento seguro e a transferência significativa do risco seguro. Os contratos de seguros que revestem a natureza de produtos financeiros são considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento. Desta forma, todos os

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

movimentos de entradas e saídas, são registados na rubrica de Passivos Financeiros e aplicam-se as regras da IAS 32, IAS 39 e IFRS 7.

Para os contratos de seguro enquadrados pela IFRS 4, e uma vez que os prémios de seguro directo são reconhecidos como proveitos na data da emissão ou renovação da respectiva apólice e os sinistros são registados aquando da participação, o Grupo realiza no final de cada exercício determinadas especializações contabilísticas de custos e proveitos, como segue:

Provisão matemática

As provisões matemáticas referentes ao Ramo Vida têm como objectivo registar o valor actuarial das responsabilidades futuras do Grupo, após dedução do valor actuarial dos prémios futuros relativamente à apólices emitidas, e são calculadas com base em métodos actuariais enquadrados no normativo do Instituto de Seguros de Portugal. As provisões matemáticas são zillmerizadas. Adicionalmente, são efectuados a cada data de reporte, testes à adequação das responsabilidades, descontando a projecção dos cashflows futuros associados aos contratos. Qualquer deficiência determinada é registada por contrapartida de resultados.

i) Provisão para prémios não adquiridos

Para o Ramo Vida, e de acordo com o disposto no decreto-lei 94-B/98, de 17 de Abril, com a redacção que lhe foi dada pelo decreto-lei 8-A/2002, de 11 de Janeiro, são constituídas provisões para prémios não adquiridos para

os seguros temporários anuais renováveis. Para estes seguros e para os restantes seguros do Ramo Não Vida, a provisão para prémios não adquiridos corresponde à parte dos prémios brutos emitidos relativamente a cada um dos contratos de seguro em vigor, a imputar a um ou a vários exercícios seguintes, deduzida das comissões de mediação respectivas. O montante desta provisão é calculado mediante a aplicação do método “pro-rata temporis” por cada contrato em vigor, para todos os ramos.

ii) Provisão para sinistros

A provisão para sinistros, para o Ramo não Vida, corresponde ao custo com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR), bem como os custos directos e indirectos associados à sua regularização no final de cada exercício.

As reservas matemáticas relativas aos sinistros ocorridos, envolvendo o pagamento de pensões vitalícias, referentes ao ramo Acidentes de Trabalho, são calculadas mediante tabelas e fórmulas actuariais, estabelecidas pelo Instituto de Seguros de Portugal.

Relativamente ao Ramo Vida, a provisão para sinistros corresponde ao valor previsível dos encargos com sinistros ainda não regularizados ou já regularizados mas ainda não liquidados no final do exercício. Esta provisão foi determinada como se segue:

- a partir da análise dos sinistros pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data; e
- pela provisão genérica de 6% do valor dos custos com

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

sinistros do exercício, exceptuando vencimentos, resgates e as importâncias provenientes de contratos de rendas vitalícias, de forma a fazer face à responsabilidade com sinistros declarados após o fecho do exercício (IBNR).

iii) Provisão para participação nos Resultados

Para o Ramo não Vida, esta provisão corresponde aos montantes atribuídos aos tomadores de seguros ou aos beneficiários de contratos, a título de participação nos resultados em função dos resultados técnicos dos contratos respectivos.

Relativamente ao Ramo Vida, a provisão para participação nos resultados é relativa aos montantes atribuídos aos tomadores de seguros ou aos beneficiários dos contratos sob a forma de participação nos resultados desde que tais montantes não tenham sido já distribuídos pela inclusão nas Provisões Matemáticas.

Provisão para participação nos resultados a atribuir (Shadow accounting)

De acordo com o estabelecido no Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PCEs 07"), os ganhos e perdas não realizados dos activos financeiros afectos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade.

iv) Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor.

iv) Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face à sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguro em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações.

v) Comissões de mediação

A comissão de mediação é a remuneração contratualmente atribuída aos mediadores pela angariação de contratos de seguro e são registadas como custos no momento da emissão dos respectivos recibos de prémios.

Terrenos e edifícios

No que respeita aos investimentos em terrenos e edifícios, e são considerados terrenos e edifícios de uso próprio todas as propriedades que se encontram afectas ao serviço da empresa em parte superior a 5%.

Por aplicação da IAS 16, os imóveis encontram-se valorizados através do modelo de revalorização, existindo avaliações periódicas efectuadas por um avaliador independente, e por períodos entre os três e os cinco anos, de acordo com os métodos reconhecidos pelo Instituto de

01

RELATÓRIO CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Seguros de Portugal.

As variações patrimoniais resultantes das avaliações são reconhecidas em Reservas de reavaliação se positivas, e em Resultados se negativas ou se esgotada a Reserva de Reavaliação. As taxas de amortização são determinadas pelo número de anos de vida útil atribuída a cada imóvel.

Sempre que a taxa de ocupação de um imóvel, por serviços da empresa, seja inferior aos 5%, os imóveis são considerados propriedades de investimento, com aplicação da IAS 40. Pelo facto dos imóveis se encontrarem a representar provisões técnicas, a mensuração adoptada é o modelo do justo valor de mercado. As variações patrimoniais resultantes das avaliações são reconhecidas em Resultados.

Os factores que influenciam o reconhecimento de imparidades nos terrenos e edifícios, de acordo com a IAS 36, devem-se principalmente ao declínio significativo nos valores de mercado imobiliário, bem como a danos provocados de forma anormal no imóvel. Tais factores, a acontecerem, e pelo facto dos imóveis se encontrarem valorizados pelo modelo de revalorização, serão objecto de avaliação independente, não existindo por esse facto, lugar ao reconhecimento de imparidades.

Activos financeiros

A VICTORIA classifica os seus activos financeiros no início de cada transacção considerando a intenção que lhes está subjacente de acordo com as seguintes categorias:

Activos financeiros disponíveis para venda. Esta categoria inclui:

- Activos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
- Activos que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
- Activos que não se enquadrem nas categorias restantes.

Activos financeiros ao justo valor através dos resultados - Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo ou que são instrumentos derivados, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Esta categoria inclui os investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro uma vez que os passivos associados se encontram também ao justo valor através de resultados.

Empréstimos concedidos e contas a receber são activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado activo, que não sejam activos adquiridos com intenção de alienação a curto prazo (detidos para negociação) ou não classificados como activos financeiros ao justo valor através de resultados no seu reconhecimento inicial.

Esta categoria inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro directo, resseguro cedido e transacções relacionadas com contratos de seguro e outras transacções.

01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de activos financeiros são reconhecidos na data da negociação (“trade date”), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa; quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; quando a Companhia tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas

é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (“bid-price”). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (1) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (2) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

Em Outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de activos financeiros ao justo valor através de resultados ou de negociação para as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda, empréstimos e contas a receber ou para activos financeiros detidos até à maturidade, desde

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

que esses activos financeiros obedeçam às características de cada categoria. As transferências de activos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Empréstimos e contas a receber e Activos a deter até à maturidade são também permitidas. A VICTORIA não procedeu à reclassificação de quaisquer activos.

Imparidade

A avaliação e o cálculo da **imparidade nos activos disponíveis para venda**, segue os seguintes procedimentos:

Títulos de rendimento variável; A imparidade é um processo irreversível. A partir do momento que uma imparidade é contabilizada no activo, deve ser sempre contabilizada daí em diante.

I - Acções e Fundos de Investimento cujo Preço de Mercado está mais de 20% abaixo do custo histórico devem ser considerados para imparidade;

II - Acções e Fundos de Investimento cujo Preço de Mercado está abaixo do Custo histórico por um período superior a 6 meses, devem ser considerados para imparidade;

Títulos de rendimento fixo

I - Determinação dos activos potencialmente sujeitos a Imparidade:

- a) Obrigações cujo Valor de Mercado é pelo menos 20% inferior ao Custo Amortizado;
- b) Obrigações cujo Valor de Mercado é inferior a 70%

do seu Valor Nominal;

II - Análise casuística de cada uma das obrigações que cumprem algum dos critérios anteriores, procurando determinar se existe evidência objectiva de imparidade. De acordo com a IAS 39.59 a evidência objectiva pode ser descrita como:

- a) Significativa dificuldade financeira do Emitente
- b) Quebra de Contrato, tal como Moratória ou não pagamento de juros ou Capital
- c) Concessão de determinadas facilidades ao Emitente por uma Entidade Credora, explicável apenas pela complicada situação financeira do Emitente
- d) Probabilidade de que o Emitente vai declarar falência ou outro tipo de reestruturação financeira
- e) Desaparecimento de um mercado activo para esse título, em virtude de dificuldades financeiras
- f) Outros factores

Ajustamento de recibos por cobrar

O ajustamento de recibos por cobrar tem por objectivo adequar o montante dos prémios em cobrança para o seu valor estimado de realização. As alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº122/2005 e pelo Decreto-lei nº199/2005, na sua generalidade, vêm estipular que o contrato de seguro só produz efeitos com o pagamento do prémio ou fracção por parte do tomador de seguro. Significa isto que, prémio que não tenha sido cobrado deverá ser anulado. Nesse sentido, a Norma nº16/2006-R vem, e no cumprimento da referida legislação, clarificar o método de cálculo do referido ajustamento.

Assim, e pelo facto de existirem diversas formas de

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

pagamentos de prémios em que alguns podem ainda se encontrar por cobrar, torna-se necessário proceder a um ajustamento que traduza de alguma forma, a incobabilidade dos mesmos. Deste modo, cada empresa deverá apurar um coeficiente de acordo com a sua própria experiência.

Activos Intangíveis

Os activos intangíveis são valorizados ao custo de aquisição. As amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base na vida útil estimada dos bens e que se situa nos 3 anos.

Activos tangíveis

As imobilizações corpóreas são contabilizadas ao respectivo custo histórico de aquisição. As suas amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais que reflectem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

- | | |
|------------------------------|--------------|
| • Equipamento administrativo | 12,5% |
| • Máquinas e ferramentas | 12,5% a 25% |
| • Equipamento informático | 25% e 33% |
| • Instalações interiores | 10% a 16,66% |

A avaliação efectuada para determinação da existência de **imparidade nos activos tangíveis e intangíveis** é efectuada tendo por base indicadores internos que avaliam os níveis de obsolescência ou danos físicos e/ou a expectativa de declínio na performance do activo.

Dependendo dos casos, o procedimento adoptado reveste-se de duas formas, ou a vida útil do bem é ajustada ou o bem é abatido, pelo que não haverá lugar a registo de imparidade.

Caixa seus equivalentes e depósitos à ordem

Esta rubrica engloba os valores registados no balanço cuja maturidade é inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem passivos de contratos de investimento, empréstimos, credores por operações de seguro directo e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (1) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

incorridos e (2) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio na data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

Benefícios aos empregados

Em 23 de Dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Colectivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos.

De salientar as seguintes alterações decorrentes do novo Contrato Colectivo de Trabalho: (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no activo admitidos até 22 de Junho de 1995 deixam de ser abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de 55% do salário base mensal pago em 2012 e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no activo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respectivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia procedeu à liquidação da responsabilidade (“settlement”).

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma foram calculadas com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, individualmente para cada plano através da estimativa do valor dos benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados.

Plano de contribuição definida

Com a alteração do CCT, o plano de contribuição definida existente, foi objecto de revisão tendo em vista a uniformização de benefícios e procedimentos.

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Desta forma, o plano de contribuição definida passou a integrar as anteriores modalidades, em que:

- Para os colaboradores no activo admitidos na actividade seguradora após 22 de Junho de 1995 e participantes do Fundo de Pensões em vigor até 31.03.2012, o valor constituído na sua conta individual foi afecto ao respectivo plano individual de reforma.
- Para os colaboradores dos Associados na situação de activos, admitidos na actividade seguradora até 22 de Junho de 1995, o valor das responsabilidades por serviços passados financiado pelo Plano de Benefício Definido, foi convertido para um Plano Individual de Reforma, à data de 31.12.2011 de acordo com o método e pressupostos utilizados na avaliação actuarial de 28 de Fevereiro de 2012 e aditamento de 08 de Junho de 2012.

Plano de benefício definido

Com a alteração do CCT, o plano de benefício definido passou a garantir:

- pagamento de pensões a todos os beneficiários que, à data da alteração do plano, se encontravam a receber uma pensão paga pelo fundo;
- actualização de pensões atribuídas a colaboradores que passaram à situação de reforma por velhice ou invalidez no âmbito do plano de benefício definido anterior.

Prémio de permanência

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos nas Companhias do Grupo. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma

metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego. Os desvios actuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros resultam do imposto corrente e do imposto diferido. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que serão também registados por contrapartida em capitais próprios. Os impostos correntes são apurados de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes

01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

Provisões

São reconhecidas provisões quando (1) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (2) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (3) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de activos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas. O cálculo do custo amortizado é efectuado utilizando o método da taxa efectiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

Dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

Loações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras - como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

Estimativas e Julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos

princípios contabilísticos pela VICTORIA são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade de activos financeiros disponíveis para venda

A VICTORIA utiliza os seguintes critérios para a realização do teste de imparidade:

Títulos de rendimento variável

A imparidade é um processo irreversível. A partir do momento que uma imparidade é contabilizada no activo, deve ser sempre contabilizada daí em diante.

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

I - Acções e Fundos de Acções cujo Preço de Mercado está mais de 20% abaixo do custo histórico devem ser considerados para imparidade;

II - Acções e Fundos de Acções, cujo Preço de Mercado está abaixo do Custo histórico por um período superior a 6 meses, devem ser considerados para imparidade;

Títulos de rendimento fixo

I - Determinação dos activos potencialmente sujeitos a Imparidade:

- a) Obrigações cujo Valor de Mercado é pelo menos 20% inferior ao Custo Amortizado;
- b) Obrigações cujo Valor de Mercado é inferior a 70% do seu Valor Nominal;

II - Análise casuística de cada uma das obrigações que cumprem algum dos critérios anteriores, procurando determinar se existe evidência objectiva de imparidade. De acordo com a IAS 39.59 a evidência objectiva pode ser descrita como:

- a) Significativa dificuldade financeira do Emitente
- b) Quebra de Contrato, tal como Moratória ou não pagamento de juros ou Capital
- c) Concessão de determinadas facilidades ao Emitente por uma Entidade Credora, explicável apenas pela complicada situação financeira do Emitente
- d) Probabilidade de que o Emitente vai declarar falência ou outro tipo de reestruturação financeira
- e) Desaparecimento de um mercado activo para esse título, em virtude de dificuldades financeiras
- f) Outros factores

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da VICTORIA.

Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre lucros. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Grupo, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração VICTORIA, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Provisões técnicas

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem a provisão matemática, provisão para participação nos resultados, a provisão para prémios não adquiridos, a provisão para riscos em curso, o teste de adequação das responsabilidades e a provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização.

Quando existem sinistros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pelo Grupo é reconhecido como perda nos resultados. O Grupo estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, o Grupo avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias actuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respectivas. As provisões são revistas periodicamente por actuários qualificados.

As provisões não representam um cálculo exacto do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação actuariais. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

IV – GESTÃO DE RISCOS

1. Risco Estratégico

O risco estratégico é baseado no risco de perdas por decisões e objectivos estratégicos inadequados. A nível estratégico a VICTORIA tem delineado os objectivos estratégicos globais a três anos (2012-2014), bem como anualmente define o plano de acções estratégicas a desenvolver e implementar durante o ano, bem como o orçamento anual. A estratégia é delineada tendo em conta a realidade da Companhia, o apetite ao risco da mesma e respectiva capacidade de o assumir de forma sustentável, bem como a envolvente do mercado segurador e financeiro. As acções estratégicas e o orçamento são apresentados anualmente no encontro de anual de colaboradores, assegurando que todos sabem os objectivos da empresa. Por outro lado existe um acompanhamento mensal da evolução das acções e orçamento, que é analisado mensalmente na reunião de Direcção, permitindo assim

01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

analisar possíveis desvios e impactos face ao inicialmente previsto.

2. Risco Reputacional

O Risco Reputacional corresponde ao risco de perdas originadas pelo declínio de imagem. Alguns indicadores analisados de forma a medir e mitigar este risco têm sido:

- Relatório trimestral da evolução das reclamações, por tipologia, rácio de razão dos clientes, bem como rapidez de resposta;
- Análise e acompanhamento das campanhas efectuadas, a nível de mediação e clientes, pela Direcção de Marketing e respectiva área Técnica, tendo em conta os objectivos inicialmente previstos versus os atingidos.

3. Risco específico de Seguros

O risco específico de Seguros pode resultar em perdas inesperadas, que se tornarão evidentes através da insuficiência dos prémios e/ou das provisões constituídas para fazer face aos custos totais dos compromissos assumidos e/ou a assumir.

Estas perdas podem resultar de diversos factores:

- Deficiências nos processos de subscrição, de desenho e tarifação de produtos, de provisionamento e de gestão de sinistros;
- De alterações nos riscos mais significativos como o risco biométrico (que inclui o risco de mortalidade, de longevidade e o risco de morbilidade), o risco de taxa de juro, o risco de descontinuidade, o risco de despesas e o risco de catástrofe no Ramo Vida.

- Nos Ramos Não Vida o risco de prémios, o risco de provisões e o risco de catástrofe.

Políticas de subscrição

As políticas de subscrição estão enquadradas dentro das directrizes globais de gestão da Companhia, nomeadamente em matéria de gestão do risco segurável sendo revistas de acordo com a procura de mercado dentro dos necessários critérios de prudência técnica.

A aceitação de riscos no Ramo Vida é efectuada pelo Departamento Técnico Vida com base no Manual de Subscrição. As normas de aceitação foram revistas em 2010 e dependem essencialmente dos factores idade das possíveis pessoas seguras e capitais a segurar. Estas normas têm em conta a experiência da VICTORIA Vida e estão de acordo com as indicações dos resseguradores. A VICTORIA Vida dispõe ainda, para a avaliação de riscos médicos, de um Gabinete Médico, sendo a aceitação clínica e correspondente tarifação efectuada em conjunto por este e pela Direcção Técnica.

Para o Ramo Não Vida, a prática destas políticas está definida no manual de subscrição de riscos e de gestão de carteiras, revisto em 2012. Este documento estabelece as regras gerais e específicas que devem ser respeitadas na subscrição de novos segmentos e na gestão das carteiras existentes, tanto no negócio de seguro directo, como no negócio de resseguro aceite.

Tarifação

A VICTORIA procura adequar os prémios praticados ao risco segurável de forma a obter a obter uma rentabilidade

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

positiva e de encontro com a expectável. A adequabilidade do pricing é testada por análises periódicas aos resultados da carteira, bem como através de várias análises aos rácios combinados das carteiras existentes.

Entre os vários factores influenciadores do preço destacam-se os custos estimados com sinistros e o timing em que os mesmos ocorrem, custos associados à sua comercialização, evolução do mercado de capitais, requisitos para cumprimento da margem de solvência, rentabilidade dos produtos e condições de oferta do mercado segurador para produtos equivalentes.

Provisionamento no Ramo Vida

As provisões técnicas são calculadas de acordo com os pressupostos contratualmente definidos para cálculo dos prémios, excepto no caso de algumas carteiras de Rendas Vitalícias. A adequação destas provisões às responsabilidades assumidas é revista numa base anual, através da realização de um teste de adequação das responsabilidades (Loss Adequacy Test - LAT). Este teste é efectuado com os cash-flows (prémios, custos com sinistros e despesas) utilizados na avaliação das provisões técnicas a valores económicos e descontados com a curva de taxas de juro ajustadas à composição dos títulos da carteira global de activos. A implementação de acções correctivas em resultado deste teste é imediatamente reconhecida e registada.

Provisionamento nos Ramos Não Vida

As provisões para sinistros são constituídas caso a caso com um adequado nível de prudência. Trimestralmente

são efectuados processos de revisão, com base nos quais se detectam possíveis desvios da sinistralidade face ao provisionado e se procede ao respectivo ajustamento. Numa óptica de monitorização contínua das provisões são produzidos relatórios de excepção, que visam analisar e resolver situações anómalas.

Resseguro

Numa óptica de redução da exposição ao risco, a VICTORIA possui uma política de resseguro clara e rigorosa, que lhe permite a cedência de parte dos riscos por si assumidos para outras resseguradoras. As principais resseguradoras com quem a VICTORIA manteve contratos de resseguro em 2012 foram a Munich Re, a Swiss Re e a Scor Global Life. Há ainda outras resseguradoras com quem o Grupo trabalha, ainda que com um peso menos significativo em relação a estas duas resseguradoras. Como membro do International Group Program (IGP) a VICTORIA tem, ainda um acordo de resseguro com o John Hancock (gestor do IGP), relativamente aos Ramos Vida e Doença.

01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

O resseguro existente nas Companhias do Grupo tem por base os tratados de resseguro resumidos no quadro seguinte:

RAMO	TIPO DE RESSEGURO	RETENÇÃO	LIMITE DE COBERTURA
RAMO VIDA			
Vida Individual	Surplus	100	1.100
Vida Grupo	Surplus	150	1.500
Vida Individual/Grupo (catástrofe)	Excess of Loss	300	8.100
RAMOS NÃO VIDA			
Incêndio e outros danos (including Engineering)	First Surplus	500	18.000
	Sublimit for Engineering	500	8.000
	Quota Share	350	500
Incêndio e outros danos (catástrofes naturais)	Excess of Loss	10.000	170.000
			160.000. xs 10.000
Automóvel	Excess of Loss	500	50.000
Marítimo, aéreo e transportes	Surplus	300.	3.300
	Sublimit for Cargo	150	1.650
	Excess of Loss per event	300	1.500
Acidentes Pessoais	Quota Share	360	600
	Excess of Loss per event	360	3.600
Acidentes de Trabalho	Excess of Loss	400	7.000
Responsabilidade Civil	Excess of Loss	250	3.000

Quadro 1 (valores em milhares de Euros)

01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃONOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

No quadro abaixo, encontram-se os prémios de seguro directo e de resseguro:

RAMOS	PRÉMIOS 2012			PRÉMIOS 2010		
	SEGURO DIRECTO	RESSEGURO CEDIDO	TOTAL LIQUIDO	SEGURO DIRECTO	RESSEGURO CEDIDO	TOTAL LIQUIDO
Ramo Vida						
Vida Individual	24.359	270	24.089	21.667	215	21.452
Vida Grupo	10.461	2.967	7.494	11.597	2.505	9.092
TOTAL RAMO VIDA	34.820	3.237	31.583	33.264	2.720	30.544
Ramos Não Vida						
Doença	25.978	14.962	11.015	28.162	1.236	26.926
Incêndio e outros danos	18.398	12.069	6.329	21.110	11.468	9.642
Automóvel	17.361	1.876	15.485	24.056	2.262	21.794
Acidentes	13.465	2.631	10.834	17.449	3.110	14.339
Marítimo, aéreo e transportes	4.496	2.093	2.403	3.938	1.325	2.613
Diversos	925	305	620	863	116	747
TOTAL RAMO NÃO VIDA	80.623	33.936	46.686	95.578	19.517	76.061

Quadro 2 (valores em milhares de euros)

Obs.: Estes valores não incluem os contratos de Investimento no ramo Vida, nem os contratos de prestação de serviços para o ramo Doença, classificados de acordo com o Novo Planos de Contas das Empresas de Seguros.

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Risco de prémios

O risco de prémios para os ramos Não Vida está associado ao facto da companhia de seguros não ter um nível de prémios adequado que lhe permita fazer face aos custos totais dos compromissos assumidos.

O quadro seguinte apresenta os valores de prémios e rácios de sinistralidade, combinado e de despesas, por linha de negócio:

	2012	2011
Prémios Brutos Emitidos		
Doença	25.978	28.162
Incêndio e outros danos	18.398	21.110
Automóvel	17.361	24.056
Acidentes	13.465	17.449
Marítimo, aéreo e transportes	4.496	3.938
Diversos e RC	925	863
Rácio de Sinistralidade		
Doença	79,9%	81,3%
Incêndio e outros danos	79,8%	52,4%
Automóvel	75,7%	87,8%
Acidentes	86,7%	92,9%
Marítimo, aéreo e transportes	42,4%	49,7%
Diversos e RC	99,0%	49,6%
Rácio de Despesas Gerais		
Doença	17,5%	13,5%
Incêndio e outros danos	19,4%	19,0%
Automóvel	26,0%	20,2%

(cont.)	2012	2011
Acidentes	25,1%	21,4%
Marítimo, aéreo e transportes	12,6%	49,7%
Diversos e RC	40,2%	49,6%
Rácio Combinado		
Doença	108,1%	103,5%
Incêndio e outros danos	109,6%	84,1%
Automóvel	108,8%	119,1%
Acidentes	122,6%	130,4%
Marítimo, aéreo e transportes	67,5%	74,6%
Diversos e RC	152,1%	100,5%
Rácio Combinado Líquido		
Doença	106,8%	103,7%
Incêndio e outros danos	114,0%	113,1%
Automóvel	123,0%	130,2%
Acidentes	145,2%	146,7%
Marítimo, aéreo e transportes	55,6%	77,7%
Diversos e RC	151,7%	116,2%

(valores em milhares de euros)

Obs.: Os valores, no que diz respeito ao ramo Doença, não incluem os prémios referentes a contratos de prestação de serviços para efeitos contabilísticos.

Relativamente ao rácio combinado líquido, verifica-se um decréscimo para os ramos Automóvel, Acidentes e Marítimo, Aéreo e Transportes. O aumento significativo deste rácio no ramo de Diversos deve-se à integração da carteira da ASEFA. Por outro lado, em Doença deve-se ter em conta que em 2012 este ramo passou a ter resseguro e em Incêndio e Outros Danos a ocorrência de alguns sinistros, aumentando os custos, originados por factores climatéricos no final do ano.

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Risco de provisões

Uma das principais rubricas que influencia o passivo de uma Companhia de seguros Não Vida é a provisão para sinistros, pelo que a sua estimacão deverá envolver princípios de grande prudência e rigor de forma a evitar situações de insuficiência de provisões para cumprir as responsabilidades assumidas.

A adequação global das provisões para sinistros é efectuada três a quatro vezes por ano através da aplicacão de modelos determinísticos. Os eventuais ajustamentos resultantes desta análise são reflectidos nos resultados da companhia. A Companhia realiza também o teste à suficiência das provisões, através da aplicacão de modelos estocásticos, ainda que este não seja actualmente de carácter vinculativo.

Através da aplicacão destes modelos e segundo o relatório do Actuário Responsável, de 31 de Dezembro de 2012, concluiu-se que as provisões para sinistros são globalmente suficientes, quer do ponto de vista determinístico como estocástico.

O quadro seguinte apresenta a evoluçã dos custos com sinistros referentes ao ramo Não Vida, com excepção de Doença:

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Pode-se constatar pelo desenvolvimento da estimativa do custo com sinistros constituída no final de cada ano que na generalidade dos exercícios se verifica um run-off positivo. Este comportamento é validado pelos resultados das análises efectuadas ao custo médio de abertura de sinistros e ao custo de encerramento. Trimestralmente são ainda elaboradas análises com o objectivo de estudar o comportamento do custo com sinistros para o ramo Automóvel.

Riscos biométricos

No Ramo Vida o risco de longevidade decorre da incerteza quanto ao impacto nos valores da seguradora de um aumento na esperança de vida dos segurados, sendo este impacto mais relevante em seguros de rendas vitalícias. O risco de mortalidade está ligado a um aumento da taxa de mortalidade e tem impacto em seguros que garantem um capital em caso de morte. O risco de invalidez está associado aos custos com sinistros provenientes das coberturas de invalidez. Estes riscos têm comportamentos opostos pelo que o grau de exposição está dependente do tipo de contratos que constituem a carteira da VICTORIA Vida.

PRODUTOS	CARACTERÍSTICAS	RISCOS
Seguros de Risco	Contratos com benefício em caso de morte Sem possibilidade de ajustamento do prémio	Aumento da Mortalidade Crescimento dos custos com sinistros
Mistos	Benefício em caso de morte Benefício em caso de vida Sem possibilidade de ajustamento do prémio	Aumento da Mortalidade Crescimento dos custos com sinistros
Rendas	Benefício em caso de vida	Aumento da longevidade Aumento da duração dos pagamentos
Invalidez	Benefício em caso de invalidez	Aumento das taxas de invalidez Crescimento dos custos com sinistros

Quadro 5

A carteira de Vida, essencialmente composta por seguros mistos e seguros de risco com uma forte componente de seguros complementares de invalidez, está por este motivo mais exposta aos riscos de mortalidade e de invalidez.

A avaliação da exposição da VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. aos riscos biométricos é efectuada através da utilização de pressupostos de mortalidade baseados nas melhores estimativas decorrentes da análise histórica da carteira da Companhia e de dados de mercado. Este acompanhamento é efectuado com periodicidade anual.

01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro está relacionado com a sensibilidade dos activos e passivos a alterações da estrutura a prazo das taxas de juro. Consiste, por um lado, no risco proveniente de alterações na taxa de juro, com impacto no desconto das provisões para benefícios futuros, e por outro lado, no risco da taxa de juro garantida, associado ao retorno dos activos relativamente aos compromissos de taxa de juro dos contratos.

Para monitorizar este risco, a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. efectua com uma periodicidade anual o teste de adequação das responsabilidades (Loss Adequacy Test – LAT). Para além desta provisão é também constituída uma provisão para garantia de resgate.

O quadro seguinte apresenta o valor da provisão para garantia de resgate e compromisso de taxa:

PRODUTOS	PROVISÃO ADICIONAL 2012	PROVISÃO ADICIONAL 2011
Mistos Individual	823	439
Temporários Individual	-	-
Mistos Grupo	108	184
Temporário Anual Renovável	-	-
Rendas	-	-
Financeiros	5.593	5.698
TOTAL	6.524	6.321

(valores em milhares de euros)

O valor apurado foi contabilizado em provisão adicional para garantia de resgate (Euros 4.034.751) e em provisão

para compromisso de taxa (Euros 2.489.132). Relativamente ao ano anterior verificou-se uma diminuição de Euros 33.973 na provisão para compromisso de taxa e a provisão adicional para garantia de resgate registou um aumento de Euros 236.226.

A variação mais significativa nos produtos mistos individual na provisão para compromisso de taxa deve-se às alterações na estrutura das taxas de desconto utilizadas.

Risco de Descontinuidade

O risco de descontinuidade é o risco inerente à cessação do pagamento de prémios, à resolução das apólices ou à transferência de apólices para outras seguradoras. A taxa de descontinuidade é monitorizada regularmente, pela Direcção Técnica Vida e pela área de Gestão de Riscos, de forma a acompanhar o impacto no valor das carteiras, com um acompanhamento mensal da taxa de anulação para os produtos de risco.

Risco de Despesas

O risco de despesas encontra-se relacionado com o possível impacto da variação das despesas nos custos das Companhias.

As despesas de exploração, possuem um peso bastante significativo no resultado de uma seguradora. Desta forma a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. possui uma estrutura de custos perfeitamente identificada a qual é tida em conta no pricing e provisionamento dos produtos.

01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Risco catastrófico

O risco catastrófico está associado a eventos extremos, ou seja, eventos de baixa frequência e grande severidade. Tendo em conta a natureza dos contratos de seguro do ramo vida, a principal fonte de exposição a este risco advém de aumentos abruptos na mortalidade. Através da celebração de tratados de resseguro, a VICTORIA Vida limita a sua exposição a este risco.

Nos Ramos Não Vida os sinistros catastróficos caracterizam-se pela sua baixa frequência e grande severidade. Em Portugal, este risco pode advir essencialmente dos fenómenos de natureza sísmica, sendo o resseguro uma das principais formas de mitigação da exposição a este risco. A Victoria tem um grau de exposição significativo a este risco no ramo Incêndio e Outros Danos, mitigando-o através da transferência de parte do mesmo para resseguro.

Medidas para mitigação do Risco Específico de Seguros

A mitigação dos riscos biométricos no Ramo Vida é efectuada através de uma adequada tarifação e da aplicação de uma cuidadosa e rigorosa política de subscrição. O acompanhamento anual dos desvios ocorridos entre os montantes efectivamente pagos em caso de morte ou em caso de vida para seguros de rendas e os valores esperados, permite efectuar uma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas no cálculo dos prémios e das provisões.

A mitigação dos riscos de prémios e de provisões nos Ramos Não Vida é efectuada através da aplicação

de critérios de selecção e políticas de subscrição periodicamente revistos com base nas observações históricas de perdas por linha de negócio e ajustados pelos resultados decorrentes de estimativas da frequência e severidade dos sinistros.

A VICTORIA utiliza também o resseguro como forma de mitigação do risco. No que diz respeito especificamente ao risco de mortalidade, através da celebração de tratados de protecção de retenção.

4. Risco de Investimento

Na sequência da aquisição do grupo VICTORIA em Portugal pelo grupo SMABTP, a gestão de investimentos passou a ser efectuada através de mandatos celebrados com a empresa SMA Gestion, pertencente ao grupo SMABTP. Esta gestão é acompanhada por uma equipa local composta por elementos das áreas financeira, técnica e actuarial responsável pelo desenvolvimento anual da Estratégia de Activos e pelo Comité de Gestão Activo Passivo, responsável pela reconciliação das várias estratégias de investimento, tendo em conta os compromissos assumidos pela VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. como resultado da estratégia adoptada. Estão também definidos processos de monitorização do risco de crédito e do risco de taxa de juro para acompanhamento do efeito na cobertura da margem de solvência.

Estão também definidos processos de monitorização do risco de crédito e do risco de taxa de juro para acompanhamento do efeito na cobertura da margem de solvência.

01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos por tipo de activos:

(Un: Euros)

2012 - DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO	
				TOTAL	JUROS ACRUADOS
TÍTULOS EMP GRUPO NÃO INCLUIDAS CONSOLIDAÇÃO E ASSOCIADAS					
Nacionais					
Partes de capital em empresas associadas	600.000		3.000.000	2.943.383	
SUB-TOTAL	600.000		3.000.000	2.943.383	-
OUTROS TÍTULOS					
Nacionais					
Títulos de rendimento fixo					
De dívida pública		1.800.000	1.810.108	1.773.275	43.489
De outros emissores públicos					
De outros emissores		2.650.474	2.509.035	2.411.415	63.349
SUB-TOTAL		4.450.474	4.319.143	4.184.690	106.838
Títulos de rendimento variável					
Acções	455.654		191.375	154.922	
Títulos de participação					
Unidades de participação em fundos de investimento	683.800		2.587.168	2.649.315	
Outros					
SUB-TOTAL	1.139.454	-	2.778.543	2.804.237	-
Estrangeiros					
Títulos de rendimento fixo					
De dívida pública		85.783.701	87.590.238	93.430.527	1.705.279
De outros emissores públicos		61.534.668	61.964.244	62.791.426	214.539
De outros emissores		131.400.000	131.487.503	136.600.362	1.063.322
SUB-TOTAL		278.718.369	281.041.985	292.822.315	2.983.140
Títulos de rendimento variável					

01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(continuação)

(Un: Euros)

2012 - DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO	
				TOTAL	JUROS ACRUADOS
Acções					
Títulos de participação					
Unidades de participação em fundos de investimento	32.616		21.422.801	21.519.313	
Outros					
SUB-TOTAL	32.616	-	21.422.801	21.519.313	-
EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER					
Empréstimos concedidos				879.134	811
Depósitos a prazo				29.376.374	942
SUB-TOTAL				30.255.508	1.753
3 - TOTAL GERAL	1.772.070	283.168.843	312.562.472	354.529.446	3.091.731

01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Un: Euros)

VALOR DE BALANÇO

2011- DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	TOTAL	JUROS CORRIDOS
OUTROS TÍTULOS					
Nacionais					
Títulos de rendimento fixo					
De dívida pública	-	1.800.000	1.820.820	1.289.500	43.392
De outros emissores públicos	-	-	-	-	-
De outros emissores	-	6.501.222	6.481.548	4.541.455	163.244
SUB-TOTAL		8.301.222	8.302.368	5.830.955	206.636
Títulos de rendimento variável					
Acções	455.654	-	191.375	191.375	-
Títulos de participação	-	-	-	-	-
Unidades de participação em fundos de investimento	683.800	-	2.587.168	2.873.191	-
Outros	-	-	-	-	-
SUB-TOTAL	1.139.454	-	2.778.543	3.064.566	-
Estrangeiros					
Títulos de rendimento fixo					
De dívida pública	-	174.153.701	176.537.432	177.207.152	3.061.964
De outros emissores públicos	-	56.750.000	57.318.732	57.784.517	459.534
De outros emissores	-	100.150.000	100.152.822	100.960.419	1.195.155
SUB-TOTAL		331.053.701	334.008.986	335.952.088	4.716.653
Títulos de rendimento variável					
Acções	-	-	-	-	-
Títulos de participação	-	-	-	-	-
Unidades de participação em fundos de investimento	32.822	-	2.362.768	2.390.573	-
Outros	-	-	-	-	-
SUB-TOTAL	32.822	-	2.362.768	2.390.573	-

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(continuação)

(Un: Euros)

VALOR DE BALANÇO

2011- DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	TOTAL	JUROS CORRIDOS
EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER					
Empréstimos concedidos	-	-	-	825.662	-
Depósitos a prazo	-	-	-	927.406	1.427
SUB-TOTAL	-	-	-	1.753.068	1.427
3 - TOTAL GERAL	1.172.276	339.354.923	347.452.665	348.991.250	4.924.716

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃONOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

O Risco de Investimento é composto pelos seguintes riscos:

Risco de mercado

O Risco de Mercado é composto pelo risco de variação de preços no mercado de capitais, risco de taxa de juro, risco imobiliário e risco cambial. Estes riscos resultam da instabilidade dos mercados financeiros, provocada por variações adversas nas taxas de juro, taxas de câmbio, no valor do imobiliário ou nos preços das acções.

Tendo em conta a natureza do negócio Vida, onde grande parte dos contratos são de médio e longo prazo, o risco de mismatching assume especial relevo, assumindo neste ponto a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. uma posição de muito rigor no sentido de que os activos afectos às responsabilidades estejam o mais próximo possível destas, quer em termos de maturidade quer em termos de valor.

Risco de crédito

O risco de crédito está associado a uma possível alteração da situação creditícia dos emitentes de valores mobiliários, contrapartes ou quaisquer devedores a que a Companhia se encontra exposta. A exposição ao risco de crédito advém, assim, das transacções financeiras da Companhia com emitentes de valores mobiliários, devedores, mediadores, tomadores de seguros, co-seguradoras e resseguradoras. O risco de crédito na VICTORIA é essencialmente relevante no que concerne às suas transacções financeiras com emitentes de valores mobiliários, ou seja, à exposição dos activos financeiros a obrigações e por outro lado às suas transacções financeiras com resseguradoras. Em ambos os

casos, a exposição aos riscos referidos é gerida tendo em conta a situação creditícia dos emitentes. A política seguida pela VICTORIA neste contexto baseia-se em critérios de *ratings* de elevada qualidade.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) de acordo com os ratings:

(Un: Euros)

RATING MÉDIO	2012	%	2011	%
AAA	84.977.630	23,8%	179.480.691	50,7%
AA	110.695.257	31,0%	119.539.528	33,8%
A	57.490.400	16,1%	2.460.257	0,7%
BBB	61.831.609	17,3%	4.704.699	1,3%
BB	7.027.998	2,0%	4.990.477	1,4%
B	4.227	0,0%	946.816	0,3%
CC	0	0,0%	810.158	0,2%
NR	19.020.055	5,3%	36.292.453	10,3%
Instrumentos Representativos de Capital	16.574.000	4,6%	4.690.888	1,3%
TOTAL	357.621.177	100,0%	353.915.967	100,0%

Em 2012 a crise da Dívida Soberana dos países europeus agravou-se de forma dramática no primeiro trimestre do ano. No entanto, a acção concertada do Banco Central Europeu e dos líderes políticos europeus devolveu aos mercados alguma da confiança perdida, permitindo uma recuperação acentuada nos mercados europeus de maior risco. É de referir ainda, que num contexto de deterioração acentuada das notações de rating, aproximadamente 88,8%

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

da carteira de investimento possui a notação de rating com qualidade de investment grade, face a 86,6% em 2011. A exposição total à Dívida Pública dos países europeus periféricos era de 30,8 milhões de euros (9,6% da carteira de investimentos) com a seguinte distribuição: Itália: 5,8%, Espanha: 2,2%, Irlanda: 1,0% e Portugal: 0,6%.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) tendo em consideração as diferentes maturidades dos activos financeiros:

Un: Euros)

MATURIDADES	2012	%	2011	%
< 1 ano	92.437.301	25,8%	146.208.292	41,3%
1 a 2 anos	82.477.812	23,1%	43.267.755	12,2%
3 a 5 anos	74.480.538	20,8%	69.302.789	19,6%
6 a 10 anos	68.642.897	19,2%	65.373.381	18,5%
> 10 anos	12.315.696	3,4%	24.284.081	6,9%
Instrumentos Representativos de Capital	27.266.934	7,6%	5.479.669	1,5%
TOTAL GERAL	357.621.177	100,0%	353.915.967	100,0%

Relativamente aos passivos financeiros, de acordo com os cash-flows estimados para 2013 e anos seguintes e a respectiva carteira de activos, os desvios de cobertura são os seguintes:

Un: Euros)

INTERVALO	RESPONSABILIDADES	ACTIVOS (V. NOMINAL E CUPÃO ACUMULADO)	COBERTURA
< 1 ano	10.816.443	24.457.067	13.640.623
1 a 2 anos	9.158.932	10.612.434	1.453.502
3 a 5 anos	16.504.595	6.952.306	-9.552.290
6 a 10 anos	12.363.460	8.237.661	-4.125.799
> 10 anos	11.035.713	5.938	-11.029.775

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) de acordo com os sectores de actividade:

Un: Euros)

SECTORES	2012	%	2011	%
Dívida Soberana	160.189.940	44,8%	231.003.300	65,3%
Utilities	1.862.764	0,5%	0	0,0%
Serviços	2.943.383	0,8%	0	0,0%
Industrial	7.606.783	2,1%	0	0,0%
Bens Consumo, Cíclicas	7.901.400	2,2%	0	0,0%
Financeiro	152.874.655	42,7%	117.457.528	33,2%
Fundo Obrigações	10.707.799	3,0%	753.165	0,2%
Fundo Tesouraria	9.296.122	2,6%	0	0,0%
Fundo Acções	148.745	0,0%	375.187	0,1%
Fundo Imobiliário	4.015.962	1,1%	4.302.258	1,2%
Outros	73.623	0,0%	24.529	0,0%
TOTAL GERAL	357.621.177	100,0%	353.915.967	100,0%

01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃONOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Com referência a 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a exposição do Grupo a dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de dificuldade, é apresentada em seguida:

(Un: Euros)

EMITENTE / CARTEIRA	31 DE DEZEMBRO DE 2012					
	VALOR CONTABILISTICO	JUSTO VALOR	RESERVA DE JUSTO VALOR	TAXA DE JURO MÉDIA	MATURIDADE MÉDIA (ANOS)	NÍVEL DE VALORIZAÇÃO
Activos financeiros disponíveis para venda						
Portugal	1.825.549	1.790.982	-34.567	4%	3	100
Grécia	1	4.227	4.226	0%	30	0
Irlanda	3.024.183	3.130.983	106.800	5%	3	103
Espanha	6.946.033	6.888.865	-57.168	4%	4	100
Itália	18.194.832	18.438.075	243.243	4%	3	102
	29.990.598	30.253.132	262.533	4%	4	101

(Un: Euros)

EMITENTE / CARTEIRA	31 DE DEZEMBRO DE 2011					
	VALOR CONTABILISTICO	JUSTO VALOR	RESERVA DE JUSTO VALOR	TAXA DE JURO MÉDIA	MATURIDADE MÉDIA (ANOS)	NÍVEL DE VALORIZAÇÃO
Activos financeiros disponíveis para venda						
Portugal	1.836.938	1.301.246	-535.761	4%	4	101
Grécia	763.880	763.880	0	4%	1	40
Irlanda	3.045.138	2.633.465	-411.673	5%	4	103
Espanha	9.355.019	9.230.663	-124.356	4%	4	100
Itália	25.279.229	23.695.490	-1.583.739	4%	3	102
	40.280.204	37.624.744	-2.655.530	4%	3	100

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Para apuramento do justo valor dos activos mobiliários, a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. adoptaram-se os seguintes critérios: -Os activos cotados, são valorizados aos preços praticados nos mercados em que se encontrem admitidos à negociação, reportados ao momento de referência, de acordo com o seguinte:

- i) Encontrando-se admitidos à negociação em mais do que um mercado regulamentado, o valor a considerar reflecte os preços praticados no mercado que apresente maior quantidade, frequência e regularidade de transacções, sendo o critério adoptado o do preço de fecho ou preço de referência divulgado, pela entidade gestora do mercado em que os valores se encontrem admitidos à negociação no próprio dia da valorização ou, caso este não exista, o preço correspondente à última cotação verificada no momento da valorização;
- ii) Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, mas que os preços praticados nesse mercado não sejam considerados representativos, ou inexistentes, ou no caso de activos não cotados, os mesmos são valorizados considerando as ofertas de compra firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra (bid offer) difundidos através do sistema de informação Bloomberg.

-Na impossibilidade de aplicação do referido anteriormente, os activos são valorizados pelo valor actualizado dos cash flows futuros considerando uma taxa de juro de mercado que reflecta uma maturidade aproximada à do activo a

valorizar e o risco do emitente (justo valor);
-As Unidades de Participação em Fundos de Investimento são valorizadas ao último valor conhecido e divulgado no momento da valorização;
-Os depósitos e instrumentos representativos de dívida de curto prazo são valorizados com base no reconhecimento diário do juro inerente a cada operação;

Risco de spread e Risco de liquidez

A incerteza face ao momento de ocorrência e ao montante dos fluxos de saída de caixa relacionados com a actividade seguradora pode afectar a capacidade da empresa de seguros para fazer face às suas responsabilidades, podendo implicar custos adicionais na alienação de investimentos ou outros activos.

A gestão deste risco assenta numa análise de curto prazo (15 meses) em termos de liquidez face aos cash-flows operacionais e simultaneamente na definição de uma política de investimentos que contempla uma percentagem de activos com elevado grau de liquidez.

A presente crise financeira e o seu alastramento ao mercado de dívida soberana de alguns países europeus levaram a que a Companhia adoptasse uma estratégia de investimento ainda mais cautelosa (em termos de qualidade de crédito e maturidades), garantindo assim que as necessidades operacionais de liquidez da Companhia não sejam postas em causa.

A projecção dos cash-flows da carteira de investimentos indica que aproximadamente 50 milhões de euros de

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

liquidez serão gerados em 2013. Os fundos de tesouraria afiguraram-se em 2012 como uma classe de activos importante, essencialmente devido ao posicionamento táctico da gestão activos. De qualquer forma, os fundos de tesouraria são um instrumento flexível e adequado a uma gestão otimizada dos fluxos de tesouraria. Em 31 de Dezembro a exposição a esta classe de activos representava 9,8 milhões de euros. Adicionalmente, o investimento em títulos de Dívida Pública manteve-se em níveis importantes (97,0 milhões de euros, representando 29,9% da carteira de investimento). Destaca-se ainda que cerca de 65% destes títulos corresponde a Dívida emitida por países de menor risco (Alemanha, Áustria, Finlândia, Holanda, e França). A Companhia detinha ainda um volume importante em Depósitos à Ordem e a Prazo (44,8 milhões de euros).

Medidas para mitigação do Risco de Investimento

A mitigação do risco de investimento é efectuada através de uma correcta política de investimentos. A utilização e análise de indicadores de alerta pré-definidos, permite à VICTORIA antecipar possíveis situações de risco e como tal agir de forma rápida e eficiente no desenvolvimento e implementação de medidas de mitigação do risco detectado.

Os indicadores referidos são monitorizados diariamente ao nível das Companhias do Grupo Victoria e quinzenalmente ao nível do grupo ERGO. Estão implementados os seguintes indicadores:

- *“Net loss limit”*: este indicador monitoriza o resultado de investimentos através de níveis de tolerância calculados com base nos objectivos de rendimento previamente estabelecidos. Por definição, este indicador não tem leitura na data de fecho do exercício. Trata-se de um indicador dinâmico que tem por função avaliar ao longo do tempo o desempenho da carteira de investimentos durante o período correspondente ao exercício.
- *“Risk-based capital”*: este indicador permite identificar se a estratégia de alocação dos activos implementada está de acordo com a solidez financeira da empresa. Desta forma, torna-se possível adequar atempadamente a estratégia de investimentos, em função do comportamento dos mercados financeiros, bem como, dos resultados técnicos do exercício em curso. Este indicador, em 31 de Dezembro de 2012, apresentava para a VICTORIA –Seguros de Vida, S.A. um valor de 27,33 milhões de euros, e um valor de 43,28 milhões de euros para a VICTORIA - Seguros, S.A., o que significa que a estratégia de investimentos implementada na VICTORIA era compatível com a solidez financeira da empresa. Com base na alocação de activos existente e a solvência disponível, este indicador tem um valor mínimo de 17,04.

Margem de Solvência

A Margem de Solvência para o exercício findo, é de 2,40 (2011: 1,42%), representando este rácio um superavite de Euros 41.067.059 (2011: Euros 12.827.279), face aos requisitos mínimos definidos pelo Instituto de Seguros de Portugal.

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Ao longo do exercício de 2012 e com periodicidade mensal, procedeu-se ao cálculo da margem de solvência das empresas de seguros. É por isso possível afirmar que, foram sempre cumpridos os requisitos de solvência definidos pela Norma Regulamentar nº6/2007-R, alterada pela Norma Regulamentar nº12/2008-R, emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal.

Como objectivos de gestão do capital, políticas e abordagem à gestão dos diferentes tipos de risco a companhia rege-se por:

- Manter o nível desejado de estabilidade do grupo, proporcionando assim um grau de segurança para segurados
- Alocar capital de forma eficiente e apoiar o desenvolvimento de negócios, garantindo que o retorno sobre o capital empregue satisfaz as exigências dos seus accionistas
- Manter a flexibilidade financeira, garantindo forte liquidez
- Monitorizar o perfil de activos e passivos, tendo em conta os riscos inerentes ao negócio
- Manter a solidez financeira necessária para suportar o crescimento do novo negócio e para satisfazer as exigências dos segurados, reguladores e parceiros

Toda a actividade está também sujeita a requisitos regulamentares no âmbito da jurisdição em que opera. A empresa deu conhecimento à entidade reguladora de que atendeu a todos esses requisitos durante todo o exercício.

A política de gestão procura garantir o nível de Capital suficiente para cobrir os requisitos legais com base nas directrizes do regulador, visando simultaneamente otimizar a estrutura de capital para garantir de consistente maximizar retornos, quer a accionistas, quer segurados. A abordagem da companhia para gerir o capital envolve a gestão de activos, passivos e riscos de uma forma coordenada, avaliar os níveis de capital exigido e necessário numa base mensal e tomar as acções que se revelem adequadas em função da conjuntura económica, condições e características de risco.

O processo de gestão de capital assenta na optimização do binómio risco / retorno procurando desta forma criar valor para os detentores do capital.

As exigências de capital são objecto de avaliação periódica e em última análise, sujeitas à aprovação do Conselho de Administração.

Impacto nos ganhos e perdas e no capital próprio

A solvência do Grupo é influenciada pelo valor dos activos. Atendendo a esta relação, é fundamental analisar a sensibilidade da solvência face a variações adversas no valor dos investimentos. Esta análise foi efectuada através de um teste de limite (stress test) para cada classe de activos separadamente.

Sensibilidade a variações nas Taxas de Juro:

A carteira de obrigações da VICTORIA tem uma Duração Modificada Média de 2,18% e representa cerca de 78%

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

do valor da carteira total. Atendendo a que o Excesso de Solvência era a 31 de Dezembro de 2012 de Euros 41.725.452 a VICTORIA teria uma capacidade para acomodar uma subida de 643 pontos base nas taxas de juro e consequente impacto no valor dos capitais próprios. Esta subida nas taxas de juro levaria adicionalmente a uma descida no Resultado do Exercício de Euros 791 mil euros, por via do reconhecimento das valias potenciais nas carteiras contabilizadas pelo critério do justo valor.

Sensibilidade a variações no Valor dos Activos Imobiliários:

A VICTORIA detinha a 31 de Dezembro de 2012 uma exposição a esta classe de activos de aproximadamente 8%. Considerando mais uma vez que o Excesso de Solvência era

no final do ano de Euros 41.725.452, os activos imobiliários poderiam sofrer uma desvalorização máxima de 66%. Esta desvalorização corresponde à desvalorização máxima do imóvel, assumindo que o valor do terreno permanece constante.

Sensibilidade a variações no Valor de outros Activos de Risco (Acções):

O peso do investimento da VICTORIA no mercado accionista era inferior a 1% no final do exercício (0,85%). Desta forma, a companhia possuía capacidade para acomodar uma desvalorização total do valor destes activos. Neste cenário o Resultado do Exercício sofreria uma redução de Euros 3.237.050 e o excesso de solvência desceria para Euros 38.478.402.

	TAXA DE JURO	IMOBILIÁRIO	ACÇÕES
TESTE DE SENSIBILIDADE:			
Varição subjacente	+ 162,37 p.b.	(66,0%)	(100,0%)
Impacto No Valor do Activo	(41.725.452)	(20.868.897)	(3.247.050)
IMPACTO NOS RESULTADOS E CAPITAL:			
Impacto no Resultado Exercício	(791.739)	(1.242.954)	(3.247.050)
Impacto no Capital Próprio	(41.725.452)	(20.868.897)	(3.247.050)
Excesso Solvência após Stress Test	0	20.856.555	38.478.402

p.b.: pontos base

01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃONOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

O impacto caso ocorressem variações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevantes seria o abaixo reflectido:

RISCO	EXPOSIÇÃO A VALORES DE MERCADO	DURAÇÃO MODIFICADA	VARIAÇÕES			
			(+)	IMPACTO	(-)	IMPACTO
Taxa de Juro	297.007.005	2,2%	- 100 p.b.	6.434.712	+ 100 p.b.	(6.434.712)
Imobiliário	31.633.920		+10%	3.163.392	-25%	(7.908.480)
Acções	3.247.050		+10%	324.705	-30%	(974.115)
Impacto nos Capitais Próprios (*)			9.922.809		(15.317.307)	
Margem de Solvência			276%		190%	

(*) Impacto nos capitais próprios, assumindo uma variação simultânea dos diferentes indicadores

Risco Operacional

O risco operacional corresponde ao risco de perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Em 2012 destacam-se as seguintes actividades na gestão e mitigação deste risco:

- Análise dos processos e respectivos riscos e controlos identificados no grupo SMABTP, bem como do aplicativo que utilizam para registo de perdas e avaliação de eficácia dos controlos existentes, de forma a alinharmos o respectivo modelo de gestão adaptado às especificidades de cada companhia;
- Face às alterações na organização, iniciou-se a actualização dos processos internos de negócio, com a

identificação dos actuais donos do processo, actividades, riscos e controlos inerentes à mitigação dos mesmos;

- Actualização e gestão da ferramenta Registo de Perdas, permitindo a identificação de melhorias/ controlos a implementar para alguns processos;
- Acompanhamento da evolução vs status dos registos das anomalias informáticas reportadas através da ferramenta Redmine;
- Implementação de um novo modelo de gestão Anti-Fraude, constituído pelo Comité Anti-Fraude, área de Gestão de Riscos e equipas multidisciplinares dedicadas à investigação de Fraude

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Risco de Compliance

O Risco de Compliance corresponde ao risco de perdas financeiras ou reputacionais em consequência de incumprimento da legislação em vigor, com impacto na actividade. A gestão deste risco é efectuada dentro da área de Gestão de Riscos, tendo como objectivo analisar a legislação (nova e em vigor) e acompanhar a evolução dos procedimentos de implementação, que assegurem o seu cumprimento. De forma a mitigar o risco de incumprimento das obrigações legais, a área de Compliance efectua um acompanhamento mensal com as áreas envolvidas para o efeito.

Em 2012, não se registou nenhuma situação de contra-ordenação por parte da Entidade de Supervisão – ISP à VICTORIA nem quaisquer casos de violação ao Código de Conduta.

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 1 – Caixa e equivalentes e depósitos à ordem

O saldo apresentado nesta rubrica, tem a seguinte decomposição:

	(Un: Euros)	
	2012	2011
Caixa e equivalentes	14.526	15.072
Depósitos à ordem	12.366.386	7.474.557
	12.380.912	7.489.629

O valor existente em Caixa destina-se a fazer face a pequenas despesas administrativas efectuadas directamente pelas Delegações. Os saldos credores existentes em Depósitos à Ordem, encontram-se reflectidos em Outros Credores por Outras Operações, no montante de 168.665 Euros (2011: 3.180.432 Euros). A existência destes saldos deve-se ao facto do Grupo ter como principal meio de pagamento o cheque e ao desfasamento do desconto.

NOTA 2 – Terrenos e Edifícios

De acordo com as políticas contabilísticas mencionadas no Ponto III, os terrenos e edifícios classificados como de uso próprio encontram-se valorizados através do modelo de revalorização. As taxas de amortização são determinadas pelo nº de anos de vida útil atribuída a cada imóvel, em função das avaliações efectuadas. Os terrenos e edifícios classificados como de rendimento encontram-se valorizados através do modelo de justo valor.

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Un: Euros)

EDIFÍCIO	EXERCÍCIO DA ÚLTIMA AVALIAÇÃO	VALOR AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO	VARIAÇÃO DO JUSTO VALOR	VIDA ÚTIL
DE USO PRÓPRIO					
R. Dr. Carlos França 30, Loja -Torres Vedras	2012	269.410	243.050	(20.064)	87
R. Gonçalo Cristóvão 13,1ºDto - Porto	2012	152.931	203.000	(25.140)	67
Av. Dr. Lourenço Peixinho 246 - Aveiro	2012	288.999	300.000	(1.091)	52
Av. Alberto Sampaio 60 – Viseu	2012	389.122	316.000	15.331	56
Av. D João II 46 A e B - Setúbal	2012	331.976	319.000	5.816	62
Av. Bernardo Santareno, 37B - Santarém	2012	362.297	371.300	(14.510)	97
Av. Comb. Grande Guerra 71- Leiria	2012	357.333	290.000	(38.525)	81
Av. Bons Amigos,67 A – Cacém	2012	268.008	215.500	(33.532)	78
Av. Brasil 6 – Oeiras	2012	166.737	186.200	8.180	80
DE RENDIMENTO					
Av. da Liberdade 200 – Lisboa	2012	25.769.867	25.173.908	171.526	98
TOTAL		28.356.680	27.617.958	67.991	

O movimento verificado nesta rubrica é analisado como segue:

(Un: Euros)

TERRENOS E EDIFÍCIOS	SALDO INICIAL		AQUISIÇÕES / TRANSF.	REAVALIAÇÕES	ALIENAÇÕES / TRANSF	AMORTIZAÇÕES	SALDO FINAL (VALOR LÍQUIDO)
	VALOR BRUTO	AMORTIZ. ACUM.					
Uso próprio							
Terrenos	978.550	-	-	(120.043)	-	-	858.507
Edifícios	1.747.250	47.150	-	(114.557)	-	21.918	1.563.625
SUB-TOTAL	2.725.800	47.150	-	(234.600)	-	21.918	2.422.132
Rendimento							
Terrenos	9.791.397	-	-	(2.490.964)	-	-	7.300.433
Edifícios	16.318.995	-	-	1.554.480	-	-	17.873.475
sub-total	26.110.392	-	-	(936.484)	-	-	25.173.908
TOTAL	28.836.192	47.150	-	(1.171.084)	-	21.918	27.596.040

Para determinação do justo valor dos imóveis, foram utilizadas avaliações efectuadas por entidades independentes e devidamente credenciadas para o efeito. Anualmente são efectuados testes de imparidade.

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

NOTA 3 - Investimentos em associadas

A 21 de Dezembro foi efectuada a compra de 40% do capital da empresa Future Healthacere International, SGPS, S.A., no montante de Euros 3.000.000.

A aquisição desta sociedade visa dotar a VICTORIA – Seguros, S.A. de melhores condições para a gestão da carteira de Saúde, permitindo atribuir aos segurados uma melhoria na qualidade dos serviços disponíveis através da rede médica e de cuidados de saúde própria.

No final do ano, por aplicação do método de equivalência patrimonial, foi registada uma desvalorização no montante de 56.617 Euros.

NOTA 4 – Activos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas

Os investimentos classificados ao justo valor através de ganhos e perdas, são analisados como se segue:

(Un.: Euros)

	2012			2011		
	CUSTO DE AQUISIÇÃO AMORTIZADO	VALIAS NÃO REALIZADAS	VALOR DE BALANÇO	CUSTO DE AQUISIÇÃO AMORTIZADO	VALIAS NÃO REALIZADAS	VALOR DE BALANÇO
Instrumentos de capital e Unidades de Participação	5.972.512	(129.535)	5.842.977	2.421.586	(180.995)	2.240.591
Títulos de Dívida	49.165.919	131.905	49.297.823	65.010.094	(165.130)	64.844.964
Dívida Pública	(113.005)	191.989	78.984	1.912.856	23.783	1.936.639
De Outros Emissores Públicos	21.425.782	(27.422)	21.398.360	34.748.957	(33.704)	34.715.253
De Outros Emissores	27.773.706	(32.663)	27.741.043	28.173.391	(155.209)	28.018.182
Juros a receber	79.436		79.436	174.890	-	174.890
TOTAL	55.138.431	2.370	55.140.800	67.431.680	(346.125)	67.085.555

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Em 31 de Dezembro de 2012 os activos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas encontram-se valorizados ao justo valor de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por 'providers'.

De acordo com o IFRS 7, os activos financeiros detidos para venda podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – valorizados de acordo com valores observáveis em mercados activos ou fornecidos por 'providers';

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis; São incluídos neste

nível as unidades de participação em fundos e investimento valorizadas pelo Net Asset Value divulgado pelas respectivas entidades gestoras;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

NOTA 5 – Activos disponíveis para venda

A carteira de activos disponíveis para venda apresenta a seguinte composição:

(Un: Euros)

	2012				2011			
	CUSTO DE AQUISIÇÃO AMORTIZADO	IMPARIDADE	RESERVAS DE JUSTO VALOR	VALOR DE BALANÇO	CUSTO DE AQUISIÇÃO AMORTIZADO	IMPARIDADE	RESERVAS DE JUSTO VALOR	VALOR DE BALANÇO
Instrumentos de capital e Unid Participação	19.116.084	(690.559)	55.048	18.480.573	3.772.781	(690.559)	132.325	3.214.547
Títulos de Dívida	239.125.836		11.673.324	250.799.160	283.541.888	(1.263.662)	(416.858)	281.861.368
Dívida Pública	89.327.095		5.797.723	95.124.818	177.694.887	(1.263.662)	128.788	176.560.013
De Outros Emissores Públicos	40.538.894		854.172	41.393.066	18.631.708	-	427.956	19.059.664
De Outros Emissores	106.249.305		50.21.429	111.270.734	82.466.894	-	(973.602)	81.493.292
Juros a receber	3.010.542		-	3.010.542	4.748.399	-	-	4.748.399
TOTAL	258.241.920	(690.559)	11.728.372	269.279.733	287.314.669	(1.954.221)	(284.533)	285.075.915

Dos quais:

	2012	2011
Nível 1	250.799.160	284.884.540
Nível 2	18.325.651	191.375
Nível 3	154.922	
	269.279.733	285.075.915

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

O modelo de valorização da posição no Banco Finantia tem por base uma análise de correlação entre os resultados do banco e a evolução de um índice composto pelos bancos cotados no índice PSI20 general. Com base nesta correlação estimou-se o crescimento dos resultados em 2012, o que conjugado com o P/E médio da banca portuguesa permite apurar a cotação fair value do título. Simultaneamente efectuouse um teste de sensibilidade aos principais inputs que a seguir se apresenta:

	P/E ESTIMADO DA BANCA PORTUGUESA	VARIAÇÃO DO ÍNDICE DE BANCA PORTUGUESA
TESTE DE SENSIBILIDADE:		
Cenário Base	12,97	4,4%
Varição subjacente negativa	7,97 (+10)	-5,6% (-10%)
Varição subjacente positiva	17,97 (+10)	14,4% (10%)

IMPACTO NA AVALIAÇÃO :		
Avaliação cenário base (*)		0,34
Avaliação impacto negativo	0,21	0,30
Avaliação impacto positivo	0,46	0,37

(*) Valor por acção

NOTA 6 – Empréstimos e contas a receber

O saldo desta conta é analisado como segue:

	(Un: Euros)	
	2012	2011
Outros Depósitos – Depósitos a Prazo	29.376.374	927.406
Juros a receber	942	1.428
Empréstimos concedidos	879.945	825.662
Empréstimos sobre apólices	806.322	801.133
Outros empréstimos	72.812	24.529
Juros a receber	811	-
TOTAL	30.257.261	1.754.496

01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

NOTA 7 – Afecção dos Investimentos

A 31 de Dezembro de 2012 os investimentos, encontram-se afectos da seguinte forma:

(Un: Euros)

	SEGUROS ACIDENTES DE TRABALHO	OUTROS SEGUROS	SEGUROS DE VIDA COM PARTICIPAÇÃO RESULTADOS	SEGUROS DE VIDA SEM PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS	SEGUROS DE VIDA CLASSIFICADOS COM CONTRATO DE INVESTIMENTO	NÃO AFECTOS	TOTAL
Caixa e equivalentes	3.639.974	1.106.420	6.737.171	1.424	767.803	128.120	12.380.912
Terrenos e edifícios	-	685.568	25.492.908	-	-	1.433.350	27.611.826
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados	-	-	-	-	55.140.800	-	55.140.800
Instrumentos de Capital e Unid. Participação	-	-	-	-	5.842.977	-	5.842.977
Títulos de Dívida					49.297.823	-	49.297.823
Activos disponíveis para venda	25.911.428	52.470.881	153.988.900	35.713.535	-	1.194.989	269.279.733
Instrumentos de Capital e Unid. Participação	7.612.900	3.080.033	4.409.043	2.782.983	-	595.614	18.480.573
Títulos de Dívida	18.298.528	49.390.848	149.579.857	32.930.552	-	599.375	250.799.160
Empréstimos concedidos e contas a receber	2.500.069	2.943.287	785.639	-	20.682	24.007.583	30.257.261
Depósitos a prazo	2.500.069	2.943.287	-	-	-	23.933.960	29.377.316
Empréstimos concedidos	-	-	785.639	-	20.682	73.624	879.945
TOTAL	32.051.471	57.206.156	187.004.618	35.714.959	55.929.285	26.764.042	394.670.532

01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Para o ano transacto, a afectação dos investimentos é a seguinte:

(Un: Euros)

	SEGUROS ACIDENTES DE TRABALHO	OUTROS SEGUROS	SEGUROS DE VIDA COM PARTICIPAÇÃO RESULTADOS	SEGUROS DE VIDA SEM PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS	SEGUROS DE VIDA CLASSIFICADOS COM CONTRATO DE INVESTIMENTO	NÃO AFECTOS	TOTAL
Caixa e equivalentes	6.115	2.916.569	1.836.028	1.986.464	673.980	70.473	7.489.629
Terrenos e edifícios	-	746.000	26.482.192	-	-	1.608.000	28.836.192
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados	-	-	-	-	67.085.555	-	67.085.555
Instrumentos de Capital e Unid. Participação	-	-	-	-	2.240.591	-	2.240.591
Títulos de Dívida	-	-	-	-	64.844.964	-	64.844.964
Activos disponíveis para venda	43.353.418	51.442.917	154.484.703	26.697.863	-	9.097.014	285.075.915
Instrumentos de Capital e Unid. Participação	227.898	536.352	2.248.418	81.313	-	120.566	3.214.547
Títulos de Dívida	43.125.520	50.906.565	152.236.285	26.616.550	-	8.976.448	281.861.368
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	-	780.791	-	-	973.705	1.754.496
Depósitos a prazo	-	-	-	-	-	928.834	928.834
Empréstimos concedidos	-	-	780.791	-	-	44.871	825.662
TOTAL	43.359.533	55.105.486	183.583.714	28.684.327	67.759.535	11.749.192	390.241.787

01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

NOTA 8 – Outros activos tangíveis e inventários

Os Outros activos tangíveis são analisados como segue:

(Un: Euros)

OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS	SALDO INICIAL		AUMENTOS		TRANSFERÊNCIAS E ABATES	ALIENAÇÕES	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	REGULA- RIZAÇÕES	SALDO FINAL (VALOR LÍQUIDO)
	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES	AQUISIÇÕES	REAVALIAÇÕES					
EQUIPAMENTO									
Equipamento administrativo	2.929.148	-2.581.242	30.716	0	0	-29.564	-169.718	28.282	207.622
Máquinas e ferramentas	369.329	-308.912	0	0	0	-12.409	-25.919	12.221	34.310
Equipamento informático	2.130.230	-2.028.038	104.895	0	0	-20.882	-85.721	20.882	121.366
Instalações interiores	780.115	-514.738	81.366	0	0	0	-54.075	0	292.668
Outro Equipamento	2.478.965	-2.126.914	0	0	0	0	-96.694	0	255.357
Sub-Total	8.687.787	-7.559.844	216.977	0	0	-62.855	-432.127	61.385	911.323
PATRIMÓNIO ARTÍSTICO	54.853	0	0	0	0	0	0	0	54.853
TOTAL	8.742.640	-7.559.844	216.977	0	0	-62.855	-432.127	61.385	966.176

Os bens de Inventário correspondem a material de consumo administrativo e material de divulgação dos produtos comercializados.

01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃONOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**NOTA 9 – Outros activos intangíveis**

As variações ocorridas nos outros activos intangíveis é analisada como segue:

(Un: Euros)

OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS	Saldo Inicial		Aquisições	Aumentos Reavaliações	Transferências e abates	Alienações	Amortizações do exercício		Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Amortizações					Reforço	Regularizações	
Despesas de Desenvolvimento	169.388	(169.388)	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Aplicações Informáticas	16.618.912	(15.237.348)	226.615	-	1.571.667	-	(1.124.962)	-	-
Activos intangíveis em curso	1.053.762	-	1.384.732	-	(1.571.667)	-	-	-	-
Outros	1.103.312	(1.103.312)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	18.945.374	(16.510.048)	1.611.347	-	-	-	(1.124.962)	-	-

NOTA 10 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações

O saldo desta conta é analisado como se segue:

(Un: Euros)

	2012	2011
Tomadores de Seguros	12.178.113	10.688.900
Mediadores de Seguros	2.114.577	903.042
Co-Seguradores	139.256	0
Imparidade	(990.317)	(1.036.073)
Sub-Total	13.441.629	10.555.869
Resseguradores e Ressegurados	780.071	1.064.076
Sub-Total	780.071	1.064.076
Outros Devedores	2.276.686	3.421.976
Imparidade	(554.974)	(417.635)
Sub-Total	1.721.712	3.004.341
TOTAL	15.943.412	14.624.286

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Na rubrica Tomadores de Seguros o risco de não cobrança está corrigido pelo ajustamento apurado no montante de Euros 990.317 (2011: Euros 1.036.073). Em cumprimento da Norma N.º16/2006-R, o coeficiente aplicado (Prémios de Contratos Anulados por falta de pagamento / Prémios Brutos Emitidos - por Ramo) traduz a realidade de 2012, uma vez que não se verificou nos testes efectuados, diferenças significativas em relação aos anos anteriores.

NOTA 11 – Activos e Passivos por Benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo

Esta rubrica destina-se a reconhecer as responsabilidades do Grupo em matéria de obrigações com benefícios dos empregados.

Em 23 de Dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Colectivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos, deixando estes colaboradores de estarem abrangidos por um plano de benefício definido para passarem a ter um plano de contribuição definida – Plano Individual de Reforma. Relativamente à alteração do plano e atendendo a que o valor das responsabilidades pelos serviços passados, relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no activo, se encontrava integralmente financiado, foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respectivo plano individual de reforma. No decurso de 2012, e após comunicação da alteração do plano ao ISP, foi liquidada a responsabilidade, tendo sido apurado os valores devidos e efectuada a

comunicação aos colaboradores.

Adicionalmente, e entre os outros benefícios de longo prazo, a Companhia atribui prémios de antiguidade aos 15, 25 e 40 anos – Jubileus.

Os activos/ (responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2012 e 2011 são como segue:

	(Un: Euros)	
	2012	2011
Benefícios de pós emprego	1.792.295	1.921.879
Outros benefícios de longo prazo	(457.980)	(403.749)
	1.334.315	1.518.130

O impacto no resultado do exercício do reconhecimento destas responsabilidades é analisado na Nota 32.

As **Obrigações com benefícios dos empregados** estão constituídas através dos Planos abaixo descritos.

Plano de Contribuição Definida

Com a alteração do CCT, o plano de contribuição definida existente, foi objecto de revisão tendo em vista a uniformização de benefícios e procedimentos. Desta forma, o plano de contribuição definida passou a integrar as anteriores modalidades, em que:

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

- Para os colaboradores no activo admitidos na actividade seguradora após 22 de Junho de 1995 e participantes do Fundo de Pensões em vigor até 31.03.2012, o valor constituído na sua conta individual foi afecto ao respectivo plano individual de reforma.
- Para os colaboradores dos Associados na situação de activos, admitidos na actividade seguradora até 22 de Junho de 1995, o valor das responsabilidades por serviços passados financiado pelo Plano de Benefício Definido, foi convertido para um Plano Individual de Reforma, à data de 31.12.2011 de acordo com o método e pressupostos utilizados na avaliação actuarial de 28 de Fevereiro de 2012 e aditamento de 08 de Junho de 2012.

Os activos/(responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2012 e 2011, são como segue:

	2012	2011
	PENSÕES	PENSÕES
Responsabilidades por benefícios	720.615	637.392
Justo valor dos activos do fundo	722.997	2.520.370
Activos/(responsabilidades) líquidas em balanço	2.382	1.882.978

No decurso da alteração do plano, foi decidido que o excesso de financiamento deveria permanecer no benefício definido, tendo-se procedido à sua reafecção.
A contribuição do ano, de acordo com o estipulado no CCT foi de € 28.740.

Plano de Benefício Definido

Com a alteração do CCT, o plano de benefício definido passou a garantir:

- pagamento de pensões a todos os beneficiários que, á data da alteração do plano, se encontravam a receber uma pensão paga pelo fundo;
- actualização de pensões atribuídas a colaboradores que passaram à situação de reforma por velhice ou invalidez no âmbito do plano de benefício definido anterior.

A população abrangida pelo plano de benefício definido tem as seguintes características:

	NÚMERO	PENSÃO ANUAL	PENSÃO MÉDIA ANUAL	IDADE MÉDIA
Beneficiários	8	11.571	1.329	65

Os activos/ (responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2012 e 2011, são como segue:

01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Un.: Euros

	2012			2011		
	PENSÕES	OUTROS	TOTAL	PENSÕES	OUTROS	TOTAL
Responsabilidade por benefícios	287.210	1.422.945	1.710.155	222.468	1.334.310	1.556.778
Justo valor dos activos do fundo	2.107.404	937.066	3.044.470	222.468	969.462	1.191.930
Activos/ (responsabilidades) líquidas em balanço	1.820.194	(485.879)	1.334.315	-	(364.848)	(364.848)

O valor presente da obrigação de benefícios definidos é o seguinte:

Un.: Euros

	2012			2011		
	PENSÕES	OUTROS	TOTAL	PENSÕES	OUTROS	TOTAL
Valor actual da responsabilidade em 01 de Janeiro	222.468	1.334.309	1.556.777	1.025.568	1.291.045	2.316.613
Custo do serviço corrente	-	12.806	12.806	38.937	173.374	212.311
Custo de juros	7.854	45.940	53.794	48.715	28.759	77.474
(Ganhos) e perdas actuariais	133.153	85.649	218.802	(169.926)	(98.842)	(268.768)
Benefícios passados não reconhecidos	-	(4.686)	(4.686)	533	(31.239)	(30.706)
Redução de benefícios por via de saídas antecipadas	-	-	-	(75.111)	-	(75.111)
Benefícios pagos	(10.869)	(51.073)	(61.942)	(8.856)	(28.787)	(37.643)
Redução por alteração CCT	(65.396)	-	(65.396)	(637.392)	-	(637.392)
VALOR ACTUAL DA RESPONSABILIDADE EM 01 DE JANEIRO	287.210	1.422.945	1.710.155	222.468	1.334.310	1.556.778

Adicionalmente, a VICTORIA transferiu parte das suas responsabilidades com pensões de reforma através da aquisição de apólices de seguro de vida junto da VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. A responsabilidade ascende a Euros 2.062.954 (2011: Euros 2.332.259).

01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃONOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

A variação dos activos do plano de benefício definido em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 é analisada como se segue:

(Un: Euros)

	2012			2011		
	FUNDO	OUTROS	TOTAL	FUNDO	OUTROS	TOTAL
Activos do plano em 1 de Janeiro	222.468	969.462	1.191.930	2.734.840	1.003.817	3.738.657
Retorno esperado dos activos	29.581	4.362	33.943	27.541	70	27.611
Ganhos e (perdas) actuariais	48.642	14.315	62.957	(10.687)	(5.638)	(16.325)
Contribuições do empregador	-	-	-	-	-	-
Benefícios pagos	(10.869)	(51.073)	(61.942)	(8.856)	(28.787)	(37.643)
Redução por alteração CCT	1.817.582	-	1.817.582	(2.520.370)	-	(2.520.370)
ACTIVOS DO PLANO EM 31 DE DEZEMBRO	2.107.404	937.066	3.044.470	222.468	969.462	1.191.930

Os outros activos são relativos a adesões ao Fundo de Pensões Aberto Multireforma.

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, são como segue:

(Un: Euros)

	2012			2011		
	PENSÕES	OUTROS	TOTAL	PENSÕES	OUTROS	TOTAL
Custo do serviço corrente	-	12.806	12.806	38.937	173.374	212.311
Custo de juros	7.854	45.940	53.794	48.715	28.759	77.474
Retorno esperado dos activos	(29.581)	(4.362)	(33.943)	(27.541)	(70)	(27.611)
Benefícios passados não reconhecidos	-	-	-	533	-	533
Redução de benefícios por via de saídas antecipadas	-	-	-	(75.111)	-	(75.111)
Ganhos e perdas actuariais	-	21.237	21.237	-	(31.239)	(31.239)
TOTAL DO CUSTO DO ANO	(21.727)	75.621	53.894	(14.467)	170.824	156.357

01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

O justo valor dos activos que constituem o plano em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 é a seguinte:

(Un: Euros)

	2012		2011	
Fundos de Investimento Imobiliários	2,13%	61.572	2,45%	67.134
Fundos de Investimento em Acções	1,21%	35.057	1,36%	37.215
Fundos de Investimento em Obrigações	12,21%	352.655	12,47%	342.011
Obrigações de Taxa Variável	6,12%	176.678	5,68%	155.799
Obrigações de Taxa Fixa	75,17%	2.171.016	74,65%	2.047.491
Mercado Monetário	3,15%	91.000	3,40%	93.188
TOTAL	100,00%	2.887.978	100,00%	2.742.838

O retorno real dos activos do Fundo de Pensões da Victoria foi de Euros 73.223.

Os ganhos e perdas actuariais em 2012 e 2011 reconhecidos em reservas, são analisadas como segue:

(Un: Euros)

	2012			2011		
	PENSÕES	OUTROS	TOTAL	PENSÕES	OUTROS	TOTAL
Desvios actuariais reconhecidos em reservas em 1 de Janeiro	22.810	(39.272)	(16.462)	1.059.022	(132.475)	926.547
Ganhos e perdas actuariais das responsabilidades	(133.153)	(59.725)	(192.878)	169.926	98.841	268.767
Ganhos e (perdas) actuariais do fundo	48.642	14.315	62.957	(10.687)	(5.638)	(16.325)
Redução por Alteração CCT	-	-	-	(1.195.451)	-	(1.195.451)
Desvios reconhecidos nas reservas em 31 de Dezembro	(61.701)	(84.682)	(146.383)	22.810	(39.272)	(16.462)

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Adicionalmente conforme referido acima, os desvios associados a benefícios de longo prazo foram reconhecidos por contrapartida de resultados, de acordo com o IAS 19. A redução por alteração do CCT diz respeito à reclassificação dos desvios reconhecidos em reservas por contrapartida de resultados transitados.

Para efeitos da determinação do valor actual das responsabilidades foram utilizados os seguintes pressupostos e hipóteses de cálculo:

	2012	2011
Tábuas de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Número de pagamentos das pensões por ano	14	14
Taxa de desconto anual	3,361%	5%
Taxa anual de crescimento das pensões	1%	1%

O regime de actualização das pensões rege-se pelo disposto na Cláusula 52ª do CCT.

A evolução das responsabilidades e dos activos do plano

nos últimos 5 anos é analisada como segue:

	(Un: Euros)				
	2012	2011	2010	2009	2008
Responsabilidades por benefícios	1.710.155	1.556.778	2.316.613	2.779.760	2.810.405
Justo valor dos activos do fundo	3.044.470	1.191.930	3.738.657	3.714.047	3.263.630
ACTIVOS/ (RESPONSABILIDADES) LÍQUIDAS EM BALANÇO	1.334.315	(364.848)	1.422.044	934.287	453.225

NOTA 12 – Activos e Passivos por impostos

A rubrica de Activos e Passivos por impostos é composta por impostos e taxas correntes, que corresponde ao valor a pagar ou recuperar de impostos, e por imposto diferido, que corresponde ao valor do imposto sobre o rendimento a pagar em períodos futuros proveniente de diferenças temporárias tributáveis.

O montante dos impostos diferidos é o seguinte:

01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Un: Euros)

	ATIVOS		PASSIVOS		LÍQUIDO	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Investimentos financeiros	92.261	304.050	643.881	198.008	(551.619)	106.042
Benefícios a empregados	85.125	80.743	-	55.954	85.125	24.789
Provisões	972.919	773.744	-	-	972.919	773.744
Terrenos e edifícios	54.380	125.673	6.230	75.140	48.150	50.533
Outros passivos	310.624	302.179	-	348.435	310.624	(46.256)
Prejuízos fiscais	11.014	1.354.950	-	-	11.014	1.354.950
IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS / (PASSIVOS)	1.526.323	2.941.339	650.110	677.537	876.213	2.263.802

O movimento do imposto diferido foi reconhecido como segue:

(Un: Euros)

	2012			2011		
	RECONHECIDO RESULTADOS	RECONHECIDO NAS RESERVAS	TOTAL	RECONHECIDO RESULTADOS	RECONHECIDO NAS RESERVAS	TOTAL
Investimentos Financeiros	115.283	(772.945)	(657.661)	207.548	(61.800)	145.748
Benefícios a empregados	60.336	-	60.336	70.512	-	70.512
Provisões	199.174	-	199.174	103.860	-	103.860
Imóveis	(71.290)	68.907	(2.382)	(27.805)	43.133	15.328
Outros Passivos	356.879	-	356.879	(328.948)	-	(328.948)
Prejuízos Fiscais	(1.343.936)	-	(1.343.936)	(2.035.929)	-	(2.035.929)
IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS / (PASSIVOS)	(683.553)	(704.037)	(1.387.591)	(2.010.762)	(18.667)	(2.029.429)

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Na sequência da aquisição da VICTORIA pelo Grupo SMABTP, foi apresentado em 2011 um requerimento a solicitar autorização para a utilização dos prejuízos fiscais para efeitos de reporte subsequente, não havendo até à data qualquer entendimento, razão pela qual se entendeu, por prudência a proceder à anulação do IDA da VICTORIA – Seguros, S.A.

O montante de reporte fiscal ao nível do RETel do RGSGS, relativamente aos prejuízos, é o seguinte:

(Un.: Euros)		
EXERCÍCIO	DT LIMITE	RESULTADO FISCAL
2008	2014	-3.080.679
2009	2015	-390.278
2010	2014	-10.145.981
2011	2016	-11.821.770
TOTAL		-25.438.708

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2012 e 2011 é analisado como segue:

(Un.: Euros)		
	2012	2011
Imposto corrente	(815.687)	(382.637)
Imposto diferido	(683.553)	(2.010.762)
TOTAL DO IMPOSTO RECONHECIDO EM RESERVAS	(1.499.240)	(2.393.399)

O imposto sobre o rendimento reportado nas reservas é analisado como segue:

(Un.: Euros)			
	2012	2011	VARIAÇÃO
Imposto Corrente	(1.996.657)	(312.118)	(1.684.540)
Investimentos Financeiro	(1.963.290)	(53.000)	(1.910.291)
Imóveis	(33.367)	(259.118)	225.751
Imposto Diferido	(650.111)	53.924	(704.037)
Investimentos Financeiro	(643.881)	129.064	(772.945)
Terrenos e edifícios	(6.231)	(75.140)	68.907
TOTAL IMPOSTO RECONHECIDO RESERVAS	(2.646.769)	(258.194)	(2.388.578)

A reconciliação da taxa efectiva de impostos é analisada como segue:

(Un.: Euros)		
	2012	2011
RESULTADO ANTES IMPOSTO	(8.156.369)	(12.999.332)
Taxa Imposto	26,50%	26,50%
Imposto Calculado com base taxa imp	2.161.438	3.444.823
Outros proveitos e custos excluídos tributação	(112.442)	(179.425)
Imposto Diferido Activo - utilização	212.217	91.756
Imposto Diferido não reconhecido anteriormente	(154.358)	(28.890)
Imparidade por impostos diferidos	(2.664.370)	(5.350.376)
Benefícios fiscais e Rendimento Art.º46	10.022	3.876
Imposto Autonomo (Trib. Autonomo+Derrama)	(951.746)	(375.163)
IMPOSTO DO EXERCÍCIO (CORRENTE+DIFERIDO)	(1.499.240)	(2.393.399)

01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃONOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**NOTA 13 – Provisões Técnicas**

As provisões técnicas à data de 31 de Dezembro de 2012 e 2011 são analisadas como segue:

(Un: Euros)

RUBRICAS	MONTANTE CALCULADO	CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS	VALOR DO BALANÇO 2012	VALOR DO BALANÇO 2011
Provisões técnicas de seguro directo	288.198.320	5.427.549	282.770.771	289.171.579
Provisão matemática	180.190.956	2.975.975	177.214.981	185.688.076
Provisão para prémios não adquiridos	21.433.866	2.451.574	18.982.292	20.500.212
Provisão para sinistros	65.154.677	-	65.154.677	61.263.459
Provisão participação resultados	8.196.821	-	8.196.821	6.578.656
Provisão para compromissos taxa	2.489.132	-	2.489.132	2.523.105
Provisão para desvios de sinistralidade	4.338.425	-	4.338.425	4.137.185
Outras provisões técnicas	6.394.443	-	6.394.443	8.480.886
PROVISÕES TÉCNICAS DE RESSEGURO CEDIDO	15.750.727		15.750.727	9.145.862
Provisão para prémios não adquiridos	7.809.672	-	7.809.672	4.604.077
Provisão matemática	-	-	-	-
Provisão para sinistros	7.941.055	-	7.941.055	4.541.785
Provisão participação resultados	-	-	-	-

O montante de custos de aquisição diferidos respeita a comissões de mediação.

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Provisão Matemática

A provisão matemática por modalidade é analisada do seguinte modo:

	(Un.: Euros)	
PROVISÃO MATEMÁTICA	2012	2011
Seguros de Vida		
Contratos c/ Part Resultados		
Carteira Antiga	36.897	45.685
Carteira Nova		
Individual	109.494.991	118.229.229
VICTORIA Investimento Seguro	2.201.217	-
Rendas Individual	253.199	261.833
Rendas Grupo	7.906.793	9.167.079
Grupo Tradicionais	4.515.929	5.430.094
VICTORIA Vantagem Investimento	27.385.100	29.047.678
Contratos s/ Part Resultados		
Carteira Antiga	617	881
Rendas Individual	1.719.934	1.001.800
Rendas Grupo	19.665.553	18.705.272
Risco		-
Seguro ligados a Fundos de Investimento	4.034.751	3.798.525
TOTAL	177.214.981	185.688.076

De acordo com a política contabilística do Grupo, anualmente é efectuado, para todos os produtos, o Teste de Adequação do Passivo (*Loss Adequacy Test - LAT*). O valor apurado para garantia de resgate encontra-se reconhecido na Provisão Matemática no montante de Euros 4.034.751 (2011: Euros 3.798.525) e em Provisão para Compromisso de Taxa como abaixo se descreve:

	(Un.: Euros)	
	2012	2011
Seguros de Vida	930.788	623.100
Seguro ligados a Fundos de Investimento	1.558.344	1.900.005
TOTAL	2.489.132	2.523.105

O teste é efectuado através da melhor estimativa dos cash-flows futuros associados a cada contrato descontados com taxas retiradas da curva de taxas de juro ajustada à composição dos títulos em carteira.

01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Os pressupostos actuariais para cálculo da Provisão Matemática do Ramo Vida previstos nas apólices, são os seguintes:

Seguro Individual

MODALIDADE	TÁBUA DE MORTALIDADE	TAXA TÉCNICA
SEGUROS DE RENDAS		
Rendas-Certas	PM 60/64	4%
Rendas Imediatas	110% DAV94 MR	3%
	GRF 80	2,5%
	DAV94 MR	2%
SEGUROS DE CAPITALIS		
Capital Diferido com contrasseguro	PF 60/64	4%
	GKF80	0,95%
Mistos	AF	3,5%
	PM 60/64	4%
	GKM80	2,75%
	GKM80	2%
Temporários	PM 46/49	3,5%
	PM 60/64	4%
Temporário Anual Renovável	n.a.	n.a.
PR Valorização		4%
Valor Mais PPR		3,5%
Garantia Valor PPR/E		1,52%
PPR/E Acções Maximização		n.a.
Europa Invest		n.
Investimento seguro		3%
Garantia Rendimento		1,52%

01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Seguro de Grupo

MODALIDADE	TÁBUA DE MORTALIDADE	TAXA TÉCNICA
SEGUROS DE RENDAS		
Rendas Imediatas	110% DAV94 MR	3%
	GRF 80	2,5%
	DAV94 MR	2%
SEGUROS DE CAPITALS		
Capital Diferido com contrasseguro	PF 60/64	4%
Misto	PM 60/64	4%
Temporário Anual Renovável	n.a.	n.a.
Capital Diferido com contrasseguro	TV 37/77	4%
	GKF80	2%

Dada a composição da carteira, são efectuados ajustamentos aos pressupostos actuariais, nomeadamente 25%PM 60/64, 25%GKM e 110% DAV94, conforme relatório do actuário responsável.

Provisão para Sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos, à data do balanço, e inclui uma provisão estimada no montante de 3.561.518 Euros (2011: 3.920.378 Euros) relativa a sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2012 e ainda não reportados (IBNR). Adicionalmente, a provisão para sinistros inclui

uma estimativa no montante de 1.363.757 Euros (2011: 1.165.080 Euros), de encargos futuros de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados e não declarados.

01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃONOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

O desenvolvimento da provisão para sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus ajustamentos (correções) é analisado como segue:

(Un: Euros)

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	PROVISÃO PARA SINISTROS EM 31-12- 2011 (1)	CUSTOS COM SINISTROS ⁽¹⁾ MONTANTES PAGOS NO EXERCÍCIO (2)	PROVISÃO PARA SINISTROS ⁽¹⁾ EM 31-12-2012 (3)	REAJUSTAMENTOS A PROVISÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (3)+(2)-(1)
Vida	7.103.055	1.591.362	4.451.611	1.060.082
Acidentes e doença	31.354.806	11.171.053	23.311.185	3.127.432
Incêndio e outros danos	6.169.103	3.481.943	1.936.712	(750.448)
Automóvel	-	-	-	-
Responsabilidade civil	11.931.597	5.524.321	7.221.989	814.713
Outras coberturas	3.105.633	1.473.102	559.751	(1.072.780)
Marítimo, aéreo e transportes	1.173.958	224.654	208.666	(740.638)
Responsabilidade civil geral	424.345	150.644	376.547	102.846
Crédito e caução	960	-	367.064	366.104
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	2	-	-	(2)
TOTAL	61.263.459	23.617.079	38.433.525	2.907.309

(1) Sinistros ocorridos em 2011 e anos anteriores

O valor dos reajustamentos efectuados no exercício de 2012, relativos a exercícios anteriores, apresentado na nota acima, é explicado pela análise de todos os processos de sinistros em aberto através da conferência dos valores registados e do ano a que se reportam.

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃONOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Relativamente à provisão para sinistros de Acidentes de Trabalho está incluído o montante de 18.346.809 Euros (2011: 16.336.948 Euros) referente à provisão matemática para Acidentes de Trabalho.

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo do valor actual das pensões de Acidentes de Trabalho são analisados, como segue:

PENSÕES REMÍVEIS	
Tábua de mortalidade	TD 88/90
Taxa de desconto	5,25%
Encargos de gestão	-
PENSÕES EM PAGAMENTO	
Tábua de mortalidade	TV 88/90
Taxa de desconto	3%
Encargos de gestão	2%

Provisão para Participação nos Resultados do Ramo Vida

A Provisão para Participação nos Resultados é proveniente de duas vias:

- Participação nos Resultados a Atribuir; que corresponde à parte estimada do tomador do seguro, no valor líquido positivo nos ajustamentos de justo valor dos investimentos afectos a seguros de vida com participação nos resultados, e de acordo com as respectivas modalidades;
- Participação nos Resultados Atribuída; corresponde aos montantes atribuídos aos tomadores de seguros na forma de participação nos resultados, de acordo com modalidades constantes do plano de participação nos resultados.

O montante da Participação nos Resultados a Atribuir decorrente dos ajustamentos de justo valor dos investimentos ascende a 1.941.420 Euros (2011: 18.955 Euros). A percentagem a atribuir por modalidade é determinada com base nos valores de participação financeira atribuída nos últimos 3 anos (de 2009 a 2011). Para o exercício de 2012, a Participação nos Resultados a

01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Atribuir para os produtos com participação nos resultados foi determinada da seguinte forma:

(Un.: Euros)

PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS A ATRIBUIR	RESERVA REAVIAÇÃO POR AJUSTAMENTO JUSTO VALOR	% A ATRIBUIR	SALDO FINAL
Carteira Antiga	2.144	6%	129
Carteira Nova		-	
Individual	6.666.967	29%	1.933.420
Rendas Individual	15.280	-	-
Rendas Individual (novas bases técnicas)	5.257	-	-
Rendas Grupo	319.608	-	-
Rendas Grupo (novas bases técnicas)	402.771	-	-
Grupo Tradicionais	262.378	3%	7.871
VICTORIA Vantagem Investimento	1.801.571	-	-
TOTAL	9.475.976	-	1.941.420

01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃONOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

No que respeita à Participação nos Resultados Atribuída, a movimentação no exercício de 2012, é a seguinte:

(Un.: Euros)

PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS ATRIBUÍDA	SALDO INICIAL	ATRIBUÍDA	DISTRIBUÍDA		SALDO FINAL
			PAGAMENTOS	AUMENTO BENEFÍCIOS	
Carteira Antiga	52.741	532	3.340	-	49.933
Carteira Nova					
Individual	2.940.906	529.305	943.409	44.189	2.482.613
Rendas Individual	51.367	-	-	-	51.367
Rendas Individual (novas bases técnicas)	-	-	-	-	-
Rendas Grupo	209.471	-	-	-	209.471
Rendas Grupo (novas bases técnicas)	-	-	-	-	-
Grupo Tradicionais	3.140.757	2.048.896	1.896.431	-	3.293.222
VICTORIA Vantagem Investimento	110.538	143.839	12.887	102.555	138.935
TOTAL	6.505.780	2.722.572	2.856.067	146.744	6.225.541

Provisão para Participação nos Resultados do Ramo não Vida

O Grupo possui planos de participação nos resultados na modalidade de Doença. Estes planos são muito variados e não têm um esquema único. Em comum, prevêem a

possibilidade de devolver uma percentagem, definida contratualmente, dos resultados técnicos dos contratos, como atribuição Participação nos Resultados.

01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Outras Provisões Técnicas

Provisões para riscos em Curso

No apuramento dos prémios tipo 'II' não foram deduzidos os prémios que estatisticamente correspondem a contratos que não serão renovados por falta de pagamento do prémio.

NOTA 14 – Passivos Financeiros de Contratos de investimento

Os contratos classificados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento correspondem a contratos de seguro e operações em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro. No entanto, e pelo facto de, em termos contratuais existir uma taxa mínima garantida, assumem para as Companhias um risco de investimento.

Os movimentos ocorridos são os seguintes:

(Un.: Euros)

	COM RISCO INVESTIMENTO	SEM RISCO INVESTIMENTO	TOTAL
VALOR INICIAL	65.625.707	355.748	65.981.455
Entradas no período (deduzidas de encargos de subscrição)	2.198.886	14.273	2.213.159
Montantes pagos	13.771.208	37.231	13.808.439
Rendimento (gastos)	2.771.914	46.926	2.818.840
Encargos de Gestão	785.541	9.337	794.878
Passivos adquiridos (deduzidos) para outras empresas	(509.539)	23.808	(485.731)
VALOR FINAL	55.530.219	394.187	55.924.406

01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃONOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**NOTA 15 – Outros credores por operações de
seguros e outras operações**

O saldo desta conta é analisado como segue:

	(Un: Euros)	
	2012	2011
Tomadores de Seguros	4.291.837	4.216.136
Mediadores de Seguros	784.171	752.945
Co-Seguradoras	106.362	132.075
Sub-total	5.182.370	5.101.156
Resseguradores	1.318.770	1.398.636
Outros Credores	2.680.303	5.007.692
TOTAL	9.181.443	11.507.484

Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica Tomadores de Seguros inclui o montante de Euros 2.584.100 (2011: Euros 2.607.163) relativo aos reembolsos de produtos financeiros maturados e ainda não reclamados pelos clientes. A rubrica Outros Credores inclui o saldo com a VICTORIA – Seguros, S.A no montante de Euros 71.753, e ainda o montante relativo a Depósitos à ordem referidos na Nota 1.

NOTA 16 – Acréscimos e Diferimentos

A rubrica destina-se ao reconhecimento, no exercício a que respeitam, de gastos e rendimentos, pelo que é analisada da seguinte forma:

Acréscimos e diferimentos no Activo

	(Un: Euros)	
	2012	2011
Rendas e Alugueres	55.999	55.022
Outros acréscimos e diferimentos	97.673	76.307
TOTAL	153.672	131.329

Acréscimos e diferimentos no Passivo

	(Un: Euros)	
	2012	2011
Férias e subsídio de férias	1.530.170	1.450.658
Incentivos Comerciais	2.607.765	-
Rendas e alugueres	229.228	81.647
Outros acréscimos e diferimentos	2.314.939	3.442.896
TOTAL	6.682.102	4.955.201

Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica Outros acréscimos e diferimentos inclui incentivos de desempenho atribuídos aos colaboradores e órgãos sociais, no montante de Euros 1.515.924 (2011: Euros 1.171.300).

NOTA 17 – Capital Próprio

A VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A., no seguimento da deliberação na Assembleia Geral Extraordinária de 14 de Dezembro, procedeu ao aumento

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

de capital da sociedade de Euros 34.500.000 através da emissão de 3.400.000 novas acções com o valor unitário de Euros 5, perfazendo um total de Euros 17.000.000, com um ágio da emissão total de Euros 14.008.000. Este aumento de capital foi subscrito e realizado integralmente pelas Sociedades Societé Mutuelle d'Assurance du Bâtiment et des Travaux Publics, e a Societé Mutuelle d'Assurance sur la Vie du Bâtiment et des Travaux Publics, bem como pela Sociedade IMPERIO Assurances et Capitalisation, S.A..

Na sequência desta operação a VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A. passou a ter um capital social de Euros 54.500.000, representado por 10.900.000 acções, de valor nominal de Euros 5 cada.

Reserva Legal

De acordo com a legislação portuguesa, a VICTORIA tem de constituir uma reserva legal de pelo menos 5% sobre o resultado líquido anual, até que este atinja um valor mínimo de 20% do Capital social.

Reservas de justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda

A reserva de justo valor corresponde ao valor acumulado das variações de justo valor dos investimentos disponíveis para venda, de acordo com as políticas contabilísticas descritas na nota III. A sua movimentação é analisada como segue:

(Un: Euros)

	SALDO INICIAL	VALORIZAÇÕES / DESVALORIZAÇÕES	DIMINUIÇÕES POR VENDA	SALDO FINAL
De Justo Valor de Activos Financeiros	(284.533)	10.908.490	1.104.416	11.728.373
Instrumentos de capital e Unid Participação	132.325	(77.277)	-	55.048
Títulos de Dívida	(416.858)	10.985.767	1.104.416	11.673.325
Dívida Pública	128.788	5.885.282	(216.346)	5.797.724
De Outros Emissores Públicos	427.956	532.927	(106.711)	854.172
De Outros Emissores	(973.602)	4.567.558	1.427.473	5.021.429
Terrenos e Edifícios	1.277.800	(1.076.947)	-	200.853
Total	993.267	9.831.543	1.104.416	11.929.226
Provisão part. resultados atribuir ("Shadow")	(18.955)	(1.922.466)	-	(1.941.421)
TOTAL	974.312	7.909.077	1.104.416	9.987.805

01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃONOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**NOTA 18 – Transacções entre partes relacionadas**

A VICTORIA tem como entidades relacionadas, as empresas do Grupo SMABTP entidade à qual pertence desde 29 de Dezembro de 2011.

A análise das transacções com entidades relacionadas, é analisada como segue:

(Un: Euros)

	SMABTP	ASEFA	SMAVIE BTP
GANHOS E PERDAS			
Prémios Adquiridos de Resseguro Aceite	0	0	0
Prémios Adquiridos de Resseguro Cedido	15.256.941	79	0
Total dos Proveitos	15.256.941	79	0
Custos e gastos de exploração - comissões Resseg	3.664.143	0	0
Custos com sinistros	7.903.847	2.025	0
Variação Provisões Técnicas	0	0	0
Outros Gastos Gerais e Administrativos	0	41.060	137.028
Total dos Custos	11.567.990	43.085	137.028
Líquido Proveitos/ (Custos) 2012	3.688.951	(43.006)	(137.028)
Líquido Proveitos/ (Custos) 2011	0	0	0

	SMABTP	ASEFA	SMAVIE BTP
BALANÇO			
Activo			
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	0	0	0
Outros Devedores por operações de seguro e outras	14.045	51.324	0
Total do Activo	14.045	51.324	0
Passivo			
Depósitos recebidos de resseguradores	1.384	0	0
Outros Credores por operações de seguro e outras	0	0	0
Total do Passivo	1.384	0	0
Líquido Activo / (Passivo) 2012	12.661	51.324	0
Líquido Activo / (Passivo) 2011	0	0	0

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

As transacções efectuadas com a SMABTP e ASEFA respeitam exclusivamente a operações de resseguro.

No que se refere à entidade SMAVieBTP, esta desenvolve a actividade de front office da actividade de investimentos de activos financeiros de acordo com mandatos de gestão específicos por carteira de investimentos.

NOTA 19 – Elementos extra patrimoniais

Compromissos com locação operacional

Os compromissos financeiros assumidos pelo Grupo com contratos de manutenção e aluguer operacional, encontram-se reflectidos do seguinte modo:

(Un: Euros)	
COMPROMISSOS FINANCEIROS	VALOR
2013	383.784
2014	372.362
2015	266.576
2016	69.065
TOTAL	1.091.787

Compromissos por garantias prestadas

As garantias prestadas à data de 31 de Dezembro de 2012 e 2011, são analisadas como segue:

(Un: Euros)		
NATUREZA DA GARANTIA	2012	2011
Avaes, fianças e outras garantias de crédito		
Hospital S. José	1.903	1.903
Direcção Geral Contribuições e Impostos	282.574	282.574
Câmara Municipal do Porto	5.756	-
TOTAL	290.233	284.477

Fundos de Pensões

O valor dos activos dos Fundos de Pensões geridos pelo Grupo era de Euros 30.383.037 (2011: Euros 27.671.655), dos quais Euros 2.880.973 (2011: Euros 2.290.785) têm uma taxa garantida.

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

VI – NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

NOTA 20 – Prémios de Contratos de seguro

Relativamente ao Seguro de Vida, os prémios brutos emitidos são como segue:

	(Un.: Euros)	
	2012	2011
PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS DE SEGURO DIRECTO		
Relativos a contratos individuais	24.359.015	21.666.724
Relativos a contratos de grupo	10.461.493	11.597.701
	34.820.508	33.264.425
Periódicos	23.522.840	29.414.333
Não Periódicos	11.927.668	3.850.092
	34.820.508	33.264.425
De contratos sem participação nos resultados	5.536.533	5.421.834
De contratos com participação nos resultados	29.283.975	27.842.591
	34.820.508	33.264.425
SALDO DE RESSEGURO	(417.166)	(552.424)

01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃONOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Relativamente aos contratos de seguros do Ramo Não Vida a informação de prémios, sinistros e custos de exploração, correspondente aos anos de 2012 e 2011 pode ser analisada do seguinte modo:

(Un: Euros)

2012	PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS	PRÉMIOS BRUTOS ADQUIRIDOS	CUSTOS COM SINISTROS BRUTOS	CUSTOS DE EXPLORAÇÃO BRUTOS	SALDO DE RESSEGURO
Seguro directo					
Acidentes e doença	39.442.873	39.737.087	32.667.322	12.159.472	(732.339)
Incêndio e outros danos	18.397.975	19.256.628	15.358.891	5.673.043	775.707
Automóvel	-	-	(20.203)	(73.424)	-
- Responsabilidade civil	12.192.850	12.775.150	10.563.540	3.768.924	(1.983.797)
- Outras coberturas	5.168.024	5.756.844	3.435.956	2.297.032	(211.322)
Marítimo, aéreo e transportes	4.496.073	4.493.912	1.903.070	1.119.478	(356.257)
Responsabilidade civil geral	874.330	789.179	260.473	436.068	(59.291)
Crédito e caução	49.520	59.463	582.259	8.728	142.847
Protecção jurídica	-	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-	-
Diversos	980	2.670	(2)	377	-
SUB-TOTAL	80.622.625	82.870.933	64.751.306	25.389.699	(2.424.452)
Resseguro aceite	-	-	-	-	-
TOTAL	80.622.625	82.870.933	64.751.306	25.389.699	(2.424.452)

01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Un: Euros)

2011	PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS	PRÉMIOS BRUTOS ADQUIRIDOS	CUSTOS COM SINISTROS BRUTOS	CUSTOS DE EXPLORAÇÃO BRUTOS	SALDO DE RESSEGURO
Seguro directo					
Acidentes e doença	45.610.994	46.310.044	39.732.119	12.975.465	(1.440.804)
Incêndio e outros danos	21.109.886	21.512.943	11.268.560	6.827.706	(4.695.949)
Automóvel					
- Responsabilidade civil	15.359.217	17.117.278	13.305.518	5.276.220	(1.936.037)
- Outras coberturas	8.696.456	11.237.040	11.599.373	3.599.079	(465.168)
Marítimo, aéreo e transportes	3.938.389	3.908.532	1.941.223	975.435	(413.173)
Responsabilidade civil geral	822.436	866.649	424.926	450.608	(116.515)
Crédito e caução	36.230	33.927	24.961	8.450	(4.922)
Protecção jurídica	-	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-	-
Diversos	4.675	5.383	(888)	2.388	(791)
SUB-TOTAL	95.578.283	100.991.796	78.295.792	30.115.351	(9.073.359)
Resseguro aceite					
TOTAL	95.578.283	100.991.796	78.295.792	30.115.351	(9.073.359)

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

NOTA 21 – Comissões recebidas de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimentos e contratos de prestação de serviços

As comissões recebidas relativamente aos contratos de investimento, é analisada da seguinte forma:

	(Un.: Euros)	
	2012	2011
Encargos de subscrição	25.627	35.270
Comissão de gestão	793.619	952.646
	819.246	987.916

As comissões dos contratos de prestação de serviços no montante de 72.131 Euros (255.575 Euros em 2011) são determinadas de acordo com o estipulado nos contratos, sendo o seu valor registado por estimativa nas datas de reporte e ajustado nas anuidades dos contratos.

01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

NOTA 22 – Custos com sinistros

Os custos com sinistros relativos aos anos findos em 2012 e 2011, são analisados como segue:

(Un: Euros)

2012	MONTANTES PAGOS			CUSTOS COM SINISTROS (4)=(1)+(2)+(3)
	PRESTAÇÕES (1)	CUSTOS DE GESTÃO DE SINISTROS IMPUTADOS (2)	VARIAÇÃO DA PROVISÃO PARA SINISTROS (3)	
Ramo Vida	35.299.691	539.664	468.580	36.307.935
Ramo Não Vida				
Acidentes e doença	30.390.119	1.631.071	646.132	32.667.322
Incêndio e outros danos	13.503.530	684.172	1.171.189	15.358.891
Automóvel				
Responsabilidade civil	9.463.569	678.127	421.844	10.563.540
Outras coberturas	4.415.270	319.884	(1.299.198)	3.435.956
Marítimo, aéreo e transportes	1.368.395	105.810	428.865	1.903.070
Responsabilidade civil geral	208.051	16.328	36.094	260.473
Crédito e caução	-	-	582.259	582.259
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	(2)	(2)
SUB-TOTAL	59.348.934	3.435.392	1.987.183	64.771.509
Resseguro aceite	-	-	-	-
TOTAL	94.648.625	3.975.056	2.455.763	101.079.444

01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Un: Euros)

2011	MONTANTES PAGOS			CUSTOS COM SINISTROS (4)=(1)+(2)+(3)
	PRESTAÇÕES (1)	CUSTOS DE GESTÃO DE SINISTROS IMPUTADOS (2)	VARIAÇÃO DA PROVISÃO PARA SINISTROS (3)	
Ramo Vida	33.426.410	472.577	993.101	34.892.088
Ramo Não Vida				
Acidentes e doença	35.915.098	1.526.325	2.272.677	39.714.100
Incêndio e outros danos	13.229.001	601.116	(2.561.557)	11.268.560
Automóvel				
Responsabilidade civil	12.580.826	584.135	140.557	13.305.518
Outras coberturas	12.989.193	605.870	(1.995.690)	11.599.373
Marítimo, aéreo e transportes	1.596.050	65.545	279.628	1.941.223
Responsabilidade civil geral	269.866	12.226	142.834	424.926
Crédito e caução	25.001	-	(40)	24.961
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	1.019	(1.907)	(888)
SUB-TOTAL	76.605.035	3.396.236	1.723.498	78.277.773
Resseguro aceite	-	-	-	-
TOTAL	110.031.445	3.868.813	(730.397)	113.169.861

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

NOTA 23 – Rendimentos / réditos de investimentos

Os rendimentos de investimentos são analisados como segue:

	(Un: Euros)	
	2012	2011
Terrenos e edifícios	2.037.927	2.102.171
Activos financeiros detidos para negociação	-	-
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados	542.314	1.017.505
Instrumentos de Capital e Unid. Participação	717	1.276
Títulos de Dívida	541.597	1.016.229
Activos disponíveis para venda	6.652.541	7.697.595
Instrumentos de Capital e Unid. Participação	23.182	26.871
Títulos de Dívida	6.629.359	7.670.724
Empréstimos concedidos e contas a receber	73.844	417.463
Depósitos	44.596	199.707
Empréstimos concedidos	29.248	217.756
TOTAL	9.306.626	11.234.734

O montante de rendimentos de investimentos, proveniente de dividendos é nulo em 2012.

NOTA 24 – Gastos Financeiros

Os valores registados nesta conta resultam da afectação dos custos por natureza a imputar, conforme pode ser analisado na Nota 31.

NOTA 25 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por reservas

O saldo registado nesta rubrica refere-se a valias realizadas por alienação dos investimentos e é analisada como segue:

	(Un: Euros)	
	2012	2011
Activos disponíveis para venda	308.215	110.928
Instrumentos de Capital e Unidade de Participação	166.109	152.070
Títulos de Dívida	142.106	(41.142)
Sub-total	308.215	110.928
Terrenos e edifícios	(94.137)	-
TOTAL	214.078	110.928

01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃONOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011**NOTA 26 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por via de ganhos e perdas**

O saldo registado nesta conta é como segue:

(Un.: Euros)

	2012		2011	
	VALIAS REALIZADAS	AJUSTAMENTO JUSTO VALOR	VALIAS REALIZADAS	AJUSTAMENTO JUSTO VALOR
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	243.665	-
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados	16.481	2.370	(148.574)	(166.803)
Instrumentos de Capital e Unid Participação	43.907	(129.535)	(181.294)	(1.673)
Títulos de Dívida	(27.426)	131.905	32.720	(165.130)
TOTAL	16.481	2.370	95.091	(166.803)

No que respeita aos passivos financeiros, a movimentação é a seguinte:

(Un:Euros)

	2012	2011
Gastos em passivos	(2.827.016)	(4.646.742)
Ganhos em passivos	8.176	1.067.040
TOTAL GANHO / (GASTO)	(2.818.840)	(3.579.702)

Esta rubrica corresponde às variações verificadas nos activos financeiros afectos a esta modalidade e que se encontram registadas em rubricas de Ganhos e Perdas, de acordo com a sua natureza.

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

NOTA 27 – Perdas de Imparidades

Os valores registados nesta rubrica podem ser analisados na Nota 5.

As imparidades registadas em 2012 no montante de Euros 399.630 (2011: Euros 1.611.818) reflectem a reestruturação da dívida pública grega. Porém, o registo antecipado de

perdas no ano anterior, permitiu que o valor total assumido neste exercício fosse substancialmente inferior a 2011, não existindo actualmente qualquer potencial de perda adicional nestes títulos.

NOTA 28 – Outros rendimentos/gastos técnicos

O saldo é como segue:

(Un: Euros)

	2012	2011		2012	2011
Outros gastos técnicos			Outros rendimentos técnicos		
Por gestão Co-Seguro	-	5.435	Por gestão Co-Seguro	6.135	5.768
Por gestão Fundos de Pensões	120.496	198.049	Por gestão Fundos de Pensões	171.051	159.085
Por outros	816	2.178	Por outros	65.343	75.229
SUB-TOTAL	121.312	205.662	SUB-TOTAL	242.259	240.082
TOTAL	121.217	34.420			

NOTA 29 – Outras Provisões (variação)

As outras provisões destinam-se a fazer face a outros riscos da actividade, nomeadamente pelo facto da companhia proceder à anulação de cheques que não se encontram descontados há mais de 2 anos.

Inclui ainda uma provisão para contingências fiscais e para o Duplo Valor. Da análise do ano, resultam os seguintes movimentos:

(Un: Euros)

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	UTILIZAÇÃO	SALDO FINAL
Outras Provisões	2.036.913	1.140.488	17.168	11.448	3.148.785

01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃONOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

NOTA 30 – Outros rendimentos/gastos

O saldo é como segue:

			(Un: Euros)	
	2012	2011	2012	2011
Gastos e perdas não correntes			Rendimentos e ganhos não correntes	
Donativos	250	-	Restituição impostos	1.959
Multas e penalidades	20.113	20.309	Outros rendimentos e ganhos	74.383
Quotizações diversas	-	-		
Outros gastos e perdas	228.944	103.460		
Gastos e perdas financeiras			Rendimentos e ganhos financeiros	
Juros suportados	4.820	78.350	Juros obtidos	1.606
Outros gastos e perdas	411.030	23.719	Outros rendimentos e ganhos	-
Ajustamentos			Ajustamentos	
De recibos por cobrar	26.859		De recibos por cobrar	60.967
De créditos de cobrança duvidosa	137.339	30.443	De créditos de cobrança duv.	-
Perdas em activos tangíveis	1.471	-	Outros	581.758
SUB-TOTAL	830.826	256.281	SUB-TOTAL	64.490
TOTAL	(766.336)	464.392		

A rubrica Outros rendimentos inclui o montante de Euros 603.000 relativo à regularização de saldos de agentes e mediadores.

01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

NOTA 31 – Gastos diversos por função

Os gastos diversos por natureza são analisados como se segue:

	(Un: Euros)	
	2012	2011
Despesas com Pessoal	15.160.293	14.291.352
Fornecimento e Serviços Externos	8.461.447	9.818.565
Impostos e Taxas	622.678	451.371
Amortizações do Exercício	1.506.599	1.768.441
Juros Suportados	-	-
Comissões	191.273	465.764
TOTAL	25.942.290	26.795.493

A rubrica Fornecimento e Serviços Externos inclui os honorários facturados pelos Revisores Oficiais de contas e têm a seguinte distribuição (valores sem IVA):
Serviços de Revisão Legal de Contas no montante de 103.410 Euros

Serviços de garantia de fiabilidade – pareceres sobre o sistema de gestão de riscos e controlo interno, mapas prudenciais e estatísticos no montante de 47.000 Euros
Consultoria Fiscal no montante de 59.047 Euros

A análise por função, dos contratos de seguros e de investimentos, são analisados da seguinte forma:

01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Un: Euros)

	2012			2011		
	RAMO VIDA		RAMOS NÃO VIDA	RAMO VIDA		RAMOS NÃO VIDA
	CONTRATOS SEGURO	CONTRATOS INVESTIMENTO	CONTRATOS SEGURO	CONTRATOS SEGURO	CONTRATOS INVESTIMENTO	CONTRATOS SEGURO
Custos com sinistros	539.664		3.435.392	470.377	-	3.378.217
Custos de exploração	6.612.414	502.378	13.363.402	6.333.806	581.678	15.205.196
Custos de aquisição	1.517.215	115.270	5.089.565	1.417.299	130.160	5.382.660
Custos administrativos	5.095.199	387.108	8.273.837	4.916.507	451.518	8.822.536
Custos com investimentos	273.993	20.817	331.783	443.925	40.769	449.949
Custos Gestão Fundos de Pensões	862.447			891.576	-	-
Sub-total	8.288.518	523.195	17.130.577	8.139.684	622.447	18.033.362
TOTAL IMPUTADO			25.942.290			26.795.493

NOTA 32 – Gastos com o pessoal

Número médio de trabalhadores

A distribuição das categorias foi efectuada de acordo com a repartição existente no Balanço Social (Dec. Lei 9/92 de 22/01) e Anexo I do C.C.T. da Actividade Seguradora. Durante o exercício o Grupo teve, além de 1 membro do Conselho de Administração não remunerado, ao seu serviço em média 301 empregados, com a seguinte estrutura por qualificação de funções:

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

QUALIFICAÇÃO DE FUNÇÕES	(Un: Euros)	
	Nº MÉDIO DE EMPREGADOS 2012	Nº MÉDIO DE EMPREGADOS 2011
Quadros superiores	41	46
Quadros médios	29	76
Profissionais altamente qualificados	63	57
Profissionais qualificados	168	110
Profissionais semi – qualificados	-	-
Estagiários e aprendizes	-	7
TOTAL	301	296

Montante das despesas com o pessoal

Os gastos com o pessoal referentes aos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 são analisados como segue:

RUBRICAS	(Un: Euros)	
	2012	2011
Remunerações		
dos órgãos sociais	30.342	444.824
do pessoal	10.643.854	10.306.620
Encargos sobre remunerações	2.664.285	2.201.932
Benefícios pós-emprego	-	
Planos de contribuição definida	29.868	4.923
Planos de benefício definido	(21.727)	(14.467)
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	75.621	170.824
Benefícios de cessação de emprego	1.170.711	703.884

RUBRICAS	(Un: Euros)	
	2012	2011
Seguros obrigatórios	247.870	206.910
Gastos de acção social	76.256	79.968
Outros gastos com pessoal	243.213	185.934
TOTAL DE CUSTOS COM PESSOAL	15.160.293	14.291.352

Os órgãos das Companhias responsáveis pelo planeamento, direcção e controlo, são constituídos tendo por base a estrutura da companhia no grupo, o que significa que a gestão e/ou direcção efectiva é independente do vínculo contratual. A distribuição das responsabilidades está representada de acordo com o organigrama institucional, e é composta pelas seguintes Direcções:

- Comercial
- Gestão Risco e Controlo Interno
- Financeiro
- Técnico
- Operações
- Informática

01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃONOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

A sendo uma organização transversal ao grupo, a composição é a seguinte:

ÓRGÃOS	Nº ELEMENTOS	VALOR TOTAL REMUNERAÇÃO	
		VIDA	SEGUROS
Conselho Executivo	2	-	457.646
Directores	9	388.561	818.708
Responsáveis	12	134.163	512.613
TOTAL	23	522.724	1.788.967

No que respeita a benefícios de pós-emprego dos órgãos acima referidos, seguem o estipulado no CCT da Actividade Seguradora.

**VII) EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA
DE ENCERRAMENTO**

Até à data da elaboração deste relatório, não existem acontecimentos que possam alterar a informação nele contida. Adicionalmente, também não se perspectivam por parte do conselho de Administração, alterações de políticas que possam alterar de forma significativa o desenrolar da actividade normal da empresa.

**VIII) JUSTO VALOR DE ACTIVOS E
PASSIVOS FINANCEIROS**

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cash flows descontados.

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de activos e passivos pela VICTORIA são os seguintes:

Caixa e Depósitos em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de activos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Activos financeiros disponíveis para venda, activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas e activos de negociação

Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é normalmente baseado em valores de mercado se disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor é estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cash flows descontados.

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Devedores e credores por operações de seguro directo, de resseguro e outras operações, Empréstimos e outros passivos financeiros

Tendo em conta que se tratam normalmente de activos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

IX) NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

Normas, alterações e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB com relevância na actividade da Companhia, cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de Janeiro de 2012 e que a Companhia não adoptou antecipadamente são as seguintes:

Já endossadas pela UE:

IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras

(Emenda)

A emenda à IAS 1 altera a agregação de itens apresentados na Demonstração do Rendimento Integral. Itens susceptíveis de serem reclassificados (ou “reciclados”) para lucros ou perdas no futuro (por exemplo na data de desreconhecimento ou liquidação) devem ser apresentados separados dos itens que não susceptíveis de serem reclassificados para lucros ou perdas (por exemplo, reservas de reavaliação previstas na IAS 16 e IAS 38).

Esta emenda não altera a natureza dos itens que devem ser reconhecidos na Demonstração de Rendimento Integral, nem se os mesmos devem ou não ser susceptíveis de serem reclassificados em lucros ou perdas no futuro.

As alterações à IAS 1 serão aplicáveis para os exercícios iniciados após 30 de Junho de 2012, podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva.

Da aplicação desta alteração à Norma não são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

IFRS 7 (Emenda) Compensação de activos financeiros e passivos financeiros

Esta emenda requer que as entidades divulguem informação sobre direitos de compensação e acordos relacionados (por exemplo Garantias colaterais). Estas divulgações providenciam informações que são úteis na

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

avaliação do efeito líquido que esses acordos possam ter na Demonstração da Posição Financeira de cada entidade. As novas divulgações são obrigatórias para todos os instrumentos financeiros que possam ser compensados tal como previsto pela IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As novas divulgações também se aplicam a instrumentos financeiros que estão sujeitos a acordos principais de compensação ou outros acordos similares independentemente de os mesmos serem compensados de acordo com o previsto na IAS 32.

As alterações à IFRS 1 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A emenda à IFRS 7 deverá ser aplicável retrospectivamente de acordo com a IAS 8. Contudo se a entidade decidir aplicar antecipadamente a IAS 32 Compensação de activos financeiros e passivos financeiros deve aplicar conjuntamente as divulgações previstas na IFRS 7.

Da aplicação desta alteração à Norma não são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

IFRS 13 Mensuração do justo valor

A IFRS 13 estabelece uma fonte única de orientação para a mensuração do justo valor de acordo com as IFRS. A IFRS 13 não indica quando uma entidade deverá utilizar o justo valor, mas estabelece uma orientação de como o justo valor deve ser mensurado sempre que o mesmo é permitido ou requerido.

O justo valor é definido como o “preço que seria recebido para vender um activo ou pago para transferir um passivo numa transacção entre duas partes a actuar no mercado na data de mensuração”.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013, a aplicação antecipada permitida desde que divulgada. A aplicação é prospectiva.

Da aplicação desta Norma não são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

IAS 12 Impostos sobre o rendimento

A emenda à IAS 12 clarifica que a determinação de imposto diferido relativo a propriedades de investimento mensuradas ao justo valor, ao abrigo da IAS 40, deverá ser calculada tendo em conta a sua recuperação através da sua alienação no futuro. Esta presunção pode ser no entanto rebatível caso a entidade tenha um plano de negócios que demonstre que a recuperação desse imposto será efectuada através do uso das propriedades de investimento.

Adicionalmente, a emenda refere ainda que os impostos diferidos reconhecidos por activos fixos tangíveis não depreciáveis que sejam mensurados de acordo com o modelo de revalorização devem ser calculados no pressuposto de que a sua recuperação será efectuada através da venda destes activos.

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

De acordo com o endosso, esta Norma é aplicada para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014, podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011). A aplicação é retrospectiva.

Da aplicação destas alterações à Norma não são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

IAS 19 Benefícios dos empregados (Revista)

A IAS 19 Benefícios de empregados (Revista), sendo as principais alterações as seguintes:

- a eliminação da opção de diferir o reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, conhecida pelo “método do corredor”; Ganhos e Perdas actuariais são reconhecidos na Demonstração do Rendimento Integral quando os mesmos ocorrem. Os valores reconhecidos nos lucros ou prejuízos são limitados: ao custo corrente e de serviços passados (que inclui os ganhos e perdas nos cortes), ganhos e perdas na liquidação e custos (proveitos) relativos a juros líquidos. Todas as restantes alterações no valor líquido do activo (passivo) decorrente do plano de benefício definido devem ser reconhecidas na Demonstração do Rendimento Integral, sem subsequente reclassificação para lucros ou perdas.
- os objectivos para as divulgações relativos a planos de benefício definido são explicitamente referidos na revisão da norma, bem como novas divulgações ou divulgações revistas. Nestas novas divulgações inclui-se informação

quantitativa relativamente a análises de sensibilidade à responsabilidade dos benefícios definidos a possíveis alterações em cada um dos principais pressupostos actuariais.

- benefícios de cessação de emprego deverão ser reconhecidos no momento imediatamente anterior: (i) a que compromisso na sua atribuição não possa ser retirado e (ii) a provisão por reestruturação seja constituída de acordo com a IAS 37.
- A distinção entre benefícios de curto e longo prazo será baseado na tempestividade da liquidação do benefício independentemente do direito ao benefício do empregado já ter sido conferido.

As alterações à IAS 19 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013, podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva.

Da aplicação destas alterações à Norma são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras ao nível das divulgações.

IAS 32 Instrumentos financeiros (Compensação de activos financeiros e passivos financeiros)

A emenda clarifica o significado de “direito legal correntemente executável de compensar” e a aplicação da IAS 32 aos critérios de compensação de sistemas

01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

de compensação (tais como sistemas centralizados de liquidação e compensação) os quais aplicam mecanismos de liquidação brutos que não são simultâneos.

O parágrafo 42 a) da IAS 32 requer que “um activo financeiro e um passivo financeiro devem ser compensados e a quantia líquida apresentada no balanço quando, e apenas quando, uma entidade tiver actualmente um direito de cumprimento obrigatório para compensar as quantias reconhecidas”. Esta emenda clarifica que os direitos de compensar não só têm de ser legalmente correntemente executáveis no decurso da actividade normal mas também têm de ser executáveis no caso de um evento de incumprimento e no caso de falência ou insolvência de todas as contrapartes do contrato, incluindo da entidade que reporta. A emenda também clarifica que os direitos de compensação não devem estar contingentes de eventos futuros.

O critério definido na IAS 32 para a compensação de instrumentos financeiros requer que a entidade de reporte pretenda, ou liquidar numa base líquida, ou realizar o activo e liquidar simultaneamente o passivo. A emenda clarifica que só os mecanismos de liquidação pelo valor bruto que eliminam ou resultam em riscos de crédito e liquidez insignificantes em que o processo de contas a receber e a pagar é um único processo de liquidação ou ciclo podem ser, de facto, equivalentes a uma liquidação pelo valor líquido, cumprindo com efeito o critério de liquidação líquido previsto na norma.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014. A emenda à IFRS 7 deverá ser aplicável retrospectivamente de acordo com a IAS 8. A aplicação antecipada é permitida devendo divulgar este facto e cumprir com as divulgações previstas pela IFRS 7 Divulgações (Emenda) - Compensação de activos financeiros e passivos financeiros.

Da aplicação desta clarificação à Norma não são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não endossadas pela UE:

IFRS 9 Instrumentos financeiros (Introduz novos requisitos de classificação e mensuração de activos e passivos financeiros)

A primeira fase da IFRS 9 Instrumentos financeiros aborda a classificação e mensuração dos activos e passivos financeiros. O IASB continua a trabalhar e a discutir os temas de imparidade e contabilidade de cobertura com vista à revisão e substituição integral da IAS 39. A IFRS 9 aplica-se a todos os instrumentos financeiros que estão no âmbito de aplicação da IAS 39.

As principais alterações são as seguintes:

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Activos Financeiros:

Todos os activos financeiros são mensurados no reconhecimento inicial ao justo valor.

Os instrumentos de dívida podem ser mensurados ao custo amortizado subsequentemente se:

- a opção pelo justo valor não for exercida;
- o objectivo da detenção do activo, de acordo com o modelo de negócio, é receber os cash-flows contratualizados; e
- nos termos contratados os activos financeiros irão gerar, em datas determinadas, cash-flows que se consubstanciam somente no pagamento de reembolso de capital e juros relativos ao capital em dívida.

Os restantes instrumentos de dívida são mensurados subsequentemente ao justo valor.

Todos os investimentos financeiros de capital próprio são mensurados ao justo valor através da Demonstração de Rendimento Integral ou através de proveitos e perdas. Cada um dos instrumentos financeiros de capital próprio deve ser mensurado ao justo valor através de i) na Demonstração de Rendimento Integral ou (ii) Proveitos e perdas (os instrumentos financeiros de capital próprio detidos para negociação devem ser mensurados ao justo valor com as respectivas variações sempre reconhecidas através de proveitos e perdas).

Passivos Financeiros:

As diferenças no justo valor de passivos financeiros ao pelo

justo valor através dos lucros ou prejuízos que resultem de alterações no risco de crédito da entidade devem ser apresentadas na Demonstração de rendimento integral. Todas as restantes alterações devem ser registadas nos lucros e perdas excepto se a apresentação das diferenças no justo valor resultantes do risco de crédito do passivo financeiro fossem susceptíveis de criar ou aumentar uma descompensação significativa nos resultados do período.

Todas as restantes regras de classificação e mensuramento relativamente a passivos financeiros existentes na IAS 39 permanecem inalteradas na IFRS 9 incluindo as regras da separação de derivados embutidos e o critério para ser reconhecidos ao justo valor por proveitos e perdas.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2015. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação das disposições relativas aos passivos financeiros pode ser também antecipada desde que em simultâneo com as disposições relativas aos activos financeiros.

Da aplicação desta Norma são esperados impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras que ainda não foram quantificados.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2009-2011

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2009-2011, o IASB emitiu seis emendas a cinco normas cujos resumos se apresentam de seguida:

01

RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02

INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03

RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

**IAS 1 (Emenda) Apresentação de demonstrações
financeiras**

Clarifica a diferença entre informação comparativa adicional e informação mínima comparativa. Geralmente, a informação comparativa mínima requerida corresponde ao período comparativo anterior.

Uma entidade deve incluir informação comparativa nas notas às demonstrações financeiras quando voluntariamente divulga informação para além da informação mínima requerida. A informação adicional relativa ao período comparativo não necessita de conter um conjunto completo de demonstrações financeiras.

Adicionalmente, o balanço de abertura do da posição financeira (terceiro balanço) deve ser apresentado nas seguintes circunstâncias: i) quando uma entidade aplica uma política contabilística retrospectivamente ou elabora uma reexpressão retrospectiva de itens nas suas demonstrações financeiras; ou ii) quando reclassifica itens nas suas demonstrações financeiras e estas alterações são materialmente relevantes para a demonstração da posição financeira. O balanço de abertura deverá ser o balanço de abertura do período comparativo. Todavia, ao contrário da informação comparativa voluntária, não são requeridas notas para sustentar a terceira demonstração da posição financeira.

IAS 32 Instrumentos financeiros

Clarifica que o imposto sobre o rendimento que resultem de distribuições a accionistas deve ser contabilizado de acordo com a IAS 12 Impostos sobre o rendimento.

IAS 34 Relato financeiro intercalar

Clarifica que os requisitos da IAS 34 relativamente à informação por segmentos para o total de activos e passivos para cada segmento reportável, de forma a melhorar a consistência com a IFRS 8 Relato por segmentos.

De acordo com esta emenda, o total de activos e passivos para cada um dos segmentos reportáveis só necessitam de ser divulgados quando os mesmos são regularmente providenciados aos gerentes de segmento.

As melhorias às IFRS são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013, podem ser aplicadas antecipadamente desde que devidamente divulgadas. A aplicação é retrospectiva.

Da aplicação das melhorias às Normas não são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		QUANTI- DADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISI- ÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						UNITÁRIO	TOTAL	JUROS CORRIDOS	TAXA DE JURO
2.2.1.1 - De dívida pública										
BE0000307166	BELGIUM KINGDOM TF 06/16		1.690.000	98,19		1.659.452	110	1.861.619	14.145	3,250%
ES0000012866	BONOS Y OBLIG TF 03/13		940.000	100,22		942.109	101	949.165	16.657	4,200%
ES00000120J8	BONOS Y OBLIG TF 06/17		3.000.000	98,62		2.958.513	99	2.979.750	104.344	3,800%
ES00000121A5	BONOS Y OBLIG TF 08/18		3.000.000	101,51		3.045.411	99	2.959.950	51.896	4,100%
IT0003644769	BTPS TF 02/20		300.000	104,20		312.606	104	311.535	5.622	4,500%
DE0001141547	BUNDES OBLIGATION TF 09/14		3.300.000	102,13		3.370.266	103	3.394.380	53.704	2,250%
DE0001135416	BUNDESREP DEUTSCH TF 10/20		1.000.000	97,95		979.518	110	1.099.250	7.274	2,250%
DE0001135234	BUNDESREPUB DEUTSCH TF 03/13		200.000	101,46		202.923	102	203.100	3.699	3,750%
DE0001135218	BUNDESREPUB DEUTSCH TF 03/13		200.000	100,04		200.083	100	200.020	8.902	4,500%
DE0001135424	BUNDESREPUB DEUTSCH TF 10/21		300.000	101,74		305.213	112	334.815	7.418	2,500%
DE0001134922	BUNDESREPUB DEUTSCH TF 94/24		800.000	133,71		1.069.675	149	1.194.200	49.454	6,250%
IT0003472336	BUONI POLIENNALI TF 03/13		3.700.000	100,22		3.708.080	102	3.766.045	65.485	4,250%
IT0003719918	BUONI POLIENNALI TF 04/15		1.300.000	101,38		1.317.900	104	1.356.615	23.008	4,250%
IT0003844534	BUONI POLIENNALI TF 05/15		1.600.000	99,09		1.585.503	103	1.653.280	24.986	3,750%
IT0004019581	BUONI POLIENNALI TF 06/16		1.100.000	102,38		1.126.195	104	1.140.260	17.178	3,750%
IT0004164775	BUONI POLIENNALI TF 06/17		300.000	102,51		307.537	104	312.060	4.997	4,000%
IT0004009673	BUONI POLIENNALI TF 06/21		200.000	96,66		193.316	98	195.410	3.123	3,750%
IT0004273493	BUONI POLIENNALI TF 07/18		5.000.000	104,43		5.221.496	105	5.271.500	93.699	4,500%
IT0004361041	BUONI POLIENNALI TF 08/18		200.000	104,25		208.499	105	210.090	3.748	4,500%
IT0004612179	BUONI POLIENNALI TF 10/13		500.000	99,92		499.618	100	501.875	767	2,000%
IT0004615917	BUONI POLIENNALI TF 10/15		200.000	100,45		200.910	102	203.130	230	3,000%
IT0004594930	BUONI POLIENNALI TF 10/20		1.500.000	101,02		1.515.242	101	1.508.775	19.562	4,000%
FI0001005407	FINNISH GOVERNMENT TF 02/13		3.050.000	101,27		3.088.739	103	3.128.538	80.846	5,375%
FI0001006066	FINNISH GOVT TF 06/17		600.000	105,11		630.680	116	695.430	6.688	3,875%
FI4000020961	FINNISH GOVT TF 11/21		900.000	107,68		969.093	117	1.055.025	22.438	3,500%
FR0000188989	FRANCE O.A.T. TF 02/13		100.000	100,89		100.894	101	101.190	2.729	4,000%
FR0010216481	FRANCE O.A.T. TF 04/15		3.100.000	97,98		3.037.479	108	3.342.420	17.071	3,000%
FR0010288357	FRANCE O.A.T. TF 05/16		1.000.000	97,05		970.455	110	1.097.300	22.171	3,250%
FR0010192997	FRANCE O.A.T. TF 05/21		2.300.000	101,48		2.333.946	116	2.676.165	58.839	3,750%
FR0010604983	FRANCE O.A.T. TF 08/18		1.000.000	103,97		1.039.687	116	1.163.950	27.288	4,000%

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		QUANTI- DADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISI- ÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						UNITÁRIO	TOTAL	JUROS CORRIDOS	TAXA DE JURO
FR0010854182	FRANCE O.A.T. TF 10/20		600.000	101,38		608.308	115	688.230	14.326	3,500%
FR0000571085	FRANCE O.A.T. TF 92/23		500.000	144,89		724.468	160	799.600	28.993	8,500%
FR0010011130	FRANCE OAT TF 02/13		900.000	101,30		911.710	103	928.530	6.608	4,000%
FR0010163543	FRANCE OAT TF 04/15		3.000.000	99,26		2.977.681	108	3.232.500	71.630	3,500%
FR0010466938	FRANCE OAT TF 06/23		2.100.000	107,59		2.259.294	120	2.527.035	16.383	4,250%
FR0116114978	FRENCH TREASURY NOTE TF 09/14		400.000	101,11		404.428	102	409.840	9.672	2,500%
GRR000000010	HELLENIC REP 12/42 cup 0		630.000	0,00		1	1	4.227	-	0,000%
IE0006857530	IRISH GOVERNMENT TF 99/16		2.950.000	102,51		3.024.183	106	3.130.983	95.548	4,600%
DE000NRW1006	LAND NORDRHEIN TF 07/22		500.000	110,91		554.558	123	616.450	14.683	4,375%
NL0000102325	NETHERLANDS GOVERNMENT TF 04/14		1.325.000	102,88		1.363.171	106	1.399.796	23.006	3,750%
NL0000102283	NETHERLANDS GOVERNMENT TF 06/16		2.900.000	100,69		2.919.975	113	3.283.525	53.710	4,000%
NL0000102275	NETHERLANDS GOVT TF 06/23		6.200.000	109,34		6.779.154	120	7.455.190	222.336	3,750%
NL0009331461	NETHERLANDS GOVT TF 10/13		100.000	100,03		100.034	100	100.020	1.674	1,750%
NL0009348242	NETHERLANDS GOVT TF 10/20		300.000	103,77		311.317	117	351.180	4.833	3,500%
NL0009712470	NETHERLANDS GOVT TF 11/21		300.000	103,59		310.757	115	346.395	4.488	3,250%
XS0282701514	POLAND GOVERNMENT BOND TF 07/22		1.000.000	99,28		992.838	116	1.157.920	42.787	4,500%
AT0000A0CL73	REP OF AUSTRIA TF 09/14		400.000	103,12		412.483	106	423.860	2.608	3,400%
AT0000385992	REPUBLIC OF AUSTRIA TF 03/13		2.300.000	101,03		2.323.627	103	2.365.090	17.241	3,800%
AT0000386115	REPUBLIC OF AUSTRIA TF 05/20		400.000	100,06		400.229	118	473.540	7.180	3,900%
AT0000A001X2	REPUBLIC OF AUSTRIA TF 05/21		2.500.000	99,64		2.490.968	116	2.896.625	25.171	3,500%
AT0000A011T9	REPUBLIC OF AUSTRIA TF 06/16		1.000.000	99,76		997.596	113	1.133.450	11.507	4,000%
AT0000A0N9A0	REPUBLIC OF AUSTRIA TF 11/22		4.500.000	101,80		4.580.903	117	5.267.250	114.751	3,650%
FR0114683842	FRENCH TREASURY NOTE TF 08/13		20.000	110,95		22.190	102	20.454	424	4,500%
NL0009348242	NETHERLANDS GOVT TF 10/20		50.000	102,12		51.060	117	58.530	805	3,500%
DE0001135408	BUNDESREP DEUTSCHLAND TF 10/20		400.000	99,75		399.012	115	461.780	5.918	3,000%
IT0004612179	BUONI POLIENALI TF 10/13		2.000.000	99,90		1.997.931	100	2.007.500	3.068	2,000%
PTCON4OE0005	CONSOLIDADO PERP		28.701	53,80		15.441	62	17.707	571	4,000%
DE0001030500	DEUTSCHLAND I/L BOND TF 06/16		1.700.000	114,66		1.949.206	125	2.128.993	20.842	1,500%

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		QUANTI- DADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISI- ÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						UNITÁRIO	TOTAL	JUROS CORRIDOS	TAXA DE JURO
FI4000010848	FINNISH GOVT TF 10/20		200.000	100,88		201.765	116	231.940	4.790	3,375%
FR0010135525	FRANCE O.A.T. I/L TF 04/15		1.000.000	116,17		1.161.745	128	1.275.690	8.260	1,600%
FR0010850032	FRANCE O.A.T. I/L TF 09/19		600.000	103,66		621.937	121	727.410	3.655	1,300%
FR0010061242	FRANCE O.A.T. TF 03/14		500.000	103,32		516.614	105	525.650	13.644	4,000%
FR0010604983	FRANCE O.A.T. TF 08/18		100.000	104,03		104.031	116	116.395	2.729	4,000%
NL0009331461	NETHERLANDS GOVT TF 10/13		2.000.000	100,03		2.000.589	100	2.000.400	33.470	1,750%
	SUB-TOTAL		85.783.701			87.590.238		93.430.527	1.705.279	
	2.2.1.2 - De outros emissores públicos									
FR0010163329	CAISSE AMORT DET CADES TF 04/15		300.000	102,82		308.467	108	322.935	7.419	3,625%
FR0010301747	CAISSE AMORT DET CADES TF 04/16		300.000	102,96		308.893	110	330.936	7.419	3,625%
FR0010198036	CAISSE AMORT DET CADES TF 05/20		2.500.000	103,37		2.584.272	116	2.887.876	17.209	3,750%
FR0010767566	CAISSE AMORT DET CADES TF 09/20		1.000.000	104,30		1.042.989	119	1.189.450	28.993	4,250%
FR0010347989	CAISSE AMORT DET CADES TF 10/21		900.000	106,43		957.888	120	1.082.610	7.228	4,375%
EU000A1G0A40	EFSF T BILL 06/17/13		224.668	100,00		224.668	100	224.531	-	
EU000A1G0AF5	EFSF TF 12/13		150.000	100,00		150.001	100	150.067	483	0,400%
EU000A1G0AG3	EFSF TF 12/14		150.000	100,01		150.009	101	151.395	1.208	1,000%
DE0001240265	GEMEINSAME BUND TF 07/17		300.000	104,36		313.089	115	345.579	9.152	4,250%
DE000A1REZ17	LAND BERLIN 12/18		1.700.000	99,89		1.698.096	100	1.694.084	714	0,244%
DE0001590628	LAND NIEDERSACHSEN TF 04/14		1.000.000	99,60		995.969	104	1.044.600	35.502	4,125%
DE0001590677	LAND NIEDERSACHSEN TF 08/18		200.000	104,33		208.650	117	233.868	7.153	4,250%
DE000NRW2046	LAND NORDRHEIN-WESTFALEN 12/16		1.700.000	99,96		1.699.337	100	1.699.218	727	0,296%
DE000NRW0E76	LAND NORDRHEIN-WESTFALEN 12/18		1.200.000	99,86		1.198.327	99	1.191.408	924	0,360%
FR0011374834	REGION OF ILE DE FRANCE 12/18		1.600.000	99,88		1.598.094	100	1.599.088	463	0,613%
XS0255800285	RESEAU FERRE DE FRANCE TF 06/22		2.500.000	109,45		2.736.247	119	2.982.075	62.928	4,375%

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		QUANTI- DADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISI- ÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						UNITÁRIO	TOTAL	JUROS CORRIDOS	TAXA DE JURO
FR0011376805	VILLE DE PARIS 12/22		1.400.000	100,00		1.399.982	97	1.361.696	424	0,909%
XS0484565709	B.E.I. 10/18		2.200.000	99,40		2.186.800	100	2.181.916	760	0,222%
DE000A1ELUX5	GEMEINSAME BUND TF 10/15		20.000	103,08		20.616	101	20.849	230	2,000%
DE000A1K0UB7	KFW TF 11/16		90.000	104,55		94.095	101	95.490	567	2,000%
DE0001040517	LAND BADEN-WUERTTEMBERG 08/13		850.000	99,87		848.895	100	849.898	74	0,090%
DE0001040640	LAND BADEN-WURT 09/13		700.000	100,06		700.413	100	700.000	382	0,223%
DE000A0Z1FS4	LAND BERLIN 09/13		1.600.000	100,38		1.606.080	100	1.602.784	1.766	0,516%
DE000A1REZ17	LAND BERLIN 12/18		1.400.000	99,89		1.398.474	100	1.395.128	588	0,244%
DE000A0Z2LX0	LAND BRANDENBURG 10/13		3.200.000	100,02		3.200.480	100	3.200.512	1.688	0,226%
DE000NRW2ZN2	LAND NORDRHEIN 10/14		5.250.000	100,43		5.272.313	100	5.260.028	4.379	0,390%
DE000NRW2YQ8	LAND NORDRHEIN-WESTFALEN 09/13		2.700.000	100,02		2.700.405	100	2.702.106	379	0,281%
DE000NRW2046	LAND NORDRHEIN-WESTFALEN 12/16		1.400.000	99,96		1.399.440	100	1.399.356	599	0,296%
DE000NRW0E76	LAND NORDRHEIN-WESTFALEN 12/18		1.300.000	99,86		1.298.180	99	1.290.692	1.001	0,360%
FR0011374834	REGION OF ILE DE FRANCE 12/18		700.000	99,88		699.160	100	699.601	203	0,613%
XS0484565709	B.E.I. 10/18		3.000.000	99,41		2.982.372	99	2.975.340	1.036	0,222%
XS0767839185	B.E.I. 12/19		5.000.000	99,88		4.993.874	101	5.043.400	6.310	0,590%
DE000A1REZ17	LAND BERLIN 12/18		3.000.000	99,89		2.996.632	100	2.989.560	1.261	0,244%
DE000NRW2046	LAND NORDRHEIN-WESTFALEN 12/16		3.000.000	99,96		2.998.830	100	2.998.620	1.283	0,296%
DE000NRW0E76	LAND NORDRHEIN-WESTFALEN 12/18		3.000.000	99,86		2.995.816	99	2.978.520	2.310	0,360%
FR0011374834	REGION OF ILE DE FRANCE 12/18		3.000.000	99,88		2.996.427	100	2.998.290	868	0,613%
FR0011376805	VILLE DE PARIS 12/22		3.000.000	100,00		2.999.962	97	2.917.920	909	0,909%
	SUB-TOTAL		61.534.668			61.964.244		62.791.426	214.539	
	2.2.1.3 - De outros emissores									
XS0230228933	B.E.I. TF 05/15		3.100.000	98,09		3.040.756	108	3.352.030	20.437	3,125%
ES0413900103	BANCO SANTANDER CENT-HISP TF 05/15		3.000.000	97,63		2.928.786	101	3.032.700	24.144	3,125%
ES0413900087	BANCO SANTANDER TF 05/20		1.600.000	100,06		1.600.883	101	1.623.280	46.641	4,000%

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		QUANTI- DADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISI- ÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						UNITÁRIO	TOTAL	JUROS CORRIDOS	TAXA DE JURO
XS0304459026	BANK OF SCOTLAND PLC TF 07/22		200.000	99,60		199.197	124	248.000	5.362	4,750%
XS0323856210	BARCLAYS BANK PLC 07/19		15.000.000	100,05		15.007.004	114	17.139.000	162.917	4,250%
XS0179749808	BAYERISCHE LANDESBANK 03/15		4.000.000	100,89		4.035.630	100	3.999.400	1.744	0,314%
XS0542371975	BNP PARIBAS 10/13		1.700.000	100,01		1.700.213	100	1.702.567	385	0,583%
FR0000474652	CIE FINANCEMENT TF 03/18		2.000.000	99,10		1.982.026	117	2.339.100	56.466	4,500%
FR0010489831	CIE FINANCEMENT TF 06/15		300.000	104,91		314.735	110	329.490	7.379	4,750%
FR0010526988	CIE FINANCEMENT TF 07/13		900.000	100,07		900.613	100	900.585	39.504	4,500%
FR0010422618	CIE FINANCEMENT TF 07/17		3.300.000	98,14		3.238.749	114	3.767.412	24.987	4,125%
FR0010758599	CIE FINANCEMENT TF 09/21		300.000	105,67		317.022	122	366.060	8.815	4,875%
XS0864870398	CREDIT AGRICOLE LONDON 12/15		1.600.000	99,90		1.598.416	100	1.598.416	386	0,511%
XS0369059216	DANSKE BANK TF 08/13		1.500.000	100,90		1.513.428	102	1.530.150	40.670	4,875%
FR0010369306	DEXIA AGENCY TF 06/14		3.000.000	99,93		2.997.804	103	3.095.700	93.637	3,875%
FR0010539734	DEXIA AGENCY TF 07/17		4.500.000	99,44		4.474.744	114	5.114.925	26.630	4,500%
DE000HBE1MP5	EUROHYPO AG TF 06/16		1.500.000	97,04		1.455.546	112	1.673.550	6.370	3,875%
XS0201674594	HBOS TSY SRVCS TF 04/14		3.800.000	100,51		3.819.435	106	4.040.920	43.804	4,250%
FR0011380625	HSBC FRANCE 12/14		500.000	99,90		499.495	100	499.520	-	
ES0347785000	IM CEDULAS TF 06/16		2.900.000	100,54		2.915.702	93	2.694.680	69.223	4,250%
DE0002760931	KFW TF 04/14		3.900.000	100,59		3.922.920	106	4.139.850	81.740	4,250%
DE0002760980	KFW TF 07/21		300.000	102,69		308.067	117	351.855	5.178	3,500%
DE000A0Z2KS2	KFW TF 09/16		500.000	100,57		502.837	110	549.250	7.705	3,125%
DE000A0L1CY5	KFW TF 09/19		300.000	102,08		306.241	118	352.830	10.894	3,875%
XS0806470349	LANDWIRTSCH RENTENBK 12/19		1.950.000	99,66		1.943.389	100	1.953.588	311	0,287%
XS0831383194	MAN SE TF 12/15		1.000.000	99,77		997.716	101	1.007.460	2.767	1,000%
XS0773247803	RABOBANK NED 12/13		1.000.000	99,99		999.866	100	1.000.780	1.040	0,499%
XS0805132593	RABOBANK NEDERLAND 12/13		1.500.000	100,00		1.499.929	100	1.501.440	1.434	0,459%
FR0010855155	SOC GENERALE SCF TF 02/22		800.000	101,88		815.027	118	945.400	28.852	4,125%
XS0576601396	SOCIETE GENERALE 11/13		2.000.000	100,01		2.000.103	100	2.000.280	3.037	0,710%
XS0839485314	VOLKSWAGEN INTFN NV 12/14		1.000.000	100,00		999.996	100	999.910	1.125	0,494%
XS0737108984	AGENCE FRANCAISE DEVELOP 12/15		2.200.000	101,48		2.232.560	101	2.215.510	4.445	1,102%
XS0858152373	BMW FINANCE NV 12/14		1.200.000	99,94		1.199.268	100	1.197.672	442	0,390%

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		QUANTI- DADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISI- ÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						UNITÁRIO	TOTAL	JUROS CORRIDOS	TAXA DE JURO
XS0542371975	BNP PARIBAS 10/13		1.800.000	100,04		1.800.756	100	1.802.718	408	0,583%
XS0864870398	CREDIT AGRICOLE LONDON 12/15		1.100.000	99,90		1.098.845	100	1.098.911	265	0,511%
DE000DK8ACH6	DEKABANK 10/13		1.000.000	100,05		1.000.520	100	1.000.060	84	0,303%
XS0488173864	DEXIA CREDIT LOCAL 10/13		3.900.000	100,00		3.900.000	100	3.885.102	2.006	0,441%
XS0441402681	EDISON SPA TF 09/14		1.350.000	104,95		1.416.825	105	1.411.682	25.308	4,250%
FR0011380625	HSBC FRANCE 12/14		100.000	99,90		99.899	100	99.904	-	
XS0859483694	ING BANK NV 12/14		500.000	100,00		499.990	100	500.685	311	0,679%
DE000A0XE9W7	L-BANK BW FOERDERBANK 08/13		2.200.000	100,21		2.204.664	100	2.202.772	6.351	0,707%
DE000A0Z13P8	L-BANK BW FOERDERBANK 10/13		1.600.000	99,97		1.599.552	100	1.599.984	638	0,205%
XS0806470349	LANDWIRTSCH RENTENBK 12/19		2.550.000	99,65		2.540.973	100	2.554.692	407	0,287%
XS0831383194	MAN SET F 12/15		2.000.000	99,75		1.995.000	101	2.014.920	5.534	1,000%
DE000NLB24A3	NORDDEUTSCHE LANDESBANK 07/14		250.000	99,20		248.000	100	249.393	102	0,190%
DE000NWB1897	NRW BANK 08/13		3.000.000	100,09		3.002.730	100	3.001.590	414	0,276%
XS0805132593	RABOBANK NEDERLAND 12/13		1.100.000	100,00		1.100.000	100	1.101.056	1.052	0,459%
XS0420972258	THALES S.A. TF 09/13		500.000	101,53		507.650	101	504.510	16.361	4,375%
XS0839485314	VOLKSWAGEN INTFN NV 12/14		1.300.000	100,00		1.300.000	100	1.299.883	1.463	0,494%
XS0428611973	ABN AMRO BANK NV TF 09/14		800.000	101,13		809.062	104	835.280	16.570	3,375%
XS0737108984	AGENCE FRANCAISE DEVELOP 12/15		3.000.000	101,41		3.042.250	101	3.021.150	6.061	1,102%
XS0140907626	BANK AUSTRIA 01/21		300.000	101,78		305.325	97	291.111	22	0,664%
XS0555679728	BANK OF IRELAND TF 10/13		1.000.000	99,97		999.652	101	1.012.430	38.952	5,875%
XS0858152373	BMW FINANCE NV 12/14		1.400.000	99,94		1.399.184	100	1.397.284	516	0,390%
XS0542371975	BNP PARIBAS 10/13		4.000.000	100,01		4.000.501	100	4.006.040	907	0,583%
FR0010257683	CIF EUROMORTGAGE TF 06/13		1.000.000	100,10		1.001.021	100	1.004.400	27.907	3,625%
XS0864870398	CREDIT AGRICOLE LONDON 12/15		1.500.000	99,90		1.498.514	100	1.498.515	362	0,511%
DE000A0EUP98	DEUTSCHE GENOSSEN-HYPOBK		800.000	102,55		820.384	113	900.600	5.348	4,000%
XS0342241295	DNB NOR BOLIGKRE TF 08/13		800.000	100,15		801.199	100	801.880	30.115	4,125%
XS0441402681	EDISON SPA TF 09/14		400.000	104,62		418.475	105	418.276	7.499	4,250%
FR0011380625	HSBC FRANCE 12/14		3.000.000	99,90		2.996.970	100	2.997.120	-	
XS0859483694	ING BANK NV 12/14		1.500.000	100,00		1.499.970	100	1.502.055	934	0,679%

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	QUANTI- DADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISI- ÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO			
							UNITÁRIO	TOTAL	JUROS CORRIDOS	TAXA DE JURO
XS0181049205	LANDBK HESSEN-THUERINGEN 03/15		2.000.000	100,99		2.019.712	100	1.999.940	525	0,315%
XS0806470349	LANDWIRTSCH RENTENBK 12/19		3.000.000	99,66		2.989.829	100	3.005.520	478	0,287%
XS0831383194	MAN SE TF 12/15		1.000.000	99,77		997.716	101	1.007.460	2.767	1,000%
DE0005335483	MUENCHENER HYPOBNK TF 03/13		800.000	100,54		804.326	101	807.760	24.778	4,250%
XS0773247803	RABOBANK NED 12/13		1.000.000	99,99		999.866	100	1.000.780	1.040	0,499%
XS0805132593	RABOBANK NEDERLAND 12/13		1.500.000	100,00		1.499.929	100	1.501.440	1.434	0,459%
XS0576601396	SOCIETE GENERALE 11/13		3.000.000	100,01		3.000.153	100	3.000.420	4.556	0,710%
XS0839485314	VOLKSWAGEN INTFN NV 12/14		3.000.000	100,00		2.999.954	100	2.999.730	3.376	0,494%
	SUB-TOTAL		131.400.000			131.487.503		136.600.362	1.063.322	
	SUB-TOTAL		278.718.369			281.041.985		292.822.315	2.983.140	
	2.2.2 - Títulos de rendimento variável									
	2.2.2.1 - Acções									
	2.2.2.2 - Títulos de participação									
	SUB-TOTAL									
	2.2.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento									
FR0010232298	BFT MONETAIRE	141			13.455	1.897.185	13.460	1.897.830		
FR0010529743	LBPAM TRESORERIE - I	123			10.918	1.342.910	10.919	1.343.053		
FR0010337667	BNP PARIBAS CASH INVEST I	14			57.067	798.944	57.074	799.036		
FR0000291239	CPR CASH - P	65			22.471	1.460.585	22.476	1.460.958		
IE00B06YB680	PREFF PAN-EUROPEAN REAL ESTATE FUND	16.470			82	1.357.589	83	1.366.647		
LU0274210672	DB X-TRACKERS MSCI USA TRN	389			21	8.321	26	10.172		
LU0322248658	DB X-TRACKERS RUSSEL 2000	57			71	4.074	83	4.714		
FR0007054358	LYXOR ETF EURO STOXX 50 A	346			24	8.201	26	9.091		
LU0106235459	SCHRODER INTL EURO EQT-C ACC	4.550			24	108.057	25	112.248		
FR0010232298	BFT MONETAIRE	72			13.456	968.859	13.460	969.105		
FR0010092528	BNPP - MONEY PRIME EURO C	265			1.190	315.427	1.191	315.514		
FR0010213355	GROUPAMA ENTERPRISES - IC	212			2.274	482.192	2.276	482.595		
FR0010529743	LBPAM TRESORERIE - I	59			10.911	643.768	10.919	644.229		
LU0414045319	SCHRODER INT EURO CORP - XD	125			113	14.125	119	14.866		

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	QUANTI- DADE	MONTANTE DO VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE AQUISI- ÇÃO	VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO			
							UNITÁRIO	TOTAL	JUROS CORRIDOS	TAXA DE JURO
FR0010270033	LYXOR ETF COMMODITIES CRB-AD	596			20	11.947	21	12.519		
FR0010337667	BNP PARIBAS CASH INVEST I	5			56.997	284.987	57.074	285.370		
FR0000293698	BTP TRESORERIE	32			10.743	343.770	10.752	344.052		
FR0000291239	CPR CASH - P	24			22.444	538.667	22.476	539.430		
FR0010609115	LFP TRESORERIE - I	2			107.351	214.701	107.475	214.951		
FR0010232298	BFT MONETAIRE	48			13.455	645.828	13.460	646.070		
FR0010092528	BNPP - MONEY PRIME EURO C	947			1.191	1.127.429	1.191	1.127.516		
FR0010213355	GROUPAMA ENTERPRISES - IC	559			2.275	1.271.882	2.276	1.272.502		
FR0010529743	LBPAM TRESORERIE - I	123			10.917	1.342.825	10.919	1.343.053		
LU0414045319	SCHRODER INT EURO CORP - XD	7.106			109	774.815	119	845.116		
FR0010337667	BNP PARIBAS CASH INVEST I	14			57.057	798.805	57.074	799.036		
FR0000293698	BTP TRESORERIE	66			10.745	709.165	10.752	709.607		
FR0000291239	CPR CASH - P	55			22.469	1.235.768	22.476	1.236.195		
FR0010554683	ECOFI MONETAIRE COURT TRM - I	140			10.934	1.530.820	10.940	1.531.610		
FR0010609115	LFP TRESORERIE - I	11			107.378	1.181.158	107.475	1.182.228		
	SUB-TOTAL	32.616				21.422.801		21.519.313		
	2.2.2.4 - Outros									
	SUB-TOTAL									
	TOTAL	32.616	278.718.369			302.464.786		314.341.628	2.983.140	
	3 - TOTAL GERAL	1.772.070	283.168.843			312.562.472		324.273.938	3.089.978	

03

**RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO**

VICTORIA INTERNACIONAL
DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

**RELATÓRIO &
CONTAS
2012**

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal
Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Certificação Legal das Contas Consolidadas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A., as quais compreendem o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de 436.846.254 Euros e um total de capital próprio de 73.214.461 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 9.655.609 Euros), as Demonstrações Consolidadas dos Resultados, do Rendimento Integral, das Alterações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações as alterações consolidadas no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:



2

- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas englobadas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas
 6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A, em 31 de Dezembro de 2012, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos consolidados de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal, estabelecidos pelo Plano de Contas aprovado pela Norma Regulamentar nº 4/2007, de 27 de Abril, do Instituto de Seguros de Portugal e respectivas alterações subsequentes.

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO



3

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Lisboa, 26 de Março de 2013

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:

A handwritten signature in black ink, which appears to read 'Ana Salcedas'. The signature is written in a cursive style.

Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC nº 1230)

01
RELATÓRIO
CONSOLIDADO

02
INFORMAÇÃO
FINANCEIRA
CONSOLIDADA

03
RELATÓRIOS
DE FISCALIZAÇÃO

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2011

Exmos. Senhores Accionistas
VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

Durante o exercício acompanhámos, nos termos legais e estatutários, da gestão e evolução dos negócios da VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A. tendo tomado conhecimento dos actos de gestão da Administração da Sociedade e verificado, em base de amostragem, os registos contabilísticos e os correspondentes documentos de suporte.

Como trabalho de fim de exercício procedemos à verificação da correcção das contas da Sociedade compreendendo o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2012, a Conta de Ganhos e Perdas Consolidada (Contas Técnica e Não Técnica), as Demonstrações Consolidadas dos fluxos de caixa e das alterações nos capitais próprios do exercício então findo e os respectivos Anexos.

Verificámos, igualmente, que os critérios valorimétricos adoptados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros e a que a Sociedade se encontra legalmente sujeita.

Do Conselho de Administração obtivemos sempre as informações e os esclarecimentos solicitados, o que nesta oportunidade agradecemos.

Tomámos conhecimento da Certificação Legal de Contas e do Relatório Anual sobre a Fiscalização efectuada, ambos sem reservas, com cujos teores concordamos.

Analisámos ainda o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, o qual é esclarecedor da actividade da Sociedade neste exercício e satisfaz os requisitos legais e estatutários.

Em conformidade com o exposto, somos de parecer que a Assembleia Geral da VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A. aprove:

- O Relatório de Gestão e as Contas consolidadas da Sociedade, em 31 de Dezembro de 2012;
- A proposta de aplicação dos resultados incluída no Relatório de Gestão;
- A gestão da Sociedade exercida em 2012 pelo Conselho de Administração.

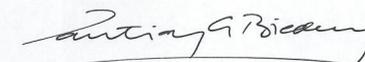
Nesta oportunidade, manifestamos ao Conselho de Administração o nosso apreço pela excelente colaboração recebida e a eficiência com que exerceu as suas funções.

Lisboa, 21 de Março de 2013

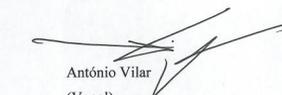
O Conselho Fiscal



João de Lara Everard
(Presidente)



Santiago Gil de Biedma
(Vogal)



António Vilar
(Vogal)



**VICTORIA INTERNACIONAL
DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.**

VICTORIA – SEGUROS S.A

VICTORIA- SEGUROS DE VIDA S.A

Edifício VICTORIA - Av. da Liberdade, 200
1250-147 Lisboa - Portugal
T 213 134 100 · F 213 134 700

www.victoria-seguros.pt